



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 359 -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----” **Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- **Ponto um:** *Apreciação e votação da Ata n.º 356, 357 e 358 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA);* -----

----- **Ponto dois:** *Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA. -*

----- **Período da Ordem do Dia:** -----

----- **Ponto um:** *Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; ---*

----- **Ponto dois:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano 2022, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto três:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, para vigorar no ano de 2022, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto quatro:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de Derrama, referente ao exercício de 2021 e a ser cobrada no ano 2022, de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto cinco:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com referência ao ano de 2021 e a liquidar no ano 2022, de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 1.º do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto seis:** *Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano de 2022, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Período de Intervenção do Público:** -----

----- *Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA.” -----*

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD; -----
- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----
- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • João Carlos Seabra da Silva Costeira – GM do PPD/PSD; -----
- • Vítor Manuel Santiago Tavares – GM do MIAP; -----
- • Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte – GM do PPD/PSD; -----
- • Marta Susana Taveira Duarte – GM do PS; -----
- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; -----
- • Arménio Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP; -----
- • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; -----
- • Marcelino Rasga Ferreira – GM do PS; -----
- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP; -----
- • Dino Ferreira Rasga – GM do MIAP e -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD. -----
- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves – GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----
- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Nuno Miguel Martins dos Santos – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguiçós e Óis do Bairro. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
- • João José Nogueira de Almeida – PPD/PSD – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – PS – Vereador; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** Então sejam bem-vindos a esta sessão da Assembleia Municipal de Anadia. Espero também que tenham passado um Natal feliz. Cumprimento a senhora Presidente da Câmara, bem como todo o Executivo camarário, o plenário da Assembleia Municipal, o público presente, bem como quem nos acompanha através das redes sociais. Cumprimento também a comunicação social aqui representada. -----

Tendo em conta o quadro epidemiológico que assola o país, relembro o rigor que deve ser observado no cumprimento das regras vigentes de luta contra o covid. -----

----- Informo da necessidade da assinatura do Livro de presenças, bem como também da disponibilidade da correspondência emitida e recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, conforme contido no artigo vigésimo primeiro número um, alínea s) do Regimento. -----

----- Chegaram à mesa dois pedidos de substituição do Senhor Deputado Municipal, Pedro Pina Ribeiro, que se fará substituir por Marcelino Rasga Ferreira e outra da Senhora Deputada Graciete da Piedade Seco Vaz de Castro, que se fará substituir por João Carlos Seabra da Silveira Costeira. Foi verificada a legitimidade e cumprido o preceituado regimental principalmente no seu artigo décimo segundo, pelo que já tomaram assento nas respetivas bancadas. -----

----- Foi também verificada a identidade e legitimidade dos Senhores Deputados, com o número de presenças de trinta e constatada também a sua legitimidade e a existência de quorum. -----

----- Declaro, pois, aberta esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada conforme estipula o artigo vigésimo sexto do RAMA e cuja organização obedece o preceituado nos artigos trinta e cinco a trinta e oito do mesmo documento. -----

----- A ordem de trabalhos foi aprovada pela Mesa da Assembleia Municipal e ouvida a Comissão Permanente. São catorze horas e quarenta e seis minutos. -----

----- Passamos então à ordem de trabalhos desta sessão e que no período de antes da ordem do dia, tem no ponto um a apreciação e votação das Atas número trezentos e cinquenta e seis, trezentos e cinquenta e sete e trezentos e cinquenta e oito, nos termos da alínea a) do número um do artigo trigésimo quinto do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia. -----

----- Assim sendo direi apenas que, conforme a lei, a Ata número trezentos e cinquenta e seis, a exemplo das outras também, mas neste caso não poderá ser votada, porque se refere ao mandato anterior, por alguns elementos deste plenário. Casos de Mário Augusto Carreira Heleno, Fernando Augusto Rodrigues Barbosa, Anabela Fernandes Monteiro, Graciete da Piedade, que neste caso está a ser substituída por João Costeira, mas também não poderá votar Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte, Marta Susana Duarte, Sandra Marisa Queirós Ferreira da Silva, que também não esteve presente, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva, Pedro Pina Ribeiro, que também está a ser substituído por Marcelino Rasga, Dino Ferreira Rasga, Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, Manuel Augusto Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingos Pires Salvador, Nuno Miguel Martins dos Santos e Fernando Adelino Pina Fernandes, que também não esteve presente. -----

----- Assim sendo, ponho à votação a Ata trezentos e cinquenta e seis, de dois de setembro de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois mil e vinte e um. Alguém quer intervir relativamente a esta Ata ou tem alguma coisa a dizer relativamente a esta Ata? Não havendo passarei à votação da aprovação vem Ata número trezentos e cinquenta e seis que, num universo de catorze Deputados, foi aprovada, por maioria, com treze votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, Manuel José Santos Pinho, Nuno Ricardo da Costa Portovedo, Carlos Delfim de Almeida Correia, Vítor Manuel Santiago Tavares, Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, Arménio Almeida Cerca, José Manuel Oliveira Carvalho, Mário Severo de Matos Marinho, Carlos Dinis da Silva Torres, Ema Paula da Silva Dias Pato e Óscar dos Santos Ventura, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do + PNT, zero votos contra e uma abstenção, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar.-----

----- Não participaram na votação da ata os Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, Anabela Fernandes Monteiro, Ana Paula dos Santos Alves Allen, Dino Augusto Ferreira Rasga e Fernando Adelino Pina Fernandes, os Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, Mário Augusto Carreira Heleno, Graciete da Piedade Seco Vaz de Castro, Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva, Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingos Pires Salvador e Nuno Miguel Martins dos Santos, os Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Fernando Augusto Rodrigues Barbosa, Marta Susana Taveira Duarte e Marcelino Rasga Ferreira, por se encontrarem abrangidos pelo disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em virtude de não terem participado na reunião de que a referida ata faz registo.-----

----- Aquando da votação não se encontrava presente o Deputado do Grupo Municipal do MIAP, António Rafael das Neves Timóteo. -----

----- Passaremos então à apreciação da Ata trezentos e cinquenta e sete, de dezasseis do dez de dois mil e vinte e que, segundo me parece, foi a Ata de instalação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Portanto dou a palavra ao plenário para se quiser tecer alguns comentários a esta Ata, não havendo porei então à votação, que num universo de vinte e oito Deputados, foi aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingos Pires Salvador e Nuno Miguel Martins dos Santos, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, Fernando Augusto Rodrigues Barbosa e Marta Susana Taveira Duarte, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do + PNT, zero votos contra e seis abstenção, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, Mário Augusto Carreira Heleno, João José Rodrigues Gaspar, Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva, Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues.-----

----- Não participaram na votação da Ata o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD, João Carlos Seabra da Silveira Costeira e o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Marcelino Rasga Ferreira, por se encontrarem abrangidos pelo disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em virtude de não terem participado na reunião de que a referida ata faz registo.-----

----- Aquando da votação não se encontrava presente o Deputado do Grupo Municipal do MIAP, António Rafael das Neves Timóteo. -----

----- Passaremos então agora à Ata trezentos e cinquenta e oito, da última assembleia que tivemos. Não sei se alguém quer intervir no sentido de fazer alguma consideração a esta Ata? Não havendo perei à votação em Ata número trezentos e cinquenta e oito, que num universo de vinte e oito Deputados, foi aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, Mário Augusto Carreira Heleno, Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingos Pires Salvador e Nuno Miguel Martins dos Santos, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do + PNT, zero votos contra e seis abstenção, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, João José Rodrigues Gaspar, Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva, Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues.-----

----- Não participaram na votação da ata a Senhora Deputada do Grupo Municipal do MIAP, Ana Paula dos Santos Alves Allen, e o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD, João Carlos Seabra da Silveira Costeira, por se encontrarem abrangidos pelo disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em virtude de não terem participado na reunião de que a referida ata faz registo.-----

----- Aquando da votação não se encontrava presente o Deputado do Grupo Municipal do MIAP, António Rafael das Neves Timóteo. -----

----- Passemos então ao ponto dois do Período de Antes da Ordem do Dia, este período consagra intervenções dos Senhores Deputados Municipais, nos termos do artigo trigésimo quinto do Regimento. -----

----- Entrou na Mesa uma proposta de voto de pesar e eu vou pedir à Senhora Secretária que faça a sua leitura, subscrita pelo senhor Deputado Municipal José Manuel Oliveira Carvalho, Presidente da Junta de Avelãs de Cima. -----

----- **Senhora Segunda Secretária Anabela Monteiro.** -----

----- *"Faleceu no passado mês de setembro, dia nove, Armando Henriques Pereira, residente na povoação do Pereiro, freguesia de Avelãs de Cima é impossível deixar passar este dia e cidadão Armando Henriques Pereira. Pois foi tão-somente o Presidente de Junta de Freguesia com mais anos de serviço na causa pública. Exerceu funções autárquicas entre mil novecentos e setenta e seis e mil novecentos e oitenta e dois e mil novecentos e oitenta e oito e dois mil e nove, quase três décadas de exemplo, no exercício dedicação de resiliência, de perseverança como Presidente de Junta de freguesia, em Avelãs de Cima e como Deputado Municipal, tendo após dois mil e nove, ocupado em exclusivo este cargo. Um total quatro décadas ligado às causas*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

públicas, aos cidadãos, à sua Freguesia e ao Concelho. Na sua última intervenção pública na freguesia que presidiu há uns anos atrás, referiu e passo a citar, temos a obrigação de continuar a estimar a nossa terra. Pelo exposto expressamos um voto de pesar a toda a família. O Deputado Municipal José Manuel Oliveira Carvalho.” -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Alguém quer tecer um comentário relativamente a esta proposta de voto de pesar? Assim sendo, passarei à votação desta proposta que, num universo de trinta e um Deputados, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

----- Deram entrada na mesa três documentos, uma moção, um requerimento e uma proposta de criação de um Talhão para os Combatentes, todos do Grupo Municipal do PSD, os quais vou pedir também à Senhora Secretária que leia cada um dos documentos, a fim de serem também eles apreciados e votados em plenário. -----

----- Senhora Segunda Secretária Anabela Monteiro. -----

----- "O Grupo Municipal do PPD/PSD vêm com base no conteúdo diversas publicações na área das assembleias municipais eleitos locais requerer a nomeação do grupo de trabalho para a revisão do regimento da Assembleia Municipal com os seguintes fundamentos, sendo os regimentos a forma deste órgão deliberativo se autorregular e ele deve corresponder à disciplina reconhecida por todas as forças políticas e pelos seus membros. Apesar das normas, regime regimentais, não deixarem de ser válidas por força do artigo quarenta e cinco, número cinco da lei cento e sessenta e nove noventa e nove de dezoito de setembro. Esta se esta só se assegura plenamente o Regimento, estiver em conformidade com a legislação em vigor. As alterações da lei, trinta e nove, dois mil e vinte e um de vinte e quatro de junho, com a atribuição de competência ao Presidente da Assembleia Municipal prevista no número um alínea, a) do artigo trinta do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro, deverá assim ser com base na lei número setenta e cinco, dois mil e treze de doze de setembro ser dado cumprimento ao disposto no artigo vinte seis número, um ou vinte e nove número um alínea, a) da referida lei, esta necessidade torna-se ainda mais evidente face ao processo de descentralização a decorrer por força da Lei número cinquenta de dois mil e dezoito de dezasseis de agosto que se prevê estar concluído em dois mil e vinte e dois e que, de acordo com a lei setenta e cinco, C de dois mil e vinte de trinta e um de dezembro que vai descentralizar nos Municípios novas competências. Esta situação torna necessário prever regimental as Assembleias Municipais dispunham de mecanismos de acompanhamento e monitorização da execução das competências descentralizadas, designadamente a possibilidade de fazer recomendações à Câmara Municipal sobre esta matéria ou atribuir competência de monitorização e uma comissão especializada da Assembleia Municipal. Deverá ainda ser verificada a inserção do previsto na lei orgânica. um, dois mil e dezanove, vinte e nove de março e do artigo dezanove da lei cinquenta e dois de dois mil e dezanove de trinta e um de julho, dando cumprimento ao artigo vinte cinco número seis



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da referida lei e o previsto no artigo dez da lei, vinte e quatro, noventa e oito de vinte seis de maio do Estatuto do Direito da Oposição, haverá ainda a necessidade de, com maior vitalidade, dar uma maior abrangência ao número um do artigo trinta e um do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei setenta e cinco, dois mil e treze de doze setembro, melhorando a insuficiência de mecanismos de capacitação dos eleitos locais e a de clarificar normas para a descentralização das sessões das assembleias municipais para maior aproximação aos cidadãos. Anadia vinte sete de dezembro de dois mil e vinte e um e assinado pelos requerentes.” -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Portanto, esta moção da autoria da do Grupo Municipal PPD/PSD está conforme o preceituado no artigo quinquagésimo sétimo, do nosso Regimento e, portanto, vou pô-la à discussão do plenário e está inscrito o Senhor Deputado Nuno Portovedo. Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Cumprimento todos os presentes bem como quem assiste a esta sessão remotamente através da Internet. A minha questão é uma dúvida, o artigo cinquenta e sete do Regimento diz que o Regimento pode ser alterado pela Assembleia Municipal, por proposta da mesa ou por proposta de um quinto dos deputados municipais em efetividade de funções. Os deputados do Grupo Municipal do PSD perfazem mais de um quinto, portanto, a minha pergunta é se temos que votar a moção, uma vez que é uma moção, ou se por si só, avançará ou não a revisão regimental, conforme o número um do artigo cinquenta e sete. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Querendo entrar em diálogo, ao plenário compete deliberar sobre a pertinência da aceitação. A mesa aceita e o plenário terá que dizer sim senhor, pese embora que isto é uma proposta e essa proposta é que foi aceite pela Mesa e será sempre alvo de apreciação por parte do plenário. Faz favor, Senhor Deputado Carlos Correia. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde Senhor Presidente, a restante Mesa, a Senhora Presidente da Câmara e os restantes Vereadores, excelentíssimos colegas e, portanto, todas as pessoas presentes. Eu muito sinceramente, não me sinto em condições de poder votar esta esta moção, uma vez que a quantidade de legislação que está subjacente a esta moção e sem a especificação e o esclarecimento de todos os artigos, obviamente, que nem eu e penso que ninguém tem capacidade de saber o teor da legislação, o enquadramento de todos os ativos subjacentes, porque é impossível uma pessoa saber de cor o artigo número trezentos e vinte sete da lei tal e da outra lei. Eu por esse facto e somente por esse facto irei votar contra, porque não me sinto em condições de sem o acompanhamento e uma posterior análise de toda essa documentação, que não vem especificada, bem esclarecida, e só por isso é que eu antecipadamente digo que não poderei votar a favor dessa moção.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Boa tarde à Mesa, à Senhora Presidente, ao Executivo, a todos os colegas da Assembleia Municipal, público em questão e a imprensa escrita e não escrita e as pessoas que se encontram a assistir através da internet. -----

----- Um dos pontos interessantes desta moção é precisamente aquilo que o colega acabou de dizer, é uma das coisas, uma das lacunas que esta revisão do RAMA pode efetivamente trazer, é a clarificação sobre certos aspetos para os quais, se nos citarem as leis, nós sabemos o que são e uma das coisas que se pode precisamente alterar no RAMA, é estabelecer um padrão de apoio aos Deputados da Assembleia Municipal, para que estejam evidentemente esclarecidos e não tenho que votar contra só porque não sabem o que é que estão a votar, só isso, mais nada.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, cumprimento a sua pessoa e os restantes aqui presentes, nomeadamente quem nos acompanha, por transmissão na Internet. -----

----- Olhe Senhor Presidente, eu creio que não sei se haverá aqui margem para nós pormos em votação uma moção que vai ao encontro de um princípio que está estabelecido em RAMA, e o RAMA vem da lei, em que diz que nós podemos apresentar alterações ao respetivo regulamento. Depois para esclarecer que, no último pedido que foi feito no mandato anterior, onde também vinha subjacente a necessidade de fazer certas alterações por mudança da lei e não só, também não foram aqui vertidos os artigos todos, a que é que eles se referiam, o que é que diziam, ou seja, acho que isto é uma questão de boa-fé. Nós temos que perceber que realmente vêm aí mudanças importantes, não só por isso, mas também por outras alterações que temos uma certa margem para poder fazer para, no fundo, agilizar também os procedimentos na Assembleia, com consenso eu julgo que será um pouco destituído esta votação da moção. Porque a moção por si só já está devidamente fundamentada e está prevista poder ser apresentada, tal como outras, digamos, outros requerimentos que temos aqui foram aprovados, ou foram levados a aprovação quando não teriam que ser, porque são constituem no fundo direitos que são imputados aos deputados aqui presentes. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito muito obrigado dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Senhor Presidente era só para clarificar que nós não pretendemos fazer nenhuma revolução, aliás, nós temos que dizer que no aspeto de organização e com acompanhamento dos tempos, a flexibilidade do Presidente da Assembleia, já na anterior legislatura foi assaz pertinente e não leva a que nenhum de nós tenha razões de queixa relativamente à maneira como dirigiu à Assembleia. Agora nós entendemos que houve alterações legais, essas alterações legais implicam que o RAMA seja atualizado nesse campo e não custa fazer uma equipa de trabalho que possa aperfeiçoar aquilo que existe. O RAMA mantém-se em vigor até essa



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alteração, parece-me que não é nada de diferente e também reconheço que a fazer um estudo para chegar a algumas conclusões e se não entra em detalhes é porque acho que isso, depois compete à Comissão chegar à conclusão, se eles são ou não são dignos ser serem alterados. Agora, acho que também não valia a pena estar aqui a esquematizar situações, que há coisas que estão bem e de coisas que não estão, não podemos mudar, mas nada implica que não se faça a revisão. É só. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao senhor Deputado Rafael Timóteo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde a todos. É óbvio que o nosso regimento tem que ser dinâmico e que tem que se adaptar aos tempos. A minha questão é exatamente a pertinência de uma votação. Há uma moção que acho que aqui ninguém percebeu muito bem o que é que vão estar a votar, acho que a conferência de líderes serve para isso, para discutir este tipo de coisas e chegar aqui com uma proposta com alterações já, digamos assim, estudadas por essa conferência de líderes ou por uma comissão que seja, digamos, assim, nomeada para tal e chegarmos aqui com X alterações, que serão aquelas que serão necessárias, dada as novas competências e as alterações da lei geral e acho que isso é que faz sentido. Agora estarmos aqui a votar uma moção quando o grupo parlamentar do PPDPDPSD pode apresentar essa moção e já por si, é um pedido que tem que ser aceite, acho que não faz sentido a não ser que houvesse realmente aqui alguma coisa de concreto, votarmos alguma coisa de concreto. Não sei bem o que é que é que estamos aqui a votar Senhor Presidente e acho que essa é a dúvida, minha e dos outros colegas, que é que estamos aqui a votar. Eu não conheço aquelas trinta leis que ali foram mencionadas durante a moção. Acho que muito pouca gente aqui deve reconhecer essas leis. Acho que isto é assunto para ser discutido previamente em conferência de líderes e ser apresentada uma proposta de alteração do RAMA ou, pelo menos, a nomeação de uma comissão para tal numa próxima assembleia. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Vou dar a palavra o Senhor Deputado Fernando Barbosa.

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito boa tarde a todos. Ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, naturalmente, e colegas da Mesa, à Senhora Presidente da Câmara e Vereadores presentes e a todos os colegas. Às pessoas do público que estão igualmente digamos, a assistir a esta sessão, seja por via presencial, seja por via da Internet, assim como à comunicação social. -----

----- Eu devo dizer que uma das coisas que propusemos durante a campanha eleitoral, portanto, o Partido Socialista, foi a necessidade de em relação a alguns aspetos, de fazer uma alteração de alguns aspetos apenas do RAMA, do Regimento da Assembleia Municipal e, portanto, estávamos à espera que na oportunidade própria surgisse da parte dos deputados, o movimento nesse sentido, basta um quinto dos deputados municipais para que isso se faça. ----

----- Acontece que o PSD/PSD tomou a iniciativa, como estamos de acordo que é preciso criar a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tal comissão tanto nos dá que seja pela outra via, seja por esta a pela aprovação desta moção. Esta moção vem no sentido daquilo que nós achamos que é importante e, portanto, iremos apoiá-la e é isso o que nós queremos dizer neste momento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, senhor Deputado, faz favor Senhor Deputado João Gaspar. É para esclarecimento, não é? -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Era só para lembrar que o número de leis também não são tão vastas como o colega Timóteo disse, são menos, mas de qualquer maneira, eu só queria lembrar que, na última revisão, um deputado, que neste caso era o líder da bancada do MIAP, limitou-se a fazer uma proposta verbal à mesa para que fosse elaborado a revisão do RAMA e só desse pedido verbal foi deferida e foi nomeada a respetiva comissão. Portanto, não houve moção, nem sequer houve nenhum pedido por escrito, foi um requerimento verbal feito à Mesa, foi aceite e, a partir daí, aliás até me lembro que o senhor Presidente foi convidado para presidir à Comissão, não aceitou e, por exemplo, posso dizer que uma das coisas que neste momento está na lei foi citada num dos artigos, é precisamente que a revisão do RAMA pode ser feita por si próprio. Nomeando você a comissão e sendo claro, com representantes de cada um dos partidos e sendo o Senhor, preside à comissão ou pode delegar numa comissão da qual não faz parte, é uma das coisas que está transcrito na lei e não se encontra no RAMA, entre outras variadas que são citadas nessas leis. Não foi por acaso que isso foi feito, deu algum trabalho e se nós não perdemos também algum tempo, pois também passamos um bocado ao lado das coisas. E o que é verdade, segundo diz exatamente essa revista das Assembleias Municipais, é que falta legalidade se não tiver essas alterações que, entretanto, foram introduzidas por esses decretos lei que saíram em julho e em setembro e que têm que ser vertidos precisamente no RAMA, que nós temos que retificar, é só. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Perante e porque fui invetivado perante estas duas situações dúbias, eu tenho a dizer um pedido ou uma proposta de alteração nalguns pontos do regimento é uma coisa, uma moção e eu não tenho muito tempo de democracia, se calhar haverá aqui pessoas que têm mais tempo de democracia que se habituaram também a um léxico que é uma moção e uma moção é sempre passível de aprovação. A aceitação da mesa é ao pedido, mas também reitero aqui duas frases que são plasmadas na moção, "... o Grupo Municipal do PPD/PSD vêm com base no conteúdo de diversas publicações na área das Assembleias Municipais e eleitos locais, requerer a nomeação de um grupo de trabalho para a revisão do regimento." Portanto não é uma alteração pontual nem nenhuma proposta pontual, é uma revisão do regimento, como tal, e eu disse que aceitei esta moção, foi aceite pela Mesa, mas uma moção é sempre passível de aprovação, pelo que, e não havendo mais ninguém, está ali o Senhor Deputado Nuno Portovedo, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado Senhor Presidente, só dois ou três pontos. Em primeiro lugar, o Senhor Deputado João Gaspar falou na anterior legislatura, o líder da bancada do MIAP apresentou um requerimento à Mesa e bastando isso, para que a revisão, para que se iniciasse o processo de revisão. Pois é isso mesmo que diz o artigo cinquenta e sete do RAMA. Basta um quinto dos deputados fazerem um requerimento, para que de facto se avance para a revisão do RAMA. Eu concordo com o Senhor Presidente, portanto, acho que não é necessária qualquer moção para que isto aconteça e também concordo com o Senhor Presidente quando diz e daí a minha pergunta inicial, se efetivamente havendo uma moção tinha que ser ou não votada. -----

----- Depois dizer que o Grupo Municipal do MIAP não tem qualquer problema quanto à revisão do RAMA e que não colocamos em causa a necessidade de rever o RAMA e que o mesmo cumpre a lei. É óbvio que assim tem que ser. -----

----- Dizer ainda mais duas coisas e que tem a ver com facto de que eu não estive na última reunião da Comissão Permanente e não sei o que é que se discutiu, mas segundo aquilo que me foi transmitido esta questão não foi discutida nessa reunião e tal como referiu o meu colega Carlos Correia e Rafael Timóteo, também eu próprio e tendo em conta a quantidade de artigos mencionados na moção, não me sinto confortável para votar de forma favorável a moção apresentada e só por isso, muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde Senhora Presidente, em vosso nome permitam-me que cumprimente todos os presentes, bem como as pessoas que nos acompanham via as redes sociais. Perante tal cenário e tudo o que foi aqui dito sobre este tema da moção, acho que a maior parte das pessoas têm dúvidas sobre os artigos que foram mencionados. Perante esta situação eu acho que nós devemos votar a moção em consciência, sabendo aquilo que estamos a votar. Isto é um princípio básico, pelo que eu proponho algum tempo para que os deputados analisem precisamente as matérias que estão no pedido dessa moção e que se adie esta votação para a próxima assembleia, que assim já temos noção daquilo que estamos a votar e terminei. Obrigado, Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, efetivamente, como disse o Senhor Deputado Fernando Barbosa também era intenção do PCP e, aliás, essa matéria foi abordada numa Comissão Permanente, onde estava presente o Deputado Nuno Portovedo, sobre a possibilidade de se fazer uma revisão a RAMA, na altura foi uma mera hipótese. Claro que não foi tão fundamentada como este documento está. Que eu não ponho em causa, porque realmente não conheço os artigos, mas também confio na boa-fé que ninguém poria ali um artigo que não constasse da lei, porque se realmente constam da lei, têm que ser revistos. Mas acho que aqui



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o problema incide em duas coisas. -----
----- Primeiro está-se aqui a fazer uma confusão entre a Comissão Permanente e uma Comissão de Trabalho criada para o efeito. São coisas distintas e o que aconteceu no último mandato foi exatamente isso, foi nomeado um representante de cada Grupo Municipal, para que fizesse parte da referida Comissão de trabalho, onde foi reconhecida a necessidade, onde foi feito um requerimento e acho que está aqui a faltar nesse documento é realmente mudar o título, porque o título deve ter pelos vistos moção e deveria ter requerimento. Mas no corpo da moção, dessa moção que estamos a chamar moção, está exatamente isso. Segue os experientes da lei, do RAMA que é solicitar a criação de um grupo de trabalho, onde o senhor Presidente poderá estar presente ou delegar como bem muito bem foi aqui dito, de uma Comissão de Trabalho que faça uma revisão ao RAMA baseado nos princípios aqui expostos e outros que poderão advir dessa análise. Não é por a gente agora estar aqui e vir para aqui ler esta documentação toda ou estar a abrir aqui um precedente que não foi aberto no último mandato, não estou a perceber o porque é que se está a fazer isto. No último mandato não viemos para aqui ler, nem foi dado um tempo para lermos toda essa lei. Digamos que a Comissão de trabalho que foi desenvolvendo esse trabalho, foi pondo ao conhecimento daqueles que representavam e cada um dos elementos. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----
----- Obrigado vou dar a palavra e como deve entender as suas intervenções é quarta vez, vou dar a palavra ao senhor Deputado João Gaspar faz favor para esclarecer. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----
----- Só para esclarecer que basta ler um artigo publicado na revista das assembleias municipais, de setembro de dois mil e vinte e um e basta lerem lá, para que em seis folhas tirem todo o contexto, todos os artigos, toda a informação como eu tirei, é só uma questão de ler. Se as pessoas, pronto, estão à espera que eu faça uma transcrição de uma revista ou de uma coisa interessante que existe para as assembleias municipais eu não faço, limito-me a ler e depois a transcrever. Se tem moção no requerimento é pura e simplesmente por uma razão, é que a minha dúvida era saber se a moção só com um quinto era suficiente, mas também não entendo como é que se pode fazer uma moção se nessa moção não se requer alguma coisa, mas isso é uma questão de interpretação e linguística. Desculpem lá eu sou da escola antiga se calhar tenho alguma dificuldade dessas coisas, fazer uma moção sem requerer seja o que for, acho que é assim um bocado estranho e não me suou muito bem, portanto, eu fiz uma moção. Pressupus que podia haver entendimentos, se um quinto seria suficiente ou não e daí a expressão de o requerer. Se com isso confundi alguém lamento, mas relativamente ao resto eu continuo a dizer uma das abrangências que está na nova lei, é que as pessoas tenham ou possam aceder a técnicos e a outros factos que os possam ajudar a clarificar áreas que não são da sua competência e sobre a qual têm que votar, porque eu não sei como é que se pode votar sobre uma área sobre a qual não tem competência, portanto, a gente não sabe mas vota e para outras coisas já é preciso saber para se votar, há aqui alguma contradição, mas pronto.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado. Estamos esclarecidos, faz favor Senhor Deputado Rafael Timóteo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Senhor Presidente desculpe lá, mas nós estamos tudo menos esclarecidos, mas vou tentar a dar a minha opinião como disse atrás e eu não estou a confundir a Comissão Permanente com uma Comissão nomeada para a revisão. O que eu estou a dizer, o que deve chegar aqui a esta Assembleia, é uma proposta. Um requerimento nós não precisamos de votar. Uma Moção tem que ser votada, na minha terra é assim. As moções são votadas. Os requerimentos não são votados, são pedidos e depois há às propostas e eu não sei se será talvez esse o léxico que devemos usar. Será uma proposta já pré preparada em Comissão Permanente, com uma estrutura a dizer assim, vai ser nomeada uma Comissão, onde cada partido tem o seu representante, cujo propósito vai ser mudar este e este e este e este e este artigo, que advêm já das alterações introduzidas na lei e então aí acho que todos nós aqui nesta Assembleia em consciência, vamos votar em algo que sabemos o que é que estamos a votar. Estamos a votar para essa comissão proceder a essas alterações ou então, e uma vez que o RAMA assim permite, que o processo seja iniciado apenas por um pedido ou por requerimento, não estamos aqui a votar nada, há um requerimento, esse requerimento vai dar início a um processo do qual vai nascer uma Comissão para a revisão do RAMA. -----

----- Eu suponho que já durante os mandatos do Senhor Deputado já houve quatro ou cinco revisões do RAMA e nunca ouve nenhuma moção aqui, que eu me lembre, nunca ouve nenhuma moção apresentada para a revisão do RAMA. Em conferência de líderes, essa ou neste caso a chamámos Comissão Permanente é discutida essa proposta. É feita uma proposta com cabeça, tronco e membros e é trazida à Assembleia para votação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Se faz favor Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -

----- Muito obrigado Senhor Presidente na sua pessoa, cumprimente a Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e restantes vereadores, subscrevia praticamente na íntegra a última intervenção e reportava para o nosso artigo sétimo atual do regimento, no seu ponto um que diz na alínea a) compete à Mesa a elaborar o projeto de Regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição dum grupo de trabalho para o efeito. Era tão simples quanto isto. O PSD tem efetivamente assento numa Comissão Permanente completamente é muito mais fácil, do meu ponto de vista, votar uma coisa destas do que efetivamente a apresentação do documento conforme proposto. É só o que eu tenho a dizer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado. muito obrigado, senhores deputados, portanto esta polémica que não é polémica, penso eu, que é uma forma só de eventualmente cada um puxar a brasa à sua sardinha, enquanto forma diferente que querem utilizar os seus argumentos, ou seja a Mesa



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem que pugnar tem que pugnar pela legalidade, tem que pugnar pela intransigência relativamente ao cumprimento do RAMA e, como tal, desculpar-me-á o Grupo Municipal do PSD, enferma desse mesmo erro relativamente à moção ou não moção. Eu estou perfeitamente aberto a que haja uma reformulação deste pedido, que não moção, moção pode ser, mas terá que ser votada, deste pedido no sentido de apresentação ou criação o que quiser entender. Como moção, terá que ser votada. Portanto, dou a palavra e indago. Não, não sou eu que altero desculpe lá, portanto vocês vão fazer uma reformulação deste pedido de moção, aí é diferente e, portanto, será quando for presente tomaremos as nossas atitudes. Como todos concordaram se não houver impedimento, acho que sim senhor, poderemos dar esse tempo agora ou quiçá depois para apresentação desse novo desígnio. -----

----- Portanto, fica, entretanto, em suspenso esta moção apresentada pelo PSD, de qualquer das maneiras, como já disse, também temos um requerimento do Grupo Municipal do PSD que eu vou pedir também à Senhora Secretária que faça a sua leitura.-----

----- **Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal:** -----

----- "*Requerimento. O Grupo Municipal do PSD, composto por sete deputados municipais eleitos diretamente e por três Presidentes de junta de freguesia vem requerer esta Assembleia nos termos do artigo vinte e um, número um, alínea c) do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, que todos os seus membros sentem juntos e a direita do senhor Presidente da Assembleia Municipal. A decisão do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia em colocar do lado direito da sala das sessões, os sete deputados municipais do PSD eleitos diretamente e do lado esquerdo da sala das sessões, os três Presidentes de junta de freguesia eleitos nas listas do PSD Fere frontalmente o direito de oposição, o qual está consagrado na Constituição da República e na lei número vinte e quatro noventa e oito de vinte seis de Maio, o pleno e eficaz livre exercício do direito de oposição implica que todos os membros de um determinado grupo municipal possam estar sentados juntos na sala onde decorrem as sessões. A decisão do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia de separar os membros do grupo municipal do PSD viola o direito de o PSD constituir e exercer uma oposição democrática dos órgãos das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição, Constituição e da lei, lei número vinte e quatro noventa e oito artigo, primeiro, porque prejudica a sua atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica e critica artigo, segundo não é outra a razão pela qual os deputados na Assembleia da República tomam lugar na sala das sessões, quando em plenário, pela forma acordada entre o Presidente da Assembleia da República e os líderes dos grupos parlamentares e que se dispunham os lugares de acordo com cada grupo parlamentar, distribuindo os lugares da esquerda para a direita de acordo com as ideologias políticas. De facto, na Assembleia da República. No plenário, os deputados tomam lugar pela forma acordada entre o Presidente da Assembleia da República e os líderes dos grupos parlamentares, a forma como os lugares são distribuídos tem origem na tradição francesa, pelo que os deputados se sentam da esquerda para a direita de acordo com as suas ideologias políticas e com a perspetiva do Presidente, ou seja, os grupos parlamentares de esquerda ficam*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à esquerda do Presidente e os grupos parlamentares da direita, a direita do Presidente. Também o Parlamento Europeu, os lugares no hemiciclo atribuído aos deputados são determinados em função da sua orientação política. Da esquerda para a direita, após acordo entre os Presidentes dos grupos políticos, os quais estão organizados por afinidade ideológica e não por nacionalidade. A decisão do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia de separar os membros do grupo municipal do PSD está sim em manifesta contradição com o disposto no artigo oito, número dois, alínea e) do regimento da Assembleia Municipal, na qual se refere que compete ao Presidente da Assembleia Municipal assegurar o cumprimento da lei. A decisão do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia de separar os membros do grupo municipal do PSD impede e constrange ainda que por meio não violento nem a ameaça de violência. O livre exercício das funções dos deputados municipais que dele fazem parte conduta que é suscetível de ser objeto de sanções penais ao abrigo do décimo e do trigésimo primeiro, todos da Lei número trinta e quatro barra oitenta e sete de seis de julho. Por todo o exposto, os membros do grupo municipal do PSD requerem a esta assembleia que delibere no sentido, de que lhes seja permitido sentarem-se na sala de sessões juntos e a direita de senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. Anadia vinte sete de dezembro de dois mil e vinte e um. Os membros do Grupo Municipal do PSD.” -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Portanto, este requerimento foi aceite pela mesa, está a ser apresentado. Gostaria de tecer aqui duas ou três considerações extremamente fugazes, dado que não gostaria de transformar este requerimento num assunto anedótico e, quiçá, revelador de que, porventura, as intenções de alguns podem ser postas no nome do Presidente da Assembleia. Nunca foi minha intenção segregar quem quer que seja ou qualquer partido que fosse, meu Deus do céu, ou usar meios violentos, quer de origem de vocabulário, quer de origem de origem física. Contudo acho porventura, pertinente, se este requerimento fosse, a exemplo de que na última reunião da Comissão Permanente fomos avisados, entre aspas, todos nós, de que o PSD ia apresentar uma alteração, um pedido de alteração do regimento. Não sei porquê? Só dessa data até agora, é que nem sequer nos disse, ó pá, ouça lá como é que é possibilidade de fazer isto ou aquilo. Eu penso que este requerimento faz-me lembrar aqueles advogados de defesa que, sabendo perfeitamente que a causa está perdida e dá itemes e mais itemes. E alguns atentatórios e que, portanto, impedem-me de continuar a dissertar sobre isso, sob pena de cometer alguma inoportunidade. Assim sendo, passo a palavra ao plenário para se quiserem apreciar este requerimento faz favor. Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP: -----

----- Muito obrigado. Senhor Presidente, eu vou ser muito sucinto naquilo que vou dizer, uma vez que também não merece alongar demasiado. Acho o requerimento realmente demasiado, demasiado intriguista no aspeto, apenas no aspeto, em que são colocadas algumas das questões e então na referência que é feita ao plenário da Assembleia da República. Então nesse aspeto, aí eu ainda nunca lá vi Presidentes de Câmara, porque aqui são Presidentes de Junta.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Misturar única e exclusivamente deputados parlamentares, para haver alguma analogia, com o que se passa aqui em qualquer Assembleia Municipal, em que há efetivamente os deputados eleitos e os senhores Presidentes de Junta que, por analogia ou por inerência, portanto, pertencem também à Assembleia Municipal. São coisas completamente distintas, portanto, lá são exclusivamente deputados em que, obviamente, todos terão que ficar juntos e aqui são Deputados e Presidentes de Junta. -----

----- Aqui nesta assembleia, ao que sei, pelo menos no mandato anterior assim foi e já me disseram que, noutros anteriores, em que havia realmente também os senhores Presidente de Junta, que ficavam também todos por inerência juntos e nunca ninguém questionou isso e não vejo qualquer razão para que seja alterado, porque acho absurdo alterar uma situação dessas, porque nunca deixa de se poder exercer qualquer das competências, só porque estão juntos ou porque estão a cinco metros de distância, era só muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Dou a palavra o senhor deputado Luís Fonte. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito boa tarde a todos os presentes, só duas considerações na última Assembleia Municipal, eu desloquei-me e falei diretamente com senhor Presidente, em que referi que iríamos apresentar por escrito aquilo que era a nossa, a nossa interpretação. Relativamente ao comentário de que sempre foi assim ou algo do género, não é a nossa interpretação de que assim deva continuar é apenas isso, não vale a pena fazer disto uma caricatura ou algo do género. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Faz favor Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente não pondo em consideração o texto vertido no requerimento, porque isto geralmente obrigaria a outra análise. Relembro apenas que no último mandato, inicialmente, depois da Comissão Permanente, que na altura era Comissão de Líderes reunir, foi feita uma disposição dos deputados pelo plenário, pela Assembleia e, nessa altura, a Senhora Deputada Presidente de Junta da Avelãs de Caminho até estava deste lado e lá mais para frente, não sei se passado duas, três sessões, agora não sei precisar, ela por vontade própria expressa mudou de lugar, não sei se foi por vontade própria, mas até percebo a mudança que depois se percebeu, uma vez que ela sendo a única deputada, se calhar teria outro apoio estando junta dos Presidentes, a maioria dos Presidente de Junta, porque eram nove os Presidentes eleitos pelo MIAP. -----

----- Eu julgo que não constituirá qualquer problema, qualquer celeuma se nós procedermos aqui a uma reorganização da Assembleia, pode tratar disso até na próxima Comissão Permanente, não vejo qual é o mal disso que já foi feito noutra situação, não será nenhum precedente. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Dou a palavra à Senhora Presidente de Junta e Deputada da Assembleia Municipal, Lúcia de Jesus. -----

----- **Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho Lúcia de Jesus:** -----

-----Então muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, Senhora Engenheira, efetivamente, quando tomei posse, sentei-me do lado oposto, junto dos restantes deputados do PSD, CDU e CDS. Não obstante, portanto, a minha posição aqui, eu assumo-a como Presidente da Junta, portanto, e senti que a minha função aqui seria junto dos colegas restantes Presidentes da Junta. Relativamente agora ao requerimento colocado, não discordo nem concordo, portanto, a mim é-me indiferente, portanto, que os colegas do PSD se queiram juntar aos restantes membros dos seus colegas ou se mantiverem aqui juntou aos Presidentes da Junta. A minha posição continua a ser a que tomei há quatro anos atrás, continuo a achar-me no posto de Presidente de Junta, portanto, é o lugar que eu quero continuar a manter, portanto, esta é a minha opção, foi por essa razão que na altura pedi ao Senhor Presidente da Mesa, Dr. Manuel Pinho, na altura para me substituir da posição dos colegas Deputados para os colegas Presidentes de Junta. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito Obrigado Senhora Deputada e Presidente de Junta. Portanto, reitero aqui a situação de que o requerimento é aceite, reitero aqui e relativamente ao Senhor Deputado Municipal Luís Fonte de que na verdade isto foi abordado de uma forma singela e seria formalizado também em ambiente de Comissão Permanente, aliás, como poderia ter sido falado. O que não se pode admitir e vai-me desculpar que lhe diga e seja frontal, é que não sei se foi o redator deste requerimento, é que faça juízos de valor acerca da intenção de uma decisão que deveria ser tomada ou de uma forma ou de outra.-----

----- Muito obrigado. Portanto, aceite que foi este requerimento, será então depois abordado no sentido de em Comissão Permanente, quanto às decisões ou quanto aos pedidos que tem. Claro que não é uma coisa que se vá agora dizer mude-se para ali ou para acolá. Concordam? Concorda o Grupo Municipal. Muito bem. Passaremos então, só outra coisa ao Senhor Luís Fonte, isto não é menosprezo para nada, nem estou a criar a querer aqui acusar, mas acho que não é propriamente ético estas correções assim, vale o que vale não é, e percebe-se perfeitamente essa decisão, mas, portanto, pois tenha-se um pouco mais de cuidado, um rasurado de coisas que, portanto, serve de aviso e só e não estou aqui a pôr a questão de se foi sob a sua tutela. Faz favor Senhor Deputado Luís Fonte. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Só para dizer que não me parece que tenha feito na redação os juízos de valor e não era certamente intenção, relativamente ao rasurado, é uma situação normal em contrato, não é nada de também em contratos, é normal quando se faz na hora, quando se acorda uma alteração, os presentes tem que assinar, os requerentes, neste caso, tem que assinar todos alteração. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Sanado esse incidente. Peço também à Senhora Secretária que leia uma proposta de criação de um talhão de combatentes PSD. Penso que é só de identificar o grupo é isso não é, porque combatentes ifen PSD? Eu vou pedir então a Senhora Secretária que faça o favor de ler esta proposta que tem os signatários do PSD. -----

----- **Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal:** -----

----- *"Proposta criação talhão combatentes PSD. Os combatentes de Portugal prestaram serviço na denominada guerra colonial entre mil novecentos e sessenta e um e mil novecentos e setenta e quatro encontram-se, os que ainda vivos, na última fase da vida e tem surgido solicitações para que sejam sepultados num talhão específico para combatentes. Dos núcleos regionais da Liga dos combatentes da nossa região, somente o de Oliveira do Bairro possui um talhão no cemitério local um talhão específico para os combatentes que, em vida, manifestem a vontade de lá serem sepultados. Dada a ausência de qualquer talhão no cemitério de Anadia alocado combatentes e já aconteceu serem sepultados no de Oliveira do Bairro combatentes residentes neste Concelho. Assim propõe-se a criação de um talhão no cemitério de Anadia para aqueles que, em vida, manifestem o propósito de ali serem sepultados. Anadia vinte sete de dezembro de dois mil e vinte e um. "*-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ponho agora então esta proposta à consideração do plenário. Não havendo nada a afirmar por parte dos Senhores Deputados como não nos compete, penso eu e corrijam-me se for errado, não nos compete decidir dessa mesma matéria e corrijam-me se isso for verdade, se seremos nós os intermediários em dirigir esta proposta ao Executivo, mas antes, porém, teremos que a votar aqui, esta é uma proposta e teremos que a votar em plenário, portanto, num universo de trinta e um Deputados, a "Proposta Criação Talhão Combatente", foi aprovada, por maioria, com dezasseis votos favor, do Deputado do Grupo Municipal do MIAP, António Rafael das Neves Timóteo, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do + PNT, zero votos contra e quinze abstenções, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, Manuel José Santos Pinho, Nuno Ricardo da Costa Portovedo, Anabela Fernandes Monteiro, Carlos Delfim de Almeida Correia, Vítor Manuel Santiago Tavares, Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, Arménio Almeida Cerca, Ana Paula dos Santos Alves Allen, Dino Augusto Ferreira Rasga, José Manuel Oliveira Carvalho, Mário Severo de Matos Marinho, Carlos Dinis da Silva Torres, Ema Paula da Silva Dias Pato, Fernando Adelino Pina Fernandes e Óscar dos Santos Ventura, encontrando-se cópia em anexo ao Livro de Atas, do qual faz parte integrante. -----

----- Tendo sido aprovada a proposta que será enviada ao Executivo para tomar as suas providências. Portanto, estes documentos foram analisados, foram os que foram entregues na Mesa, pelo que, para terminar o ponto número dois, solicito não dou a palavra ao plenário para intervenções que queiram fazer. Dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima**

José Manuel Carvalho: -----

----- Obrigado Senhor Presidente, fazer nota, portanto, da participação, enquanto Presidente de Junta de Freguesia designado pela Assembleia para, portanto, fazer representação no Congresso que decorreu em Aveiro, da Associação Nacional de Municípios e dar nota, portanto, das ocorrências que me pareceram pertinentes trazer aqui à Assembleia. Na verdade, o Congresso reuniu à volta de mil congressistas. Dizer que foi eleita uma nova Direção, um novo Presidente da Mesa e um novo Presidente do Conselho Fiscal. A nova Presidente da Associação Nacional de Municípios é a Presidente da Câmara de Matosinhos. Temos na Vice-presidência um Presidente da Câmara aqui do Distrito de Aveiro, que é precisamente do Município de Aveiro, e salientar duas questões que me pareceram perfeitamente antagónicas durante o Congresso. Uma o desejo manifestado por parte da totalidades dos Presidentes da Câmara que foram falar ao púlpito no sentido de solicitar ao Estado, ao Governo, o adiamento da transferência da delegação de competências, e por outro lado o discurso do Governo no sentido de não ir de encontro a essa situação e de informar que iria ser criada mais uma região NUT dois, uma a sul de Lisboa e outra a norte de Lisboa e, portanto, são estas as duas grandes conclusões que se podem tirar do Congresso. -----

----- Existe no país, pelas informações que foram tidas pelos Presidentes de Câmara que falaram, muitas dúvidas, há muitos receios e há muitas indefinições ainda relativamente à delegação de competências e que não houve capacidade de resposta, portanto, nesse Congresso. E eu próprio enquanto Presidente de Junta de Freguesia, trouxe também essas dúvidas reforçadas e uma preocupação maior para aquilo que poderá vir a acontecer nesta delegação de competências, quer aos Municípios quer às Freguesias. Tenho dito, obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Luís Fonte. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, a todos os presentes e a quem nos vê através da Internet. Eu gostaria de apresentar algumas considerações e questões para o Executivo camarário. -----

----- Primeiro ponto relativo aos contentores do lixo que não estão a ser despejados e limpos na frequência pretendida e isto exige uma intervenção da Câmara, dado que é algo que tem sido comentado perante nós por várias pessoas. -----

----- Segundo ponto relativamente ao transporte escolar e outros que não responde às necessidades, pretendemos que a Câmara nos informe sobre o que está a fazer para solucionar, o que é que está previsto e se vai aproveitar a revisão do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes para melhorar de alguma forma principalmente o transporte escolar. -----

----- Terceiro ponto saber qual o ponto de situação do Centro de recolha de animais, se já recebe animais, senão quando se prevê que venha a receber, quantos animais se prevê que este Centro possa vir a receber e qual a estratégia de gestão, dado que me parece que é algo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problemático em todo o país e que não será só em Anadia. -----

----- Quarto ponto neste momento, Anadia é um dos piores Concelhos de incidência de COVID, há algum plano de atuação local, como está a situação nas escolas e, por último, em relação ao programa dos vouchers de apoio ao comércio local, como é que está o fecho do programa que foi criado pela Câmara Municipal. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Portanto, penso que esta intervenção do Senhor Luís Fonte é referida e dirigida à Senhora Presidente do Executivo. É isso? Senhora Presidente quer intervir? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Então muito boa tarde a todos, desde logo, porque é a primeira vez que estou a intervir hoje, cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa, os meus colegas do Executivo não, porque entretanto já estivemos juntos, mas cumprimento sim, os restantes elementos do executivo e, obviamente, os membros da Assembleia Municipal, o público hoje aqui presente e todos aqueles que nos acompanham através de redes sociais e não sei se alguém da comunicação social também presente ou que nos está a acompanhar do outro lado. -

---- Eu começava logo pela última pergunta pela situação de COVID. Efetivamente o Município de Anadia enfim, atingiu um pico na situação de número de casos. Já começámos a descer um bocadinho, mas fruto dessa situação, obviamente, por alguma razão também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal hoje já tomou uma decisão de hoje estamos assim um bocadinho mais afastados e estamos a cumprir as regras e, portanto, seja aqui, ou seja, noutros edifícios municipais, isso está a acontecer. E, portanto, são regras básicas de orientação pela DGS, mas também por recomendação da Delegada de Saúde e, com efeito, a partir do momento em que os números começaram a aumentar, a própria Delegada de Saúde, inclusivamente, deixou de autorizar determinados espetáculos e, por isso, nós tivemos mesmo também que os adiar nós Câmara Municipal, aquilo que foi contratualizado pela Câmara Municipal. Portanto, são eventos que estão adiados, não foram cancelados foram adiados. E também um pouco pelas outras infraestruturas em que já tínhamos regras que nunca deixamos de ter e, obviamente, nalgumas, inclusivamente, pedimos na mesma o certificado de vacinação e nalgumas situações também mesmo o teste de COVID, recente ou feito no local, quando não tem outra forma de o comprovar, portanto, são estas as regras que nos são indicadas pela nossa Delegada de Saúde e obviamente as outras também na sequência do cumprimento da lei, embora estejamos até um bocadinho mais à frente daquilo que efetivamente é recomendado. --

----- Assim como na primeira semana de janeiro, as próprias piscinas municipais encerrarão como encerram, enfim, as escolas para férias e, portanto, irão recomeçar mais tarde e nós também encerraremos as piscinas municipais e, se calhar, até vamos estender esse período até ao final do mês de janeiro. Aproveitando obviamente também para fazer alguma intervenção que se impõe, nomeadamente nos tanques dos planos de água. -----

----- Relativamente ao CROAC está concluído, estamos com contrato de energia que se não foi feito hoje, será feito amanhã, de resto, a partir do dia três de janeiro, impreterivelmente,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, entrará em funcionamento e, obviamente, os animais irão inaugurar o espaço, animais errantes que, eventualmente possam ser apanhados. E digo errantes, porque não são todos os animais que andam por aí, obviamente, que irão para o canil, senão rapidamente se enche o espaço.-----

----- O CROAC tem uma capacidade na ordem de perto dos sessenta cães e dos trinta gatos, como eu costumo dizer, se eles forem amigos uns dos outros, o número até se pode duplicar. Mas pronto, é aquilo que foi recomendado e, portanto, o programa funcional foi também acompanhado e aprovado pela CCDR e pela DGAV, que inclusivamente irá fazer ainda uma vistoria ao próprio local. DGAV que hoje já depende também do ICNF, portanto, foi pedida essa mesma vistoria ao espaço após a conclusão das obras. -----

----- De resto, a gestão será por conta do Município de Anadia, com recursos humanos do Município, com equipamento comprado pelo Município e, portanto, continuará assim, uma vez que a única comparticipação que tivemos para a construção desta infraestrutura, foram apenas cinquenta mil euros, apesar de termos que justificar todo o investimento que foi feito. -----

----- E ainda bem que, enfim, houve esta aposta na construção do Centro de Recolha Municipal de Animais, na medida em que o Centro de Recolha Intermunicipal ainda não avançou, não avançou pela falta de concorrentes, pela revisão do projeto que já houve, preço, que enfim, já quase duplicou e estamos numa fase de novamente, em termos de Comunidade Intermunicipal, de fazer uma revisão àquilo que foi o projeto inicial e aquela que pode ser a estratégia para a Comunidade Intermunicipal. -----

----- Por parte do Município, portanto, ficamos pelo menos com esta infraestrutura, com uma capacidade, enfim, de acordo com aquilo que na altura foi definido e possível e aprovado, e, portanto, assim continuaremos então a fazer a gestão, também estando mais preparados, obviamente, para a prática de determinados atos, nomeadamente de esterilização, entre outros, nesta mesma infraestrutura. É isso que estamos a fazer e é isso que iremos continuar a fazer, sempre recordando que o Centro de Recolha de Animais é para animais errantes, gatos e cães, não para todos os animais que andam na rua, porque muitos que andam na rua até têm chip, e têm que ser tratados de uma outra forma e, portanto, devolvidos aos próprios donos e, obviamente, também no próprio CROAC também será implementada a adoção dos próprios animais. -----

----- Transporte escolar, enfim, o transporte escolar é sempre uma matéria delicada, como sabem, neste momento, os Municípios têm à sua responsabilidade o transporte gratuito de todos os alunos para todos os anos de escolaridade, sendo que será apenas ou melhor aquilo que é imposto e de acordo com a lei, é para todos os alunos que estejam a mais de três quilómetros de distância do próprio estabelecimento de ensino. O transporte escolar é feito pelas carreiras regionais da Transdev ou da Rodoviária da Beira Litoral, de acordo com os horários que foram articulados pelos diferentes estabelecimentos de ensino, durante o COVID e agora mesmo no pós COVID no início deste ano letivo, continuam-se a manter os horários desdobrados nos diferentes estabelecimentos de ensino e, obviamente, obrigando a um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acréscimo de custos e de carreiras para fazer este transporte de alunos, que pesa efetivamente e é um encargo muito elevado face ao número de alunos. E com um grande desfasamento entre aquilo que são os passes que são pedidos na própria escola e os alunos que efetivamente utilizam o meio de transporte, ou seja, há um grande número de passes que são que são pedidos na escola, por recomendação dos professores, mas, na verdade, há muito menos alunos a utilizar as carreiras, do que propriamente os passes que são requisitados. Havendo este desfasamento, obviamente que isto implica um encargo maior, quer para a Rodoviária quer, por sua vez, também para o Município, uma vez que o PARTE não vem cobrir toda essa diferença de valores e, portanto, terão que ser os Municípios a repor a diferença, em função daquilo que a própria transportadora também exige.-----

----- Dizer que não é propriamente esta questão do transporte escolar objeto de revisão no Plano Intermunicipal de Transportes, o Plano Intermunicipal de Transportes é muito mais abrangente, portanto, é para a rodovia, é para a ferrovia, era para a ciclovia, para todos os meios de mobilidade suave e não propriamente para esta questão do transporte escolar, que tem uma gestão diferente no âmbito da Comunidade Intermunicipal, a quem delegámos a competência para ser reconhecida como Autoridade de Transportes e, logicamente, está também a coordenar todo o processo de um novo concurso público, uma vez que o primeiro ficou deserto, para ver se conseguimos efetivamente candidatos, para dentro de pouco tempo termos um novo concurso a funcionar e ter a certeza que, efetivamente, também temos carreiras a fazer este percurso de transporte escolar. -----

----- Com exceção dos meninos da zona nascente do Concelho, em que esse transporte escolar já há muitos anos que é assumido pelo Município, portanto, por um transporte nosso, com também uma pessoa nossa que acompanha, obviamente, porque nos transportes escolares temos que ter sempre um auxiliar também que acompanha o motorista e, logicamente, fazendo também uma revisão de todo este processo, uma vez que até em certa situação e em certo horário, inclusivamente já substituímos esse transporte por um próprio táxi, enfim, para ver como é que as coisas correm, porque não faz sentido nenhum, ir levar um aluno à serra, até porque é um desperdício e, portanto, são situações que temos que rever efetivamente no futuro.-----

----- Como eu acho que mesmo nas carreiras regionais e eu já vi isto no recomeço das aulas após a pandemia no terceiro trimestre, carreiras a irem para o Pardieiro ou até para o lado de Sangalhos com dois, três alunos, portanto, isto não faz sentido nenhum. Quando na verdade, enfim, custa muito dinheiro para fazer este tipo de transporte e, portanto, é algo que devia ser revisto, não só para o Município, mas de uma forma mais global, porque os valores que estão em causa são efetivamente significativos.-----

----- Relativamente à questão da recolha de lixo, estamos a falar de dois tipos de lixo diferentes, provavelmente, a recolha de lixo doméstico e a recolha dos ecocentros. A recolha dos ecocentros é da responsabilidade da ERSUC, e, portanto, são eles que fazem essa mesma recolha, por vezes nem sempre corre bem. Tal como também acontece com os resíduos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

domésticos, que é da responsabilidade do Município, com os nossos próprios meios, com os nossos carros, com os contentores que adquirimos, que, enfim, se calhar nalgumas situações também estamos a equacionar essa situação, portanto, apesar de termos todo este sistema cadastrado, quer seja em termos de contentores quer seja de rotas, ver de que forma podemos melhorar, pese embora também rever efetivamente esta questão dos contentores de lixo. -----

----- Porque se no passado tínhamos muitos contentores dispersos, obviamente que tentámos até sensibilizar os Senhores Presidente de Junta para criar zonas, enfim, que ficassem mais limpas, mais asseadas, onde os contentores ficassem mais concentrados e, obviamente, com isto também garantir que na rota da recolha do lixo, se perdesse menos tempo do que a fazer paragens sistemáticas. Porque demora muito mais tempo a fazer todo esse percurso e a fazer a cobertura de toda da Freguesia. Não sei se têm conhecimento, mas nós temos mais de mil e seiscentos contentores espalhados por todo o Concelho. -----

----- Além das equipas da recolha do lixo de resíduos domésticos, ainda temos as duas equipas para recolha de monos que vão percorrer o Concelho, lixo esse que vem para um contentor grande, que por sua vez, vai para Coimbra para levar o lixo à entidade a quem pagamos para o tratar. -----

----- Relativamente à questão dos vouchers estamos a chegar ao final do ano e, portanto, numa fase final para efetivamente fazer esse balanço. Daquilo que foi a adesão dos comerciantes e os pagamentos efetivamente que nos cabem fazer, os que já fizemos e os que eventualmente possam ser feitos até ao final desta semana. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado senhor Presidente, eu desejava fazer só aqui uma pequena perguntar à Senhora Presidente da Câmara, se fosse possível, apesar de o tema já ter sido minimamente abordado, mas não da forma que eu pretendia. Então é o seguinte, sabendo que o Executivo, desde que começou a vacinação para o COVID, sempre disponibilizou às competentes entidades de saúde, um Pavilhão Municipal em Anadia para essa vacinação, no sentido de uma maior agilização da mesma e procurando atenuar quaisquer incómodos para a população, o que não foi tida em conta por aquelas entidades, qual é atualmente o ponto da situação, uma vez que já não está a ser efetuada na extensão de saúde de São Lourenço do Bairro e o que é que se perspectiva para o futuro.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, a Senhora Presidente quer responder? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Posso desde já também complementar a informação ou clarificar, uma vez que não falei nesse assunto no ponto anterior. Mas permita-me só voltar atrás, porque há pouco o Senhor Vice-Presidente estava-me a alertar para isso e para que não existam dúvidas. -----

----- Relativamente à questão do transporte, que às vezes depois começa-se a fazer uma outra



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

leitura. Quando eu disse que não faz sentido transportar dois ou três meninos é num autocarro. Faz todo o sentido transportar os meninos, o que não faz sentido é levar um autocarro para ir levar um menino ou mesmo que até que fossem dois ou três, portanto, temos é que repensar o sistema de transportes, sabendo nós que, efetivamente, se formos nós, além do motorista tem que ir ainda um auxiliar, se for nas carreiras regulares já não é preciso o auxiliar para acompanhar. -----

----- Relativamente ao processo de vacinação, bem este é um assunto que, enfim, finalmente têm uma resolução ou quase finalmente. Porque efetivamente desde que o Centro de Vacinação começou em São Lourenço do Bairro e que foi numa situação também de emergência total, porque estávamos uma vez mais numa situação crítica, com números bastante elevados e, portanto, aquilo que me foi dito é ou arranjamós já uma alternativa, ou então vamos não sei para onde e depois só voltamos cá para março. -----

----- Foi numa situação de emergência que o Centro de Vacinação passou a acontecer em São Lourenço do Bairro, sempre com a disponibilidade que mantivemos, não só para o processo de vacinação, mas para toda a situação crítica em termos de COVID, em que manifestámos junto do Ministério da Saúde, junto da ARS, junto do ACES, disponibilizando os nossos pavilhões, disponibilizando o Velódromo, etc, para todas as situações. E, nomeadamente, até em articulação com Ministério da Saúde, até com a questão do Hospital de Anadia, porque podia ser também o Hospital de Anadia, enfim, um apoio a toda a situação crítica que estava a acontecer, nomeadamente, em Coimbra. -----

----- Desde sempre manifestámos essa disponibilidade na questão do processo de vacinação. Se numa primeira situação de emergência concordámos, passou a deixar de fazer qualquer sentido, uma vez que o número de vacinas aumentou e, portanto, não eram condições ajustadas e, portanto, sobre isso escrevi, sobre isso foi divulgado nos meios de comunicação social e pronto e sobre isso acabei por dizer que não era um espaço digno, obviamente, para receber as pessoas e para tratar deste processo de vacinação. -----

----- Além de ser um espaço já, enfim, em que não poderia acolher as pessoas, foi mau de Inverno, era mal de Verão. Para além de que a própria sala de recobro não tinha espaço para as pessoas estarem, portanto, em vez de estarem meia hora no recobro, passavam a estar um quarto de hora ou dez minutos, porque tínhamos era que despachar as pessoas. Pronto, de maneira que foi assim algo que não entendemos, posteriormente, enfim, a alternativa foi colocar o Centro de Saúde de São Lourenço a funcionar devidamente com as consultas normais, até porque para estar a funcionar o Centro de Vacinação em São Lourenço, as pessoas de idade deixavam de ter os serviços médicos à disposição, tendo na mesma que se deslocar para outros lugares do Concelho para terem as ditas consultas. -----

----A opção foi ir para o Centro de Saúde de Anadia, o que foi de mal a pior. Porque, na verdade, o Centro de Saúde de Anadia também não tinha as condições adequadas para todo este processo de vacinação e ainda para mais quando se juntam agora a primeira, a segunda e a terceira dose. Mas também a vacinação das crianças e as crianças têm que ser acompanhadas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por um encarregado de educação. E, como tal, é preciso espaço para a vacinação das crianças, para receber as pessoas que vão tomar a terceira dose e a vacina da gripe e depois mais a segunda e aqueles que ainda nem sequer tomaram a primeira. -----

----- Daí que, finalmente, o ACES do Baixo Vouga tenha entendido, obviamente, que era preciso encontrar uma alternativa e alternativa foi o Pavilhão dos Desportos, o multiusos. Na medida em que temos o outro Pavilhão cá em baixo, conseguimos resolver a situação, sobretudo neste momento em que vai haver um maior número de vacinas e, portanto, mais concentração de pessoas. Disponibilizámos o Pavilhão dos Desportos desde a semana antes do Natal, que da nossa parte, além da disponibilidade do Pavilhão, toda a logística conforme nos foi solicitada estava pronta, só ainda não começou lá, porque faltava a linha da informática que tem que ser do Ministério da Saúde. -----

----- Neste momento, pelo que sei, inclusivamente nos agendamentos, já estão a ser reencaminhados para o Pavilhão dos Desportos. Eu disse que estava quase resolvido porque durante três, quatro meses, no máximo, funcionará o Centro de Vacinação no Pavilhão dos Desportos, mas posteriormente irá passar para um outro local, na medida em que o Ministério da Saúde já reconheceu que este processo de vacinação veio para ficar e, portanto, enfim, hoje é a terceira dose, é a das crianças, mas se calhar, depois a seguir vamos ter a quarta dose e quinta dose e não sei quê mais.-----

----- Aquilo que nos foi pedido, de facto, foi encontrar um local onde o processo de vacinação efetivamente ficasse quase em definitivo, à semelhança um pouco daquilo que já existiu no passado, se bem se lembram, em que tínhamos o dispensário lá em cima, junto ao hospital. Pronto este é o ponto de situação relativamente a este processo de vacinação, que aliás dei nota deste assunto na última reunião do executivo.-----

----- Portanto, também um meio de reconhecimento, por parte do Senhor Presidente do ACES, uma vez que também pelos vistos vão ter reforço de equipas de vacinação, portanto, para além de haver um maior número de pessoas a tomar a vacina, supostamente, e eu digo supostamente porque tenho dúvidas, é que vai haver um reforço de equipas de vacinação, para além das pessoas que estão no Centro de Saúde. Pessoas externas que serão contratadas para este processo de vacinação, portanto, era incompatível realmente o funcionamento e a concentração de maior número de pessoas no Centro de Saúde de Anadia, portanto, e bem, finalmente, houve esse reconhecimento por parte do Ministério da Saúde, neste caso do ACES do Baixo Vouga. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pelos esclarecimentos Senhora Presidente. Dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Boa tarde, a todos, novamente, vou ter uma pequena intervenção relativamente à área da saúde. Quer nas grandes Opções do Plano e no orçamento está previsto para a o ano de dois mil e vinte e dois e nalguns casos, no seguinte, uma grande requalificação ou uma reparação do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Centro de Saúde de Anadia, designado nestes documentos como reestruturação, beneficiação do edifício.-----

----- Como ex-profissional desta área de Engenharia de intervenção nas instalações e equipamentos de saúde, gostaria que a Senhora Presidente ou o Vereador da área da saúde, informassem em que é consiste esta intervenção no nosso Centro de Saúde. -----

----- Pretende-se apenas melhorar o nível do existente, a nível das paredes, dos tetos e pavimento, das instalações elétricas, de instalações mecânicas e informáticas ou estão previstas também alterações funcionais e inovações que vão repercutir-se nos utentes do Centro de Saúde? -----

----- A Câmara Municipal participou na definição dessas alterações ou limita-se a custeá-las em regime de parceria, e enquanto decorrerem as obras no Centro de Saúde, onde vão ser atendidos os utentes do atuais do Centro de Saúde e futuros e em condições? -----

----- Irá haver capacidade para responder convenientemente ao processo de vacinação, que, eventualmente, já aqui acabou de falar a Senhora Presidente, mas que irá continuar em todo o país e não sabemos até quando? -----

----- Isto para que fique claro, a verba prevista no ano de dois mil e vinte e dois é de um milhão e duzentos e dez mil euros e em dois mil e vinte e três de quinhentos mil euros. Consideramos esta requalificação uma das intervenções com que estamos completamente de acordo, relativamente ao previsto nas GOP e Orçamento para dois mil e vinte e dois. -----

----- De qualquer maneira, se me pudesse dar alguns esclarecimentos, em que é consiste estas obras e em que parte é que a Câmara Municipal de Anadia participou na sua programação e na sua execução, eventualmente. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Que esclarecer Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Com todo o gosto. Olhe dizer que, em primeiro lugar, o primeiro passo que estamos a dar é substituir-nos ao Governo numa matéria em que competia ao Governo efetivamente fazer a intervenção. Essa logo a primeira, porque o edifício não é Municipal, o edifício é do Ministério da Saúde e, como tal, devia ser o Ministério da Saúde a assumir as obras, que desde há muito tempo que elas são reivindicadas e se há uns anos atrás elas tivessem sido feitas, eu poderia aqui até nomear, enfim, aqueles que já passaram por alguns locais, primeiro custariam quatrocentos e tal mil euros, depois oitocentos e tal mil euros e hoje custam um milhão e tal de euros. -----

----- Portanto, enfim, deixámos andar e depois as obras tem um custo completamente diferente e, portanto, a intervenção também é diferente. Obviamente que não sendo o edifício da Câmara Municipal, já nos apercebemos, à semelhança um pouco daquilo que acontece com a educação, nomeadamente em edifícios que não são propriedade dos Municípios. É que a única possibilidade de os edifícios serem requalificados é os Municípios se substituírem ao Estado. ----

----- Ora, os Municípios onde é que vão buscar o dinheiro, aos fundos comunitários. Como tal,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se existe uma janelinha aberta para os fundos comunitários para aquela área, os Municípios tentam aproveitar, mas sempre, obviamente, com a anuência do Ministério da Saúde ou do Ministério da Educação, neste caso em concreto a única anuência que tivemos é do Ministério da Saúde, ARS, neste caso Centro. Em que através de um contrato, enfim, de colaboração, autorizou o Município de Anadia a fazer o projeto e a fazer intervenção no Centro de Saúde, portanto, no fundo, delegando uma competência para o Município de Anadia se substituir ao Estado e fazer a intervenção naquele equipamento, mais nada. -----

----- Portanto é esse o acordo que existe e essa parceria que existe. De que é que consta, obviamente que, neste caso tivemos que perguntar ARS, enfim, o Município vai à frente e vai fazer uma intervenção no Centro de Saúde, o que é que é necessário definir num programa funcional, porque há ajustamentos a fazer. Esse programa funcional foi elaborado pelos técnicos da ARS, valha-nos ao menos isso, de forma imediata e de uma forma muito célebre. Tudo isto foi cerca de mês e meio, porque abriu o aviso de concurso, e, portanto, disponibilizaram-se a definir o programa funcional que pretendiam para aquela extensão de saúde, como também já deram outra informação para outra extensão de saúde. -----

----- E, portanto, a intervenção para além da reorganização do espaço funcional, no fundo, mexe, contudo, mexe com a cobertura, mexe com as janelas, mexe com as águas quentes, mexe com o sistema de climatização, mexe com os pavimentos, mexe com os revestimentos, portanto, é quase global. Basicamente é esta a intervenção. E também entram aqui alguns objetivos que é preciso atingir, nomeadamente, a eficiência energética e, como tal, enfim, também temos que fazer determinados investimentos e aplicar determinadas funções no sentido de conseguir, obviamente, alcançar os parâmetros para a candidatura ser aprovada. Candidatura que será aprovada, provavelmente, e no vinte trinta ou no Prêria, como ainda não sabemos em qual o Município andarà para a frente com este investimento e, portanto, se for pelo vinte trinta, provavelmente, ainda fica a cargo do Município quinze por cento em termos de custo, se for no PRR, quiçá pode ser que venha a ter financiamento de cem por cento. Até lá, enfim, é a expensas do próprio Município. -----

----- Relativamente ao funcionamento do Centro de Saúde, pois será reinstalado num outro espaço. E poderei dizer hoje que será no edifício da Escola Secundária, no antigo edifício da Escola Secundária de Anadia. Hoje já posso dizer propriedade do Município de Anadia. Claro que para aquele edifício ter o mínimo de condições, que nunca serão com certeza piores do que aquelas que existem no Centro de Saúde de Anadia, hoje tal como está a funcionar, teremos ainda que fazer, enfim, algum investimento e alguns ajustamentos para que, de facto, os serviços do Centro de Saúde, que tem que sair daquele espaço para ser intervencionado, possam transitar para outro local e penso que respondi a tudo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. ----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, no seguimento de algumas matérias que aqui foram



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colocadas, eu perguntava-lhe Senhora Presidente relativamente à questão do segundo concurso intermunicipal e uma vez que está a ser tratado o segundo concurso, que não sei se obrigou a algumas alterações do que estava estipulado para o primeiro concurso e se essas alterações implicam algumas mudanças, no fundo, na diminuição da oferta ou no ajustamento de horários que sejam de certa forma pouco favoráveis. -----

----- Relativamente à recolha de lixo, perguntava-lhe se está a equacionar a possibilidade de aumentar o número de locais para a recolha exclusiva de lâmpadas. Ao que é do meu conhecimento, julgo haver apenas um no Concelho e é nos estaleiros, se não me engano da Câmara penso eu, estou a falar lâmpadas. -----

----- Terceira questão e uma vez que foi aqui falada a deslocação dos serviços do Centro de Saúde e que a Senhora Presidente disse e bem, que irão ocupar o espaço reservado na antiga escola, onde neste momento está a GNR, a pergunta no fundo, é o que é que falta fazer e qual é a previsão para a conclusão do quartel? Para que assim tenhamos uma ideia de quando é que serão mobilizados esse serviços, porque só depois disso é que poderão começar as obras no Centro de Saúde e, por último, se me permite, eu sei que isto é uma questão que já tem sido aqui trazida diversas vezes, tem a ver com a questão das bolsas de estudos e a propósito da publicação do Município referente à abertura de da segunda fase. Ora não é a primeira vez que nós temos assistido a esta situação de abertura da segunda fase. Creio que desta vez até foi pior só houve seis bolsas na primeira fase e eu equacionava aqui uma questão que já foi colocada, que era, se não havia então necessidade de fazer uma revisão do regimento, de forma a ajustar os critérios que são usados no apuramento das candidaturas. E depois também promovia aqui uma reflexão interessante que é nós estamos a falar de penso eu cinquenta bolsas no valor de mil euros, cinquenta bolsas essas que já vêm desde, se não me engano, dois mil e dezanove, em dois mil e dezoito pelo menos o orçamento teve sessenta e em dois mil e dezassete trinta mil, mas que continua a ser no valor de mil euros.-----

----- Ao longo destes anos temos sofrido diversas inflações e este valor continua inalterável e, no fundo, as despesas dos alunos que vão beneficiar destas medidas acabam por crescer, mas mais importante ainda é eu tentar perceber, o que realmente não estou a conseguir, que é ora bem, este ano foram atribuídas cinquenta bolsas, imaginemos então uma situação, que os critérios são inalterados e que para o ano, esses mesmos cinquenta ou um grande grosso número desses cinquenta beneficiários voltam a concorrer, estarão vedadas às novas famílias a atribuição de bolsas, famílias que preencherão então esses critérios que estão definidos, claro. -

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Queira responder Senhora Engenheira. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Relativamente ao concurso dos transportes, efetivamente, para já aquilo que se mantêm são as carreiras, pelo menos da nossa parte, as carreiras estão definidas e os horários, enfim, são horários que são ajustados e às vezes, enfim, mais cinco menos, muitas vezes até de acordo com a entrada dos alunos como de resto, quase todos os anos é feito, entre aquilo que é



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o horário de entrada dos alunos dos quatro estabelecimentos de ensino. E de facto sobre a questão do concurso o que tem limitado, obviamente, é o preço base, que está abaixo daquilo que efetivamente, enfim, as transportadores desejam que seja o preço ajustado, face obviamente, à situação que eles vivem e que tem sido prejudicial para eles, na questão do COVID, menos gente a utilizar os transportes públicos, essa é uma realidade e, obviamente, os custos combustíveis e para além de, enfim, de todo o problema que tiveram com alguns despedimentos inclusivamente, outros com entrada em layoff e por aí fora. -----
----- Se um ou outro Município até teve uma proposta de aumento de quilómetros, enfim, até já teve que reequacionar porque, de facto é impensável, obviamente, aos custos ou a previsão que existe para fazer face a este concurso, para que seja aliciante para os concorrentes. De resto o caderno de encargos tem que ter critérios de adjudicação, obviamente, numa situação destas não se pretende que seja apenas a proposta mais baixa, mas sim procurando outros critérios, enfim, de segurança, de redução de emissões CO2, de uma série de critérios. Gostamos muito de ter autocarros novos, com menos não sei quantos anos, mas se as próprias transportadoras, neste momento, estão com dificuldades, com estas exigências ainda mais dificuldade existe para que hajam concorrentes, obviamente, e hajam propostas para este concurso. -----
----- Portanto, está novamente numa fase final de revisão, com alguns ajustamentos para depois se lançar esse concurso, se lançar e estou a falar por nós, porque a Comunidade Intermunicipal que lançará esse concurso público internacional de transportes. -----
----- Sobre a recolha de lixo relativamente às lâmpadas sim temos nas oficinas, mas quando fazemos a recolha dos monos, a recolha porta a porta quando as pessoas o solicitam, enfim, nós também fazemos a recolha das lâmpadas que levamos, é material elétrico, tem de ser tratado de outra maneira, portanto, vai para os nossos estaleiros, que depois é reencaminhado para outro local. No caso em concreto, também o Agrupamento de Escolas recebe esse material, inclusivamente esse material constitui receita que depois reverte a favor de algumas entidades. Nosso caso até tem sido receita dos Bombeiros Voluntários. -----
----- Bolsas de estudo segunda fase, as cinquenta bolsas todos os anos tem sido atribuídas, é só uma questão de timing, se o regulamento, enfim, têm alguns critérios um bocadinho apertados, bem isso também acontece com os critérios que existem nos concursos para as bolsas sociais na faculdade, nós não estamos aqui a ser, enfim, mais exigentes que os outros, podemos pensar em vir a ser um bocadinho mais flexíveis. Mas na verdade aquilo que têm peso aqui, se há uma ou outra candidatura que é rejeitada é porque não entregam os documentos todos, porque acham que não devem entregar o IRS ou que não podem entregar alguns papéis, isso já são opções, obviamente nós que se quisermos fazer uma avaliação socioeconómica, temos que ter essa documentação, se não entregam os agregados lá o saberão, mas felizmente não são muitas situações que acontecem por essa causa. Agora tudo tem a ver com o rendimento per capita efetivamente e, portanto, olhando para aquele resultado, enfim, nós também podemos fazer a avaliação daquilo que são, enfim, as candidaturas às bolsas de estudo, definimos são cinquenta e são ajustadas para aquilo que nos parece que são os rendimentos per capita e que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efetivamente merecem esse apoio.-----

----- Seis bolsas nesta fase, porque está de acordo com o valor que nós definimos em termos de regulamento, o Senhor Deputado está preocupado em intervir e não me deixa falar e está-me a distrair, sequer voltar a intervir eu calo-me e não digo mais nada. Pronto, então diria eu que podemos rever esse valor mínimo de rendimento per capita é a única situação. Agora, enfim, também nunca irá muito além, para além daquilo que é a média do rendimento per capita que nos chegam para as bolsas de estudo na realidade. -----

----- Enfim, numa segunda fase, aqueles que vão a concurso na segunda fase, podem ainda se candidatar e é evidente se aparecerem alguns integram a lista de candidatos às bolsas de estudo. -----

----- De resto, eles serão todos posicionados e de entre a lista dos candidatos às bolsas de estudo até às cinquenta, obviamente, serão todos contemplados. Diria quase que independentemente do rendimento per capita, o último candidato, o quinquagésimo do rendimento per capita que ele apresente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, eu gostaria de informar os Senhores Deputados que estão excedidos todos os tempos atribuídos, quer por ponto e a todas as forças políticas. A exceção no PSD que tem uns escassos minutos, e ao PS e ao +PNT, você já está tapado, de qualquer das formas dado o interesse que tem este tipo de intervenções e dado o interesse dos temas que têm estado a ser abordados, vamos prolongar isto tentando fazer com que haja maior celeridade nas posições e também a Senhora Engenheira o espírito sintético na abordagem que faz às respostas aos Senhores Deputados. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Vou começar por um agradecimento. Queria agradecer à Senhora Presidente ter acabado de dizer que o canil foi boa ideia. Já é uma situação em que nós partilhamos a ideia, nós éramos na altura, se bem se lembra, os defensores do canil e dou-lhe os meus parabéns por contra tudo e contra todos, mesmo aqueles que ridicularizaram, na altura, o cãozinho que estava ali em frente, ter levado a um bom fim o canil. Agora gostava de lhe fazer duas perguntas. -----

----- A primeira prende-se com a posição da Câmara Municipal relativamente a uma hipotética inserção do Hospital de Anadia no Serviço Nacional de Saúde. Se tem alguma ideia já concretizada, se tem alguma opinião. -----

----- A outra era que me ajudasse a compreender uma situação. É do conhecimento que fez um acordo para a abrangência dos SLATs, tanto o de Sangalhos como o de Anadia. Houve um acordo, passou-se a escrito esse acordo que fez, antecipa a descentralização na área da saúde nos dois bens imóveis, que seriam na altura pertença da Câmara Municipal. Eu gostava de entender, se calhar será defeito meu, porque é que antecipou, porque se eu bem me lembro, do que li no decreto lei da descentralização, esses dois locais da antiga vacinação transitariam



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a pertença da Câmara e tanto quanto me parece, não sei se é essa ideia, este acordo agora altera um bocadinho essa situação e por isso é que eu queria tentar entender, porque é que foi feita esta negociação antes, quando propriamente em Abril entraria em vigor, em abril ou maio, o decreto-lei até porque isso é uma coisa que já está referenciada por ambos os candidatos com hipóteses de vencer as próximas eleições e formar governo. Já os dois disseram que em princípio não vão alterar nada nessa legislação e essa situação passaria a ser normal a partir de abril, ou seja, passariam a fazer parte integrante da descentralização, da transição de competências, esses dois edifícios e face ao acordo que foi feito eu fiquei sem perceber, porque nós já votamos aqui várias vezes a não aceitação da transferências de competências e fiquei baralhado com essa situação e gostava que me explicasse por possível. Para eu poder entender porque é que houve a necessidade de fazer esta antecipação da negociação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, faça favor Senhora Engenheira. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Desde logo por dizer ao Senhor Deputado João Gaspar que aquela infraestrutura não se chama canil, chama-se Centro de Recolha Oficial de Animais, portanto, é mais fino, é diferente o nome Centro de Recolha Oficial de Animais e tem um tratamento diferente. -----

----- Do Hospital Distrital do Serviço Nacional de Saúde vontade nossa era que nunca tivesse saído, obviamente, da esfera ou do acompanhamento do Serviço Nacional de Saúde, mas foi, aconteceu e como todos sabem o hospital não é propriedade do Município, é hospital da União das Misericórdias e, como tal, é sempre esta entidade que tem que estar incluída neste processo, pese embora, até numa situação de emergência, como há pouco disse na questão do COVID, falando com eles e articulando, obviamente, com o Ministério da Saúde, colocando, enfim, aquela infraestrutura à disposição, não para receber os casos de COVID, mas por exemplo podiam transitar outras situações do Hospital Coimbra e libertar camas em Coimbra para tratarem lá das questões de COVID.-----

----- Mas isto é uma situação de conversa, de muita conversa e de entendimento, sabendo nós que há sempre a União das Misericórdias que é a proprietária deste espaço e que não deixa de ser uma entidade privada e que gere um bocadinho isto de uma forma privada. -----

----- Relativamente aos SLATs, são coisas diferentes. É que se bem se recordam as transferências de competências já entraram em vigor em janeiro de dois mil e vinte e um, com exceção da Educação, da Saúde e da parte social que supostamente entrarão em março de dois mil e vinte e dois. Todos os edifícios que estão ativos da Saúde entrarão no processo de competências no âmbito da Saúde, foi aquilo que há pouco referimos, o caso do Centro de Saúde de Anadia, quiçá, que pelos visto não vai ser bem assim, aquele edifício possa vir a ser transferido para o Município de Anadia. Será difícil. Mas tudo pode vir a acontecer. -----

----- Agora todo o património devoluto, como o caso dos SLATs e, enfim, muitos outros, são da gestão da Direção Geral do Património do Estado e como já estavam sobre a gestão da Direção Geral de Património do Estado, foi ao obrigo da transferência de competências daquela área do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

património, em que nós pedimos a transferência, o direito de superfície, para o Município de Anadia, portanto, aquilo que nós temos é um direito de superfície do SLAT de Anadia e do SLAT de Sangalhos, porque era património devoluto. Contudo o Ministério da Saúde também teve que, enfim, colocar o seu despacho, portanto, visar essa autorização, a par com a Secretaria de Estado das Finanças, obviamente, e pelo Diretor-Geral do Património, portanto, porque era património devoluto, embora, enfim, já tivesse feito parte da Saúde. -----

----- O que está ativo, enfim, está nos Ministérios e, portanto, vamos ver como é que será no futuro. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Deputado Dino Rasga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde a todos, cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia e a Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Vereadores, colegas Deputados Municipais e Presidentes de Junta e público, comunicação social e quem nos vê através da Internet. -----

----- O assunto que eu tinha aqui agendado, foi já de certo modo tocado, digamos assim, porque foi do nosso conhecimento que finalmente se tinha concluído o processo que se arrastava há alguns anos e que a mim, pessoalmente me diz muito, concretamente a permuta dos edifícios e terrenos da antiga Escola Secundária. -----

----- Como Subdiretor da Escola Secundária participei em todas as reuniões da Parque Escolar, da Direção Regional e com o gabinete de arquitetura que elaborou o projeto da nova escola, designada Básica e Secundária. -----

----- Finalmente, repito, estes edifícios e terrenos passam a ser propriedade do Município. É um edifício que durante mais de setenta e cinco anos formou não só várias gerações de jovens de Anadia, como do resto do país, da primária ao ensino superior. -----

----- O Colégio Nacional que muitos de nós temos o orgulho de ter frequentado, escola masculina privada até mil novecentos e setenta e um e de mil novecentos e setenta e um a setenta e cinco como secção do Liceu Dom Duarte e em setenta e cinco foi adquirida pelo Estado e passou a ser a Escola Secundária de Anadia. -----

----- Este edifício faz parte da história de Anadia e desejamos que seja utilizado para o desenvolvimento de atividades que não atraiçõem a sua história. Neste momento e devido às obras do quartel da GNR, já aqui referido, foi parcialmente adaptado para funcionar o quartel provisório. Pensamos que num futuro próximo poderá ser readaptado para o Centro de Saúde que igualmente sofrerá obras de beneficiação, como já foi aqui referido, que o Executivo camarário substituído o Estado irá levar a cabo. -----

----- Senhora Presidente poderá ser prematuro perguntar-lhe se têm já em mente algum projeto para o futuro dessas instalações, agora na posse do Município, mas se poder partilhar connosco, bem como o que poder interessar do processo permuta, agora concluído, seria importante. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado. Muito obrigado, Senhor Deputado, quer tecer um comentário Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Com efeito este é um processo, custa-me dizer isto não é, mas já vai em oito anos pelo menos comigo e com os vereadores que me acompanham, porque efetivamente já vinha de trás e, obviamente, andamos aqui há dois mandatos para tentar resolver esta situação e finalmente, e diria hoje ficou definitivamente resolvido, na medida em que hoje mesmo pusemos um ponto final nesta situação, porque foi assinada a escritura entre o Município de Anadia e a Direção Geral do Património do Estado, na pessoa do seu Subdiretor Geral que tinha autorização para o fazer, depois de passarem os despachos todos dos Ministérios todos e do Primeiro Ministro que também precisa de assinar e autorizar e depois o visto do Tribunal de Contas, que também foi demorado. -----

----- E portanto encerrou-se esse processo numa permuta de terrenos, e é preciso não esquecer que uma grande parte já eram do Município de Anadia, os edifícios é que não eram, mas também é preciso não esquecer que para termos este processo concluído, o Município de Anadia teve de despender mais de trezentos e sessenta mil euros, mesmo assim, portanto, não foi uma permuta graciosa ou gratuita, custou mesmo assim, trezentos e sessenta mil euros para que efetivamente o Município, em definitivo, ficasse com a legítima propriedade do seu património de toda aquela área, nomeadamente da Escola Secundária e pronto e obviamente que este é um processo que agora se vai ter que fazer. -----

----- Já investimos, enfim, algum dinheiro para colocar lá a GNR provisoriamente, que sairá provavelmente até março. Contudo, antes dessa data, iremos iniciar a intervenção no primeiro piso, que é onde ficará instalado o Centro de Saúde de Anadia, provisoriamente, enquanto decorrerem as obras. Vai para o primeiro andar porque a entrada do Centro de Saúde será independente da entrada da GNR e, portanto, serão entradas completamente distintas e depois, obviamente, daremos sequência às obras e a todas as intervenções que se entenderem pertinentes e, obviamente, a ver se conseguimos executar algumas ideias que temos em mente para o local e que, inclusivamente, fizeram parte também da nossa proposta eleitoral, do nosso plano de ação que propusemos nas eleições recentes. -----

----- Portanto, a seu tempo, primeiro limpamos a casa, agora estamos a reorganizar e a fazer investimentos, porque, enfim, aquilo tem muito dinheiro para investir, sem apoios dos fundos comunitários, portanto, a expensas exclusivamente do Município de Anadia e como tal, enfim, é preciso ir dando os passos e a gestão, enfim, às necessidades e aos projetos que queremos implementar naquele local. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente darei a palavra à Senhora Deputado Ana Cristina Silva.

----- **Senhora Deputada Ana Cristina Silva, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Boa tarde a todos, então a minha intervenção tem a ver com os transportes escolares, é, de facto, uma realidade que nós temos alunos de longe, alunos que têm transportes escolares



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que os vão buscar a casa, mas eu pergunto do Centro de Anadia até ao Agrupamento de Escolas de Anadia, quantos quilómetros são? É um facto que temos muitos alunos que se deslocam a pé do centro de Anadia até ao Agrupamento e vêm também a pé. Para baixo todos os Santos ajudam, mas para cima não. -----

----- Não é propriamente um caminho fácil fazer-se no período da manhã, muito menos quando está chuva e temos que ter neste sentido as funcionárias do Agrupamento, sempre roupa disponível porque os alunos chegam encharcados, há muito encarregado de educação que não pode levar os seus filhos, eles vão realmente a pé. -----

----- Seria de repensar, se calhar, algum transporte próprio para os alunos do centro de Anadia. Eu própria como professora, por vezes trago alunos a casa, porque é longe. Eu moro numa transversal à Rua das Flores, a pé faço frequentemente porque quero, demoro pelo menos meia hora a chegar à escola. Portanto eu acho que devíamos incluir os alunos de Anadia também nalgum transporte escolar. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigada Senhora Deputada. Quer comentar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só responder à Senhora Professora, que isso é o que já fazemos porquê, porque no nosso circuito do autocarro da Câmara que faz duas viagens enfim, a nascente do Concelho e que depois também passa por Alféolas, etc, passando mesmo pelo centro de Anadia. -----

----- Nós temos situações em que nos foi feita essa solicitação e fazendo essa avaliação dos agregados para alunos, enfim, com mais carências, nós transportamos esses meninos, portanto, eles só têm é que apanhar o autocarro, mas, obviamente, são situações que são coordenadas e do nosso conhecimento. Que não surja ali um menino e hoje apetece-me apanhar autocarro. Não, são situações que nós já temos elencadas e que aproveitam o transporte escolar e, portanto, vão para o Agrupamento. Não esteja a dizer que não, mas eu também não lhe vou dizer os nomes aqui, porque eu tenho a certeza daquilo que lhe estou a dizer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu não sei se pode, isto é, como a história dos terrenos que são só direito de superfície, portanto, eu não sei o que é que a Senhora Deputada quer, quer pedir mais algum esclarecimento? Então tenha a palavra de faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Ana Cristina Silva, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Só quero dizer que, na verdade, há muitos alunos a virem a pé às cinco da tarde e mesmo os outros transportes do que vocês levam para outros lados, há muitos alunos a ficar uma hora na escola à espera de autocarros, hora e meia e eu acho que isso é impensável para um aluno que termina as aulas às cinco da tarde, chegar a casa por volta das seis e meia, sete horas, para se levantar no outro dia, às vezes às cinco da manhã para vir chegar à escola a horas. Isto é a nossa realidade dos nossos transportes locais que temos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado quer responder Senhora Presidente? -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- É a realidade do país inteiro, porque não há transportes para todos os horários ou então o Agrupamento tem que ajustar os horários para os meninos enfim, que são de longe, também podem reorganizar as turmas de maneira a que todos os meninos que são de longe terem aulas a determinadas horas, porque, enfim, são opções, como também há pouco que acontece aquilo que eu lhe disse, é que efetivamente o número de passes que são retirados nas escolas, no início e mensalmente são em grande número, mas na realidade não transportamos esses números de alunos. Porquê, porque eles depois não querem vir de autocarro, querem vir a pé, mas isso já é opção dos alunos. Agora o número de passes que são retirados são, efetivamente, em valor muito superior aos alunos que são transportados e essa é a realidade. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Ainda sobre os SLATs de Sangalhos e de aqui de Anadia pergunto à Senhora Presidente se o contrato ou acordo já foi assinado, se sim, por quantos anos é que vai ser, para quando está previsto o início das obras e por fim, qual é o destino a dar aos dois edifícios? E termino e obrigado Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- No âmbito do processo de transferências de todo e qualquer edifício que o Município peça ao Estado para que seja transferido o imóvel, nós temos que fazer o pedido, mas acompanhado de um projeto para cada edifício e justificar a opção de para que é que o Município quer ficar com o edifício, portanto, desde o princípio e seguindo a lógica é dar, enfim, uma utilização pública aos espaços. -----

----- Aquilo que nós defendemos para o SLAT de Sangalhos e que demos como a nossa proposta, que aliás está escrita e redigida no acordo de cedência, portanto, está para instalar no SLAT de Sangalhos uma caixa multibanco e o resto do espaço para associativismo, basicamente, para situações de animação cultural.-----

----- Sobre o SLAT de Anadia, aquilo que foi elencado era para instalar no SLAT de Anadia o INEM, que anda por aí, enfim, de um lado para o outro, no hospital, neste momento está no Sport Center e, portanto, a ideia é a ambulância do INEM e a sua equipa ficar no SLAT de Anadia, portanto, foi isso que foi apresentado, foi isso que foi justificado e foi isso que foi aceite.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Dou a palavra a Senhora Deputada Sandra Queiroz. --

----- **Senhora Deputada Municipal Sandra Queiroz, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Antes de mais os meus cumprimentos ao Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, aos Senhores Secretários, à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todo o Executivo, aos Senhores Deputados, comunicação social, demais presentes e bem assim também todos aqueles que assistem a esta assembleia via online. -----

----- Atendendo à informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística e obtida na sequência dos primeiros resultados dos censos dois mil e vinte e um, constata-se que a maioria dos Municípios Portugueses tem vindo a assistir à diminuição da sua população. O nosso Concelho de Anadia não é exceção. -----

----- É evidente que não se pode esquecer que o decréscimo da população está fortemente ligado ao envelhecimento. A fixação da população no Concelho de Anadia consta das linhas estratégicas apresentadas pelo MIAP e constitui uma das suas prioridades. A criação de habitação, a par da execução de outras medidas, mostra-se essencial para atrair pessoas ao nosso Concelho e aqui quererem fixar a sua residência. Em matéria de habitação sei que já foram encetadas algumas diligências, pelo que gostaria, se possível, que Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara informasse o que é que tem sido feito a este nível, bem como o que é que está previsto desenvolver, de que forma e quando, no sentido de responder às carências habitacionais existentes no Concelho. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Senhora Presidente da Câmara. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Além de todas as situações que foram elencadas na estratégia local de habitação e que serão objeto de financiamento, esperamos nós, pelo menos é aquilo que está no acordo de colaboração que foi assinado, será em primeiro lugar para fazermos as intervenções e no sentido de acolhermos as situações que foram identificadas na estratégia local de habitação. ---

----- Para isso estamos a trabalhar nos projetos, projetos esses que, depois de estar o projeto de execução, teremos que submeter ao IRHU que terá que aprovar, para depois aprovar o dito plano de financiamento, para podermos iniciar a construção. Uma fase num local para determinado número de apartamentos e depois numa outra situação, num outro projeto que já estamos a iniciar também, para o outro grupo de apartamentos de acordo com as necessidades que foram elencadas na altura. -----

----- Obviamente quando tudo estiver construído, umas podem já nem necessitarem ou podem, entretanto, ter surgido outros, porque a estratégia, como eu disse já na primeira vez aqui, é dinâmica, e, portanto, podem algumas situações deixar de existir, mas podem, entretanto, surgir outras. Também não esquecer que em termos de habitação e também nesse sentido também já promovemos a venda dos lotes em Ancas por preços reduzidos, precisamente para que houvesse gente que se fosse fixando em Ancas. -----

----- E, portanto, disponibilizámos lotes a preços reduzidos com projeto aprovado e nesse sentido estamos a trabalhar para outros locais do Concelho, não só na sede do Concelho de Anadia, mas noutros locais, em terrenos propriedade do Município, onde possamos fazer um trabalho idêntico, no sentido de disponibilizarmos os terrenos com projetos aprovados, incentivando, obviamente, quem quer construir. Porque não seremos nós efetivamente os



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empregueiros, nem nos iremos substituir a nenhuma imobiliária, para termos aqui disponibilidade de habitação, mas sim, temos oferta em termos de terrenos, com projetos e que efetivamente aparece alguém com interesse, obviamente, para construir. -----

----- E será numa franja, porque a outra estratégia local de habitação, habitação a custos controlados, aí será sempre o Município a liderar, havendo disponibilidade financeira para o fazer e participação se possível. -----

----- Também a estratégia permite outra coisa, além de nós também permite aos proprietários das habitações fazerem a intervenção e, logicamente, necessitarão também de apoio e nesse sentido nós também estamos disponíveis para apoiar os senhorios, que efetivamente possam candidatar-se a fundos para fazerem a requalificação do espaço e também colocarem esses espaços no próprio mercado para arrendamento, por exemplo, e portanto, também é outra medida no sentido de termos mais oferta em termos de habitação para jovens, para as famílias carenciadas, enfim, isto acaba por se misturar tudo um pouco. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente. Dou a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhor Presidente, Senhores elementos da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, Senhores Munícipes presentes e quem nos ouve online. -----

----- Senhor Presidente se me permite eu gostava só de colocar algumas questões à Senhora Presidente da Câmara, se fosse possível, então, eu diria, Senhora Presidente, durante a campanha eleitoral, as visitas que o Partido Socialista fez pelo Concelho houve algumas situações para a sua necessidade. Pensei que o novo Executivo as inserisse no orçamento com fator de intervenção imediata, nomeadamente a Escola Básica de Vilarinho do Bairro, pela sua degradação geral. Salas frias e sem aquecimento, o desconforto e recreios altamente desconfortáveis. A escola de Sangalhos que possui um recreio diminuto e eu propunha e pergunto à Senhora Presidente, se não seria possível comprar o terreno circundante, como fez com o BTT? -----

----- A Escola Profissional de Anadia não será um fator a desenvolver e apoiar com novas instalações? De forma a atrair as universidades e politécnicos para uma extensão curricular? ---

----- Ainda sobre o mercado de Sangalhos verifiquei uma degradação e um abandono muito evidente. -----

----- Outra situação que também é da minha área e da qual sou profissional, são os parques industriais, temos parques que requerem intervenção, mas é a minha opinião que o avanço tecnológico exige que a Câmara Municipal de Anadia pense num parque industrial cinco G, dimensionado com infraestruturas específicas e vocacionado para a indústria não poluente. -----

----- A indústria como é do seu conhecimento é um contributo muito importante para o emprego, para o ensino, para habitação e para a saúde financeira do Concelho, como também ajuda a combater a desertificação existente, com a fixação de pessoas aos locais de trabalho. --



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Senhora Presidente estas são situações para a quais gostaria de ouvir a sua opinião. Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado pela atenção. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Presidente queira a ter a palavra. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Posso dizer a Escola Básica de Vilarinho não é propriedade do Município, portanto, se calhar, quem devia fazer também as obras era o Estado, não é? Portanto, logicamente ainda não tivemos essa intervenção na escola de Vilarinho do Bairro, quiçá até com a transferência de competências, a única coisa que está prevista é darem vinte mil euros para a conservação e para a manutenção. -----

----- Mas já substituímos o amianto da cobertura. Porquê? Porque aí o Estado rapidamente encontra os pozinhos para distribuir por não sei quantas escolas do país e mudem lá o amianto. Podia ter distribuído alguns milhões e nós também tínhamos feito de uma vez as obras todas, em vez de andar só a substituir o fibrocimento. Se nós fomos promotores da obra para fazer aquilo, também tínhamos sido promotores da obra para fazer a intervenção na globalidade. Mas não foi isso que o Estado fez. Substituímos o fibrocimento. Está lá, ainda não recebemos o dinheiro, mas tudo foi feito pela Câmara Municipal. -----

----- A Escola Básica de Vilarinho do Bairro é evidente que a escola está lá há vinte anos, quem é que foi promotor da obra, por acaso até foi Município de Anadia, mas na altura foi Ministério da Educação que a pagou. Pagava ao Município de Anadia como a da GNR acontece um bocadinho a mesma coisa. Portanto, se for para fazer alguma intervenção na Escola Básica de Vilarinho do Bairro, nós queremos aquilo que muitos Concelhos também vão reivindicando é que, no fundo, haja fundos comunitários que paguem também esse investimento. -----

----- Apesar de muitos Municípios, mesmo assim, ainda estarem a assegurar os quinze por cento, mas quinze por cento é uma coisa cem por cento é outra. Se o Ministério da Educação, no âmbito da transferência de competências, também subscrever nos fundos comunitários que aquela escola é uma prioridade, o que não está reconhecida como tal. E eu sei do que é que estou a dizer, porque ainda na semana passada isto que me foi dito. Portanto ou mudam esse critério e, de facto, reconhecem que a escola necessita de intervenção para que tenha apoio dos fundos comunitários ou então, não é que a escola esteja muito má, mas há lá muito dinheiro para gastar com efeito e, portanto, exigimos que haja no mínimo essa disponibilidade por parte do Estado, do Ministério da Educação, DGESTE ou quem seja, que reconhece àquela escola de intervenção prioritária, para que possa também usufruir dos fundos comunitários e o Município de Anadia, enfim, possa também fazer as obras na Escola Básica de Vilarinho do Bairro, como aliás já se disponibilizou mediante estas condições. -----

----- Centro Escolar de Sangalhos é um Centro Escolar recente, se o recreio não chega? Talvez não. Pode haver aqui articulação de horas de recreio, aliás, eu própria já conversei consigo relativamente a esta situação. Inicialmente o recreio até foi reduzido porque havia lá mais espaço, mas até foi uma opção da parte dos professores, nomeadamente o Coordenador que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

queria uma parte daquilo para fazer uma horta pedagógica, está lá a horta pedagógica, roubou um bocadinho espaço, mas foi a vontade deles. Agora se se pode adquirir terrenos para? Poder pode, mas na altura não estavam disponíveis nem sequer para esse efeito, portanto, neste momento não sei nem se o proprietário está disponível para tal nem se é possível, como é que este enquadramento pode ser feito, não lhe sei responder neste momento. Agora há outras formas de ajustar, como de resto já falámos, na questão dos recreios e dos horários recreios. --

--- Escola Profissional de Anadia, enfim, é uma escola da qual nós também temos uma parte, um bocadinho assim pequenino. Às vezes não somos ouvidos nem achados, mas também temos uma parte no capital. Mas logicamente que aqui há muito para fazer pela Escola Profissional de Anadia, é nossa opinião, mas isso é tema de uma outra conversa alargada e que deve ser repensada inclusivamente, porque nós também reconhecemos que a Escola Profissional tem mais-valias, que obviamente, pode crescer mais e pode fazer um caminho diferente, no sentido de ter complementaridade, inclusivamente outros cursos, ao nível do profissional e até ao nível superior.-----

----- Mercado de Sangalhos. Por acaso, até é propriedade do Município de Anadia, também tivemos que fazer a intervenção quando foi o Leslie, nós é que tivemos de substituir a cobertura, mas quem arrecada a receita é a Junta de Freguesia de Sangalhos, portanto, nós vamos fazer um projeto comum e dividir a receita do Mercado Sangalhos para fazermos essa intervenção. Vamos fazer um projeto comum Senhor Presidente da Junta? Que me está sempre a desafiar para umas parcerias, vamos pensar nisso. -----

----- Sobre os parques industriais, o que é que posso dizer, se leu o orçamento de certeza que vê lá a ampliação da Zona Industrial de Sangalhos, identifica lá outras zonas industriais, e aliás, hoje mesmo começa o período de discussão pública, que foi deliberado na última reunião de Câmara, da segunda alteração à primeira revisão do Plano Diretor. É das poucas alterações que nos é permitido, porque não podemos fazer a alteração de uso de solo, mas pelo menos considerarmos, enfim, outras zonas como zonas com potencial e com capacidade de uma intervenção mais rápida e mais célere do que noutros locais, para termos outras zonas industriais e oferta, obviamente, por parte do Município para os investidores e, portanto, tenho pena que efetivamente a burocracia seja como é. -----

----- Há bocadinho falava na Escola Secundária que andamos neste processo, eu só eu oito anos, e a do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Amoreira da Gândara, já lá vão quase quatro, felizmente dentro de pouco tempo estará todo o processo fechado e esperamos, obviamente, lançar a obra a concurso com todas as exigências e com toda a tecnologia, enfim, adaptada aos dias de hoje, para que efetivamente aquela zona tenha também outro potencial. Se chega, se é suficiente, entendemos que não, por isso o nosso olhar atento para outras zonas que tem possibilidades, obviamente, num curto prazo de tempo e que não demorem tanto tempo como demorou este Plano de Pormenor de Amoreira da Gândara. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente. Dou a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, muitos dos assuntos que eu queria abordar já foram aqui abordados, no entanto, há um tema que eu não posso deixar passar, em que ainda assim insisto na minha intervenção e tem a ver com facto de que nem tudo o que acontece nos Municípios é da exclusiva responsabilidade dos Municípios, apesar de alguns assim quererem passar essa mensagem. -----

----- E posto isto relativamente à vacinação, de que já falámos no início, é um daqueles em que efetivamente a vacinação não é responsabilidade do Município e nestas questões da vacinação ou da Saúde, não me parece que seja de bom-tom tentar haver algum tipo de aproveitamento político com este tipo de situação. O processo de vacinação é da responsabilidade da tutela, seja ele de forma direta, seja através da task force, seja através do ACES do Baixo Vouga, do Município não é. -----

----- Quanto à alteração para o Pavilhão é efetivamente uma excelente notícia, no entanto peca por tardia. É que o Pavilhão foi disponibilizado desde a primeira hora e, tal como a Senhora Presidente referiu, além do pavilhão outras infraestruturas, e este processo já tem um ano e depois de contactada a task force, a tutela, o ACES do Baixo Vouga não era necessário o Pavilhão. Ainda há bem pouco tempo na tal transferência do Centro de Vacinação de São Lourenço para Anadia não foi considerada, apesar da insistência e agora, de repente, o Pavilhão passa a ser considerado e muda-se já. -----

----- Isto leva-me a ter dois pensamentos, em que o primeiro é, de facto, o que disse a Senhora Presidente, a vacinação terá vindo para ficar, mas assim sendo, também não me parece que o Pavilhão seja a solução, e o segundo pensamento é que a mudança, nesta altura, a um mês de eleições legislativas, leva-me a pensar que, se calhar, o motivo é esse. E que muda-se para um Pavilhão que tem condições dignas, ao contrário do Centro de Saúde e muda-se de pressa antes do início da campanha eleitoral. -----

----- Ótimo que assim seja e ótimo que se mude para o Pavilhão, mas pergunto este atraso, primeiro na colocação do Centro de Vacinação no Centro de Saúde de São Lourenço do Bairro, a mudança para o Centro de Saúde de Anadia, todo o incómodo causado às populações servidas por esses Centros de Saúde, que tiveram de se deslocar para outros locais e pior, esta situação, esta teimosia, este deixar correr o tempo durante um ano, deixou quantas centenas de pessoas sem consultas, deixou quantas centenas de pessoas sem cuidados de saúde primários, com as consequências que já estamos a verificar hoje e que não sabemos quais vão ser no futuro e a responsabilidade é de quem? Quem é que assume esta responsabilidade? Eu sei a resposta, portanto não precisam de responder. -----

----- Depois dizer que efetivamente a proximidade das eleições tem destas coisas e não pertencendo o MIAP a esse dito clube que agora são os partidos políticos, deixem-me apelar aos partidos políticos aqui representados e que entrarão em breve em campanha eleitoral. Não há só a questão do local de vacinação. É preciso explicar, por exemplo, a falta de médicos, o abandono do património do Estado. A necessidade tantas vezes referida quer pelo Executivo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipal, quer unanimemente nesta Assembleia, até forma direta pelos empresários do Concelho, relativamente à criação do nó da autoestrada, como já foi dito aqui pelo Senhor Deputado e Presidente de Junta, José Manuel Carvalho, a preocupação de todos os Municípios, face à necessidade de os pacotes de financiamento que acompanham a descentralização sejam revistos e se reflitam, e que reflitam a verdadeira despesa associada e tantos outros temas cuja responsabilidade é efetivamente o Governo, como é o caso do Centro de Saúde de Anadia. De facto está a cair podre, mas a responsabilidade não é do Município é do Governo que deixou chegar a esse ponto e este é mais um daqueles casos em que o Município de Anadia, preocupado com o bem estar da população, se vê forçado a assumir responsabilidades que não são suas e não é caso único. Assim, de repente, lembro-me do quartel da GNR e o do Centro de Saúde, da rotunda da EN 1 em Aguiçim e tantos outros, que depois os governos passam incólumes a estas situações e os Municípios é que são os responsáveis por tudo o que acontece nos Municípios. Não é assim, isso não é verdade? Há muita responsabilidade que é dos governos. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra o Senhor Deputado Luís Fonte. OK, então está terminado as inscrições para a abordagem deste nosso Período de Antes da Ordem do Dia. Apelo vos, portanto, à vossa capacidade sintética na continuidade desta assembleia, porque ultrapassámos o tempo destinado a este período, também, se calhar, por uma questão de época natalícia. Vamos então rapidamente **entrar no Período da Ordem do Dia** e que tem como **ponto primeiro a apreciação da informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal. De acordo com o estabelecido na alínea c) do número dois, do artigo terceiro do RAMA.** Portanto passarei desde já a palavra ao plenário para qualquer intervenção que queiram fazer com base na informação que foi veiculada pela pelo Executivo camarário. -----

----- Dou a palavra ao Senhor Deputado e Presidente de Junta de Freguesia da União das Freguesias de Tamengos, Aguiçim e Óis do Bairro, Óscar Ventura. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Tamengos, Aguiçim e Óis do Bairro Óscar Ventura:** -----

-----Muito boa tarde a todos e para não alargar mais considerem-se todos cumprimentados. Venho aqui, portanto, apenas informar que já se encontram e informar isto com alegria, que já se encontram em fase final as obras no lugar da Mata, Óis e Curia, que realmente estavam paradas há um tempo e gostaria também de ser informado acerca das vias de Tamengos, onde foi intervencionada a rede de águas, se já há previsões para a sua conclusão? Era só muito obrigado e boa tarde. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Faz favor Senhora Presidente da Câmara. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Está um pouco tarde e fora de tempo, enfim, o empreiteiro já lá está a concluir aquilo que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faltava da empreitada que foi adjudicada, relativamente às obras na Mata da Curia, também fruto da intervenção da substituição da rede de água. -----

----- Relativamente à intervenção em Tamengos, como em outros lugares das diferentes freguesias, temos uma empreitada que está adjudicada já há alguns meses e, por acaso o empreiteiro até o mesmo, ainda não iniciou nenhuma dessas intervenções, portanto, ela faz parte do nosso orçamento, está adjudicada, está cabimentada e como só termina no final do primeiro trimestre do próximo ano, acreditamos, segundo ele, que, agora vem fazer as obras e vem colocar o tapete nas diversas freguesias, conforme estava previsto. Portanto, era uma empreitada de requalificação de vias e tinha, portanto, uma mapa de intervenção em diversas Freguesias, espero que desta seja para cumprir, porque também já não tem assim tanto tempo e o mal, se calhar, numas damos pouco tempo, tardam executar, mas esta se calhar até foi asneira, demos tempo a mais e ele vale-se dessa situação, mas pronto, infelizmente, é um pouco daquilo que acontece e o exemplo que temos e que nós sabemos da parte deste empreiteiro e de outros, mas eu falo deste, porque é este que está em atraso um pouco por toda a região, que deixou efetivamente os Municípios um bocadinho descalços, digamos, mas espero que desta seja para concluir. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente relativamente à execução de novos ramais de saneamento e as respetivas ligações à rede de saneamento existentes. Gostaria de saber se está previsto para este ano ou proximamente, uma solução para aqueles problemas que já foram aqui trazidos. Os Municípios que há mais de dez anos estão impedidos, no fundo, de se ligar à rede de saneamento existentes. Refiro-me às situações na falta de uma estação elevatória na maioria dos casos, como exemplo as Rua do Serrado, das Fontainhas ou do Cabouco, ambas da Freguesia de Sangalhos, eu até julgo que a Rua do Apeadeiro e a Rua das Eiras, em Aguim, mas haverá outros casos, no fundo é para perceber se está equacionada resolução destes problemas como uma prioridade para o Executivo? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, tem a palavra, Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Dizer que para este ano já não temos tempo fazer mais nada, está a chegar ao fim, portanto, já não vamos a tempo. Para o ano, pois, claro, é sempre uma prioridade ir concluindo aquilo que falta concluir, desde que seja exequível e referiu-se, por exemplo, a Rua do Serrado, onde foi instalada uma estação elevatória e que aguarda a ligação da EDP, como também na Travessa José Cardoso, na Amoreira da Gândara, enfim, e temos outras situações onde, de facto, se tivermos um número de casas efetivamente que o justifique, obviamente, instalarmos pequenas estações elevatórias que depois possam bombar para a rede. -----

----- Agora se fala da situação de uma casa única aí temos que repensar todo o investimento,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que obviamente, não faz sentido nenhum e ainda para mais ao custo a que a energia está, pronto, quando corre graviticamente é tudo mais fácil, quando é preciso instalar as estações elevatórias, torna tudo muito mais complexo, mas pronto, à semelhança do que temos feito, vamos sempre evoluindo no sentido de colmatar estas pequenas situações. Já são em menor número e obviamente, é preciso sempre ir acrescentando qualquer coisa mais. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado dou a palavra a Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- A Rua dos Olivais recebeu ultimamente nas zonas da ciclovia, os sinalizadores separadores da ciclovia da estrada. Todavia a parte superior da Rua dos Olivais tinha sido transformada ou requalificada numa primeira fase, também tem uma ciclovia e não tem esses sinalizadores. A minha pergunta é se eles vão lá ser colocados? -----

----- A outra pergunta é relativamente à Rua Trás que, aparentemente, têm dois passeios em alcatrão, não tem nenhuma ciclovia, mas, contudo, apresenta pelo menos oito lugares estacionamento. Apesar de normalmente os lugares de estacionamento estarem vazios e os carros estacionados na zona que seria de passeio. Também penso perguntar o que é que a Câmara pensaria fazer em relação a isso? -----

----- Já agora também sei que estava previsto a edificação de passeios a instalarem-se na Rua dos Castanheiros e na Rua das Promessas em São Lourenço, já há três anos que isso está mais ou menos conversado, já decorreu este período todo o tempo e ainda não se procedeu sequer ao início dos trabalhos. É isso que eu pretendia saber é só. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado tem a palavra a Senhora Presidente da Câmara. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só dizer que, de facto, na Rua dos Olivais foram colocados sinalizadores, mas também já percebemos que a solução não é de todo o ideal, porque já lá andam alguns brincalhões, enfim, a fazer desaparecer aquela solução e, portanto, se calhar, vamos ter que partir para uma outra solução que seja mais eficaz, porque ali há a tendência para, enfim, destruir ou vandalizar, mas pronto, também já percebemos que ali funciona, pode ser melhorado e, portanto, estendido, obviamente, aos outros locais conforme referiu na Rua de Trás e mesmo na outra parte da Rua dos Olivais. -----

----- Agora é evidente que e sabe o Senhor Deputado, melhor que ninguém, que antes de intervir se calhar pensaria, mas como é que é possível, como é que eles vão fazer isto e, na realidade a obra está lá, está feita e sem perturbar muito a vida das pessoas, porque no fundo conseguiu conjugar aquilo que é orientação de trânsito, mas também, enfim, ir permitindo às pessoas que estacionem. Mas também que tenham a proteção para aqueles que andam de bicicleta, ou que andem a pé e, portanto, neste equilíbrio para uma rua que não alargou, obviamente, tentamos aqui encontrar as melhores soluções. -----

----- No caso da Rua Trás entendo que, efetivamente, até por uma questão estética e que fica



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais airosa, que o próprio passeio deve ser pintado, mas será por nós, porque não faz parte dessa empreitada e, portanto, é algo que será sempre o Município a fazer essa intervenção, portanto, a seu tempo e também melhorar a sinalização e percebendo, obviamente, aquilo que pode ser melhorado e mas já, enfim, com uma intervenção mais reduzida, obviamente.-----

----- Sobre a Rua dos Castanheiros e a Rua das Promessas é algo que também está no nosso plano e antes de fazer os passeios, é preciso fazer uma outra intervenção, que é a rede de águas pluviais que tem que ser feito o encaminhamento da rede de águas pluviais, que é a parte mais complicada, porque, de facto, aquilo são zonas muito planas, não há linhas de água e, portanto, tem que ser repensada toda a estratégia para encaminhamento das águas pluviais e depois também, enfim, uma solução que seja ajustada, porque o tempo, enfim, já foi decorrendo e permitiu-se que uma casa, enfim, construísse o muro à face e a outra recuou não sei quanto e, enfim, agora fazer passeios, temos que definir efetivamente a plataforma da estrada. E os passeios, enfim, se ficarem mais largos, ficam mais largos, onde der para estacionar dá para estacionar, porque, de facto, nuns sítios a estrada tem muita largura, no outro quase não tem, portanto, temos que pegar nessa situação, mas sim, este é um projeto que está em carteira, está em projeto, não foi ainda lançado a concurso e espero, obviamente que, quando essa obra ficar concluída eu própria irei propor ao Senhor Presidente da Junta que proponha à Câmara alterar o nome da rua e deixe de ser a Rua das Promessas para ser outra rua, enfim, com uma promessa cumprida, se calhar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado e Presidente de Junta, José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente queria dar nota também de uma atividade onde a Câmara é efetivamente, o Município de Anadia é efetivamente um parceiro, é a realização do maior concurso de vinhos em Portugal, que é o Portugal Wine Trophy, que mais uma vez se realizou aqui no Concelho de Anadia, entre o dia vinte seis e vinte e oito de Novembro, na qual participaram a concurso quase mil e quinhentos vinhos e júris de vinte países, alguns deles com as respetivas conjugues e familiares e que muito abonaram efetivamente a nossa cultura, a nossa gastronomia, o nosso território, o nosso vinho, etc. E, portanto, aqui realçar que com esta atividade, foram a concurso alguns vinhos, logicamente, da Bairrada, produtores da Bairrada e cujos resultados representaram sete medalhas de prata, cinquenta e sete medalhas de ouro e cinco grandes medalhas de ouro. Isto para um setor como é o vitícola aqui na nossa região. -----

----- Logicamente que para os aspetos relacionados com as variáveis relacionadas com a comercialização e exportação, muito abona esta atividade e, portanto, não queria deixar passar em claro este evento que cada vez mais, portanto, traz à Bairrada pessoas de todos os cantos do mundo e que, portanto, e muito impulsiona quer a nossa parte comercial, a parte vitícola, a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gastronomia e a parte turística.-----

----- Quería também deixar aqui uma nota que não posso deixar passar enquanto Presidente de Junta relativamente às questões das redes de saneamento e companhia limitada. E há uma coisa que me preocupa bastante e eu que tenho estado nos últimos congressos da ANAFRE, Associação Nacional de Freguesias, custa-me imenso que esteja a ser criado e as condicionantes das candidaturas de uma coisa que se chama fundo ambiental, que parece que estamos a brincar às escondidas com as questões que são de natureza prática.-----

----- Há verbas para carros elétricos, por exemplo, aquisição de carros elétricos, mas depois não há concursos para que nós possamos candidatar-nos para às redes de saneamento. Estamos muito preocupados em mostrar, não é, que temos condições para andarmos no transporte elétrico, mas não mostramos que temos condições para fixar as pessoas com qualidade de vida e, portanto, isto, se calhar, eventualmente também terá de ser revisto. -----

----- Porque na realidade, nós freguesias, não nos podemos candidatar a estas coisas. Seria muito mais fácil para nós, eventualmente, candidatar-nos a essas coisas e resolvermos os nossos problemas nas redes de saneamento, de eletrificação e companhia limitada, numa coisa dessas um instrumento destes é uma questão fundamental, em vez de estarmos a dar estes valores para carros elétricos. Acho que nós temos que repensar muito bem, em termos nacionais, as prioridades que queremos dar aos nossos territórios. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado. Muito obrigado Senhor Deputado e Presidente de Junta, portanto, não havendo, parece que levantou só a unha não levantou o dedo, também deverá estar cansado o Senhor Presidente de Junta e Deputado Mário Marinho faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro, Mário Marinho:** -----

----- Ora muito boa tarde a todos. Permitam-me que cumprimente toda a sala interior exterior.

----- Estamos a findar mais um ano e não podia deixar de estar mais satisfeito pelas diversas obras que a freguesia realizou ao longo do ano, umas com dinheiros próprios, outras só possível através de acordos e protocolos celebrados com a Câmara Municipal e, claro, outras ainda totalmente financiados pela Câmara Municipal. -----

----- De qualquer maneira, tudo isto só é possível, porque existe um diálogo, existe uma parceria, ou melhor, existe uma colaboração que facilita a realização das mesmas. Quer no projeto, quer no acompanhamento, quer na ajuda com máquinas, quando é possível, porque sabemos que é uma matéria que não é fácil. -----

----- É claro que quem ganha é a freguesia são os fregueses, pois localmente não há quem mais saiba das necessidades urgentes e das realidades e essa excelente reação de diálogo é uma mais valia. -----

----- Poderia dar muitos exemplos desse diálogo constante que leva à resolução pronta a certas situações, como sejam a localização dos ninhos, como seja as fugas de água, a localização do buraco nas vias em diversas situações e muitas outras situações que estamos sempre em



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parceria. Senhora Presidente, mais um ano se aproxima e sei que não é preciso pedir, pois, estou certo que é intenção continuar com essa sua postura, aquela que tem sido, que é nossa Presidente há mais de oito anos, que é totalmente disponível, que tem toda a disponibilidade do trabalho e entrega aos Municípios deste Concelho. -----

----- Para acabar vou mencionar uma obra e vou mencionar só esta, porque existem muitas que foi totalmente financiada pela Câmara, e que era muito desejada pela Freguesia, a elevação do pavimento e sinalização do cruzamento da Rua Principal ou Nacional 334 e o cruzamento com a Rua dos Fornos e a Rua Central, para situar é logo a seguir à passagem da autoestrada. Essa obra era imprescindível para acabar com os inúmeros acidentes que ali se davam. Este é só um dos exemplos que a parceria funciona e que quando a obra beneficia os Municípios, mas também todos os que nos visitam. Esta câmara põe mãos à obra sem discutir de quem é a responsabilidade de quem executa. Sei que há muitas outras para fazer, sei que a dificuldade de empreiteiros é muita, mas, como digo, não vou pedir porque elas estão todas agendadas e assim tenho a certeza absoluta que quando tiverem a disponibilidade e arranjam os empreiteiros, tenho a certeza que todas elas serão realizadas. Muito obrigado e feliz ano. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ó Senhor Deputado agradeço também esses seus votos e não havendo, portanto, mais nenhuma intervenção para a abordagem de este ponto número um, passaremos ao **ponto número dois no Período da Ordem do Dia e que se refere à apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação de Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para o ano de dois mil e vinte e dois, de acordo com o estabelecido na alínea b) do número um, do artigo terceiro do RAMA.**-----

----- Dou então a palavra ao plenário, faz favor dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar.

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Senhor Presidente eu queria fazer uma proposta que era a Senhora Presidente poder, se calhar, apresentar todas estas rubricas até ao orçamento e nós depois fazermos uma votação, nem que seja uma a uma, todas seguidas e evitávamos estar a discutir ponto a ponto e conseguiríamos assim, se calhar, reduzir o espaço e a discussão, porque, no fundo, a discussão é sobre o mesmo plano e se nós fizéssemos tudo num aglomerado e depois votássemos independente, se nós fizéssemos só uma discussão para todos os pontos e depois uma votação ainda que fosse individualizada, seria mais célere e menos cansativo para a Senhora Presidente e para todos nós e para quem nos escuta claro.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Deixe-me só perceber a sua proposta, quer referir-se que deveríamos juntar os pontos dois, três e quatro da ordem de trabalhos, neste caso e o ponto cinco também do IMI, portanto, estes pontos seriam todos, tem que ser todos votados de per si, agora a discussão pode ser conjunta, eu aceito essa proposta, porei também ao plenário se concordam com isto. Pronto, terei que pedir não é votação, mas a anuência de todos, terão como dizer que sim ou não, começarei pode ser por Grupo Municipal, se concordam, está ali o Senhor Deputado, não sei se



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se percebeu se não, não é o Senhor Deputado à sua frente César sim, concorda, concorda com isso, aqui deste lado, o Grupo Municipal do PS concorda com esta proposta? MIAP? Eu só estou a pedir se consideram ou não, não sou eu que estou a decidir. A minha pergunta é se dizem que sim, se dizem que não ou outra coisa qualquer. Portanto, não sei se concordam, também ali também concordam, à uma intervenção penso eu, do Senhor Deputado Rafael Timóteo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Mais uma vez, muito boa tarde a todos, apesar de ser obviamente necessário agilizar a sessão, acho que os pontos são francamente diferentes, na minha perspetiva, nomeadamente há um ponto que eu vou votar de uma maneira de certeza absoluta, e que não tem a ver os outros, tem a ver com aquilo que eu tenho vindo aqui a dizer nesta assembleia, nomeadamente na percentagem do IRS que o Município tem e também com a derrama. Eu acho que tem que ser dado um sinal claro do Município e na minha perspetiva acho que tem que haver possibilidade de discussão desses pontos em separado, obviamente, que vamos sair daqui todos às dez da noite, mas isso se calhar é pensar que nas assembleias onde há votação do orçamento, tem que ser uma assembleia só para o orçamento. Acho que não podemos passar por cima do facto, que são coisas importantes que mexem na vida e na carteira das pessoas. ---

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu concordo consigo mesmo tendo em conta que à bonomia da proposta do Deputado João Gaspar, mas também facilita interpretações dúbias relativamente a isto, então por decisão da Mesa, nós vamos de uma forma mais célere, mais agilizada ir ponto a ponto, de forma a que não hajam dúvidas e que haja um debate, mas num debate dito dirigido, portanto, relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem dou a palavra ao plenário, se quer intervir relativamente a este ponto ou quem quer intervir relativamente a este ponto.-----

----- Portanto, não havendo intervenção relativamente a este ponto número dois, Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, vou submeter o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano 2022, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passaremos então ao ponto número dois, que neste caso é três, desculpem-me, que é **apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS para vigorar no ano de dois mil e vinte e dois, de acordo com o estabelecido na alínea c), do número um, do artigo terceiro do Regimento.** -----

----- Dou a palavra ao plenário, então dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares faz favor. -----

----- **Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Tendo em conta a lei número setenta e três de dois mil e treze, de três de setembro, mais concretamente o número um do artigo vinte seis da referida lei, os Municípios têm direito, em cada ano, a receber até cinco por cento do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho, relativamente aos rendimentos do ano anterior, tendo em conta a coleta líquida das deduções previstas no número um do artigo setenta e oito, do Código do IRS.-----

----- De seguida, passo a discriminar as taxas aplicadas pelos Municípios mais vizinhos, mais concretamente a mais recente, ou seja, do ano de dois mil e vinte e um. Neste estudo vamos comparar as taxas dos Concelhos mais vizinhos e esses Concelhos são Águeda, Anadia, Aveiro, Cantanhede, Ílhavo, Mealhada, Mira, Oliveira do Bairro, Vagos, Coimbra, Viseu e Santa Comba Dão. Desta análise dois Concelhos têm a taxa inferior ao Concelho de Anadia: Águeda zero por cento e Mealhada dois por cento. Segue-se Anadia, o único Concelho desta amostra com uma taxa de três por cento, ou seja, devolve dois por cento do IRS aos seus habitantes. Três Concelhos aplicam a taxa de quatro por cento, no caso concreto Ílhavo, Oliveira do Bairro e Viseu, dois Concelhos aplicam a taxa de quatro e meio, Coimbra e Santa Comba Dão, quatro Concelhos aplicam a taxa de cinco por cento, caso de Cantanhede, Mira, Vagos, Aveiro, ou seja, ficam com o IRS dos seus moradores na totalidade. Estou a tentar ser rápido, acelerar o processo. -----

----- A nível do país e tendo em conta as taxas conhecidas de duzentos e noventa e dois Concelhos através do site da AT, com zero por cento trinta e seis Concelhos, com meio por cento apenas um Concelho, com um por cento três Concelhos, com dois por cento nove Concelhos, com dois e meio por cento dezassete Concelhos, com dois ponto setenta e cinco apenas um Concelho e com três por cento dezoito Concelhos, dos quais um é o Concelho de Anadia. -----

----- Em resumo, na amostra dos doze Concelhos mais vizinhos de Anadia está na posição três, como o Município mais generoso com as pessoas, na amostra do país os duzentos e noventa e dois Concelhos do qual se conhece a taxa, Anadia coloca-se na posição sessenta e oito em conjunto com mais de sete Concelhos, como o Município mais generoso com as pessoas. O Município de Anadia que têm direito a receber cinco por cento, o que corresponde a uma receita total prevista de um milhão trezentos e trinta e dois mil novecentos e cinquenta e cinco euros. -

----- Mas como é um Município que governa a pensar no bem das pessoas, abdica de dois por cento, no valor de quinhentos e trinta e três mil cento e vinte e dois euros, valor esse que entra ou reverte diretamente para o bolso dos habitantes do Concelho que descontam IRS, termino dizendo que esta medida é uma das muitas que o que o Executivo tem em conta com seus habitantes, portanto, concentra esforços no seu bem-estar, no bem-estar das pessoas, não indo de encontro com as publicações nas redes sociais e jornais que ultimamente tem aparecido nestes meios e termino obrigado, Senhor Presidente.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito boa tarde a todos eu neste ponto a minha posição, como já não é deste ano já é dos outros anos, o ano passado creio eu que me abstive nesta votação, este ano ou votar contra, porque acredito sinceramente, que o Concelho pode e deve fazer mais nesse sentido deve fazer mais porque estivemos há bocado a discutir o grande problema da desertificação do nosso Concelho e dos outros, para sermos competitivos, temos que dar alguma coisa às pessoas. -----

----- E a primeira coisa que nós temos que dar é um sinal que em Anadia se paga menos impostos, principalmente à classe média, a quem interessa estes cinco por cento. Que não são nada no bolso da maior parte dos contribuintes, mas são um sinal é aquilo que eu disse aqui o ano passado, exatamente nesta mesma assembleia, está na hora de darmos um sinal e darmos um sinal bastante, acho que podemos ir mais além do que isto, dois por cento é bom, mas se calhar, quatro por cento era melhor, não estou a dizer para ser zero. Mas até podia ser zero, porque Águeda até é zero. -----

----- E acho que se nós fizermos no final as contas isto é irrisório, irrisório nos vinte e tal milhões de orçamento do Concelho e devolve às pessoas e dá às pessoas, nomeadamente àquelas que trabalham e que ganham mil ou mil e quinhentos euros e que são considerados ricos, pagam trinta por cento de IRS e pagam mais não sei quanto de Segurança Social. E isto é o miminho é dizer assim em Anadia nós realmente vemos que essas pessoas têm dificuldades e queremos devolver um bocadinho, porque até conseguimos poupar outras coisas para não precisar desse dinheiro e acho que este era um sinal que nós devíamos dar e o meu voto, obviamente, vai ser contra porque para mim isto devia ser zero. -----

----- Se o Executivo dissesse uma aproximação a este zero, tendencialmente, como foi, aliás, e por isso é que eu votei a favor dos outros anos, porque havia uma tendência a ir-se baixando essa percentagem do IRS, que ficava retida ou não devolvida pelo Município e eu entendo que não se consegue fazer bolos sem ovos. Mas uma coisa é certa, pode-se poupar noutros lados para devolver dinheiro às pessoas e não há ninguém e, eu volto aqui a dizer, disse isto há quatro anos, eu disse isto no ano passado, não há ninguém que saiba melhor gerir o meu dinheiro que eu e com isto termino. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- O Senhor Timóteo se calhar está-se a esquecer que no ano de dois mil e vinte, precisamente este Executivo baixou a taxa de IRS, o qual estava em quatro por cento e passou para três. Na altura já foi um esforço financeiro, claramente para a Câmara, reconheço isso na altura e eu estava na altura na oposição, o que é certo é que dentro do panorama nacional e no panorama dos Municípios nossos vizinhos, nós estamos numa posição muito boa em termos de devolução de IRS. -----

----- Eu acredito que todos nós, eu pessoalmente e todos os que estamos aqui, queríamos que os cinco por cento viesse para o nosso bolso, mas também temos que saber que o Município



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem que arranjar estradas, tem que ter o saneamento em condições, tem que ter o abastecimento de água e eu acredito que tem que haver aqui alguma razoabilidade. Nós temos de ter critérios razoáveis, porque não é querer tudo, querer tudo para nós e depois os outros, neste caso a responsabilidade do Município, em que e se desse a totalidade do IRS iria abdicar de setecentos e muitos mil euros. -----

----- Abdica de dois por cento e fica com três, entrega aos Municípes dois por cento do IRS e fica com três e, portanto, se fosse a devolver os cinco por cento iria devolver um milhão trezentos e trinta e dois novecentos e cinquenta e cinco euros. Eu pergunto o Município para fazer aquilo que está definido no próprio orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois teria que ir rapar esta verba do outro lado, iria aumentar o IMI? O IMI está no mínimo, a derrama também praticamente está. -----

----- Nós temos que ter alguma razoabilidade na escolha das opções e a opção do Município já há dois anos atrás baixou com algum sacrifício, que eu sei que na altura baixou com algum sacrifício, mas fê-lo deu um sinal às pessoas que está a governar para as pessoas, preocupada com o bem-estar das pessoas, ao contrário daquilo que se passa na comunicação social que não estão a dizer a verdade, isto tem que ser dito e tem de ser dito, cada um tem a sua opinião. O que é certo é que o Município não faz obras sem ter receita, aí milagres não há. E termino. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, eu creio que talvez fosse importante ter iniciado este debate sobre a matéria da carga fiscal, fazendo enquadramento face ao que até o próprio orçamento, que o iremos discutir a seguir aponta. No fundo, estamos a falar de aumento da inflação, só para resumir, estamos a falar da questão de encarecimento das matérias-primas, estamos a falar de encarecimento de combustíveis e transportes, estamos a falar até da questão pandémica qua aí vem e que ainda hoje aqui foi falado que realmente está a obrigar-nos a mudanças e que irá afetar a população, especialmente aqueles que mais necessitam.-----

----- Daí que a minha votação nesta matéria, vai ser contrária, mas não pelos motivos aqui já expostos ou melhor, pegando nalguns que até tem a sua razão, mas porque, no fundo, esta devolução do IRS é apenas feita aos agregados familiares que procedem à liquidação do IRS, que pouco se reflete, como já aqui foi dito, nos rendimentos das famílias. -----

----- No fundo é um imposto direto sobre os rendimentos, pelo que a redução desta taxa vai beneficiar essencialmente os agregados familiares com maiores rendimentos e nada contra, mas também foi dito que em dois mil e vinte, que esta taxa já foi quatro por cento e eu diria que, se calhar, num exercício não tão esforçado, mas indo até aos três e meio por cento, o que é possível, porque há Municípios que tem três setenta e cinco e por aí fora. -----

----- O valor a arrecadar ainda é um valor com alguma consistência e que poderá ser canalizado no apoio tão necessário dar aos que mais precisam e no fundo também se vai reverter no melhoramento de serviços de apoio que todos poderão beneficiar. Claro que isto seria uma



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação transitória. E meramente indo ao encontro do panorama que nós temos atualmente traçado ou delineado ou enquadrado, se assim quiserem dizer. Porque, no fundo, o que é que podemos verificar aqui. Como já foi dito, estas necessidades e no fundo a beneficiar as famílias com menos rendimentos e que só desta forma poderão ter acesso a alguns apoios e julgo que o Município à imagem de muitos outros por aí espalhados, mas especialmente este Município, pelas informações que vão sendo dadas, percebe, no fundo, esta missão de queremos tirar as pessoas da pobreza e não dar-lhes apoios para que eles continuem a fazer continhas ao fim do mês e ter que tomar posições de ter que prescindir de alguns benefícios, de alguns bens essenciais. -----

----- A verdade é que aumentando no fundo, esta receita pelo aumento da taxa, permite dotar o Município no fundo de recursos para satisfazer algumas medidas que vão ao encontro desta carência, que isto é uma carência, infelizmente. -----

----- Daí que a Câmara Municipal, na minha opinião, e justificando o voto, deveria no fundo, tentar aproveitar sempre todos os recursos e mais nesta situação que nós temos de alarmismo perante a pandemia, perante o aumento das matérias-primas e de bens de consumo, que são, no fundo, recursos colocados à sua disposição, sem exceção e pode tomar esta decisão, mas que não se verifica, até face às respostas que também é preciso dar noutras áreas e que têm sido elencadas como prioritárias, daí que voto PCP será contra esta proposta que, no fundo, é manter a proposta de outros anos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga. ----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhor Presidente a questão do IRS para mim também é um pouco objetiva e aqui tem que ser concreta em relação à necessidade das populações e das pessoas em si. Eu concordo um pouco com opinião do Rafael Timóteo, por outro lado, queria corrigir só o Senhor que acabou de falar anterior que Oliveira do Bairro, portanto, a taxa de IRS é de três por cento e não quatro por cento. Para mim conta muito os Concelhos vizinhos, um Concelho longe de Anadia, Aveiro ou Albergaria ou outro similar, não afetam muito o meu Concelho, para mim, vizinhos são vizinhos, pessoas que convivem comigo, são para quem eu olho com mais prioridade e com mais com mais acutilância. De qualquer maneira, entendo também que esta situação de IRS a Senhora Presidente deveria equacionar começar a reduzi-la tendencialmente, todos os anos reduzir mais alguma coisa, reduzir para que estes três por cento, podem ser perfeitamente reduzidos em alguma coisa e é isso que eu propunha que nos próximos anos começasse a ter como tendência a diminuição de impostos, em especial aqueles que são diretos às pessoas. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, eu vou dar a palavra à Senhora Presidente da Câmara. -

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ora bem, se me permitem e Senhor Presidente da Assembleia, mas vou ter que me



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estender um bocadinho, porque se calhar até já vou ao último ponto. -----

----- Desculpem lá, mas é assim, nós temos que fazer um orçamento e o orçamento tem que ser feito com receitas, portanto, e as receitas vêm daquilo que é a transferência do Estado, aquilo que são os impostos, etc. Há dias em reunião de Câmara houve um partido que disse que nós éramos um Município pobre, não escreveu, mas disse, um Município pobre que não gera receitas para fazer as obras, para assumir enfim outros compromissos. -----

----- Do Estado não vem mais nada senão para nós fazemos a gestão corrente, porque nós devolvemos tudo aos Municípios, mas da parte do Estado é exatamente a mesma coisa ou menos. Que é preciso que vocês saibam que nós para construir este orçamento para dois mil e vinte e dois foi com base naquilo que são as transferências do Estado de dois mil e vinte e um, porque se fosse com base naquilo que era a proposta de Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois, que graças a Deus foi chumbada e espero que não venha a ser aprovada. Só nessas transferências do Estado nós tínhamos oitocentos e tal mil euros a menos. Eles não querem saber se há aumento de combustível, se há aumento de salários, se há aumento de matérias-primas, não querem saber nada disso. Os salários aumentam, mas tem que sair do mesmo bolo que o Estado paga, portanto, o Estado quer aumento de salários, mas, enfim, a proposta era de oitocentos e tal mil euros a menos. Acontece que foi chumbado. -----

----- Nós tivemos como referência o orçamento dois mil e vinte e um e é bom que, enfim, toda a gente sabe que temos eleições, estamos num período transitório, não sabemos na qual vai ser o orçamento para o próximo ano do Estado, se o Estado ou se o Governo for idêntico àquele que está, se calhar o orçamento vai ser o mesmo e o que é que vai acontecer, é que se calhar, vamos ter que ter um orçamento retificativo para baixar oitocentos e tal mil euros a menos. É bom que tenhamos consciência disto. -----

----- Meus amigos é assim, a nós aos Municípios pede-se tudo, devolvemos tudo aos Municípios e estamos cá para devolver tudo, até em situação de pandemia nós abdicamos de N coisas para dar mais de oitocentos e tal mil euros à população, abdicamos com a isenção das tarifas, com benefícios sociais de toda a maneira e feitio, para as empresas, para os particulares, para tudo.

----- Dão-me referência de Municípios que têm IRS mais baixo. Pois têm, mas perguntem lá quanto é que no Município pagam, por exemplo, de água e de saneamento, três vezes mais do que no Município de Anadia, mas o que é certo é que isto tudo são as receitas que nós precisamos. -----

----- Agora temos que ter essa sensibilidade social para com a população, sem dúvida alguma, mas pedem-nos benefícios para a natalidade, benefícios para os cadernos de atividades, benefícios para, enfim, transporte escolares, tudo aí fora, isto tudo soma, isenções do pagamento da água, isenções no ramal de saneamento, tudo isto soma. São apoios sociais, temos que olhar para as nossas IPSS, temos que olhar para os nossos Bombeiros. Tudo isto são transferências, isto sai tudo do mesmo bolo. -----

----- Agora, se não há transferências do Estado e se opção até é reduzir. Eu pergunto como é que fazemos. Bom, abdicamos de tudo e fazemos um orçamento de quê, só com as



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transferências com aquilo que são os fundos comunitários, mas ainda há bocadinho eu vos disse que nós para termos fundos comunitários temos que andar à frente, nós temos obras feitas dos fundos comunitários, candidaturas que fizemos aos fundos comunitários que até hoje não foram pagas ainda, estão há dois ou três anos pagas ou há quatro. Do Leslie vinha depressa, veio só este ano, do COVID há de vir, aquilo tudo, os equipamentos, há de vir, mas é só até aquele montante, que o Estado não dá mais, independentemente daquilo que os Municípios fizeram e isto nós temos que abdicar de tudo, mas depois também precisamos de receitas, efetivamente para construir o orçamento e para darmos os benefícios que vocês apelam e para construir, e para investir no Centro de Saúde, como aqui já foi dito, e para construir nas zonas industriais, como vocês apelam, para apoiar na educação. -----

----- Mas meus amigos, mas para investir na saúde, para investir na educação, para investir nas zonas industriais é preciso dinheiro. Obviamente e nós, enfim, os fundos comunitários não dão tudo. -----

----- E diria eu, sabem que só do concurso da energia, eu levei isto à reunião do Executivo e veio aqui e eu disse-vos isso, só o custo da energia duplica o valor. Claro que Águeda não tem esse problema, nem Aveiro, não tem água nem saneamento, não são eles que gerem isso, mas é o Município de Anadia que tem de pagar a conta da água e da luz para ter estações de tratamento a funcionar, para ter o as bombas todas funcionar dos reservatórios, isto tem custos. E o pessoal, a mesma coisa, mas nós não vamos ter aumento de receita da parte do Estado. Ou mantemos ou vai ser reduzida, ponto final. Vamos ter que abdicar de alguma coisa. Pois vamos ter que abdicar. -----

----- Agora, neste momento, estamos com um orçamento que é uma previsão com base em dois mil e vinte e um e não sabemos o que é que vai ser o ano de dois mil e vinte e dois. Vamos dizer que é preciso também refletirmos sobre isto, porque, de facto, das transferências correntes que vem do Estado não dá mais e dos impostos aquilo que podia estar à taxa máxima, se calhar eram mais dois milhões e meio de euros que arrecadávamos para o orçamento, mas que neste momento estamos a devolver, na parte do IMI, na parte do IRS, na parte da derrama e por aí fora. -----

----- Estamos a devolver aos contribuintes dois milhões e meio de euros, que nós deixamos de ter na nossa receita, porque já estamos a dar um por cento ali, dois por cento acolá, mais o IMI zero vírgula mais dois por cento, mais o benefício para os agregados familiares e com isto tudo para vos dizer, apesar de sermos um Município pobre. Que eu acho que nós até somos muito ricos, porque, apesar de tudo, conseguimos ainda ter todos os apoios sociais, ainda isentar famílias disto, isentar famílias daquilo, porque nós não recusamos apoios sociais às candidaturas que nos chegam, a não ser que, feita a avaliação socioeconómica, enfim, não se justifica mesmo. De resto, não recusamos, agora é preciso ter capacidade financeira, como é óbvio, para ir fazer estradas que os Senhores Presidentes de Junta querem, para investir nas zonas industriais, para investir na saúde, na educação e por aí fora. Agora, para isto tudo é preciso receita e é preciso termos bom senso, à parte da política, à parte do desejo do que cada um



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quer. Mas é preciso também temos consciência que isto só se faz com dinheiro e com isto termino e deixarei à vossa consideração. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Vereador João Nogueira para defesa da honra, faz favor. -----

----- **Senhor Vereador João Nogueira, do PPD/PSD:** -----

----- Muito boa tarde a todos, queria simplesmente esclarecer o plenário de que isto está em ata. Eu não disse que Anadia era um Município pobre. O que eu disse era que o Município, os valores de Anadia, eu disse e vou agora passar a ler, continuando transmitiu que da leitura do Anuário dos Municípios, verificou que os valores de Anadia são de o Município pobre ou seja, que apresenta determinados rácios, nomeadamente a relação entre receitas totais e receitas próprias, que não se coadunam com um Município rico. Simplesmente para esclarecer o plenário, daquilo que nós dissemos e já agora nós votamos a favor desta proposta. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Vereador. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Portanto é verdade o que estava aqui o Vítor a dizer, é verdade que baixou, baixou em dois mil dois mil e vinte e não, aliás baixou no ano antes e, aliás, tem vindo a baixar desde que isto foi introduzido, penso eu, que só no primeiro e no segundo ano é que Anadia teve a taxa máxima. Depois tem sempre vindo a baixar e daí, daí o meu voto sempre a favor, porque era um sinal de uma tendência para baixar e obviamente que eu entendo que é preciso equilibrar as contas, mas também é possível ir poupando para dar mais um bocadinho ao contribuinte e o meu voto hoje aqui é porque eu estou aqui eleito por pessoas que pagam IRS. Não são só os que não pagam que são Municípios e que pedem subsídios e que a Câmara tem que acudir. Sim senhor, essas pessoas, sim senhor, mas também é os outros todos que têm filhos e que a eletricidade deles também aumentou e o combustível também aumentou, porque aumentou tudo, e o salário deles ficou na mesma. E essas pessoas têm que ser representadas aqui e sou eu o representante dessas pessoas pelos vistos. Eu sou representante das pessoas que pagam IRS e que querem ver mais um sinal da Câmara. Eu não estou a dizer para se passar a zero, mas, em vez de ser os três, se calhar podia-se devolver mais um bocadinho e se calhar, para o ano, tentar emagrecer noutros lados para se dar mais um bocadinho e como disse aqui o ano passado em relação a isto e em relação à derrama, é um sinal que é preciso ser dado.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Estamos a falar do IRS e, portanto, obrigado, ficaram as suas opiniões. Dou a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, tem sido muito dinâmico o debate em torno, nos últimos anos, desta taxa de IRS em sede aqui do Município. Efetivamente e as outras a seguir. Queria



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deixar aqui duas nuances, duas ou três ideias que me parecem importantes discutir. -----

----- Primeiro não me parece que seja com a devolução deste valor, se é assim tão pouco, dois vírgula dois por cento do orçamento atual, que a gente vá conseguir acabar com um fenómeno do despovoamento e não da desertificação. Nenhuma das nossas aldeias vira um deserto, quando muito é despovoadas, são dois conceitos completamente diferentes e se calhar, este estudo tem a ver com aquilo que eu expliquei há bocado, a existência de infraestruturas de suporte, de comunicação e de serviços de proximidade, que o Estado central tem abdicado e têm gerido muito mal e já agora, eu deixo aqui uma nota muito importante. Nos últimos anos de governação socialista, algum de nós viu as nossas tabelas de IRS descer? Zero vinte cinco, zero cinco ou um por cento? Vamos ser honestos na abordagem e no interesse das famílias a nível nacional. Temos que ser claros nesta abordagem, não os nossos salários líquidos, infelizmente, não aumentaram. Esta é uma realidade. -----

----- Segundo lugar, eu gosto de ver pessoas que aqui nesta Assembleia votam contra, mas se eu agarrar nos Municípios pelos quais os partidos, ele que demonstre que as taxas de IRS nesses Municípios, são mais baixas neles todos do que nós. É importante verificar isto, temos que falar abertamente sobre essas coisas. Nós não podemos aqui defender umas coisas e depois falamos das outras porque não são nossos vizinhos, não nós estamos todos no mesmo país, nós estamos todos aqui, a sofrer as mesmas consequências das pandemias. -----

----- Depois, sem dúvida alguma, concordo com estas questões das IPSS, isto é brutal. Dois dias antes do Natal, desloquei-me com um cidadão da minha freguesia no apoio a uma Misericórdia. Para estupefacto meu a técnica superior disse-me, passamos de cento e cinquenta e oito ajudas para trezentas e cinco e o protocolo mantém-se o mesmo. Então e como é que vocês conseguem? O Município. O protocolo é o mesmo, o Estado esqueceu-se que existiram mais cento e cinquenta pessoas, esqueceu-se e o Município é que está a ajudar e é nestas pequenas verbas, porque nós não podemos esquecer que as famílias pagam os seus impostos, liquidam IRS, mas eu também líquido e eu também abdiquei de muita coisa, como muitas outras famílias que pagam por causa disto. Eu não me importo que este valor seja repartido entre quem nos gere e as minhas ambições e aqui é que está, se calhar, o equilíbrio das questões, nós não podemos dar tudo a uns e outros ficarem sem nada. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, eu vou começar pelo fim, realmente nesta matéria fiscal, temos todos que concordar que a justiça fiscal caberá ao Estado e quando observamos que os Municípios adotam diversas taxas, estão, no fundo, a comprometer a igualdade no país em que todos vivemos. -----

----- Mas do que eu pude observar das intervenções que aqui estão, vem um pouco ao encontro daquilo que estava a dizer, a Senhora Presidente referiu e muito bem, é preciso arrecadar receitas é preciso dar respostas a vários problemas que nós temos sinalizados. Dificilmente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguém virá morar para Anadia ou poderá até querer vir morar para Anadia face à carga fiscal que temos, mas depois tem um problema que não há habitação, nós não temos respostas a dar, como é que eles vêm morar, não podem. -----

----- Mas nós temos aqui outros problemas que é preciso dar, é preciso resolver o problema do fomento do emprego, é preciso dar resposta à habitação, é preciso dar resposta aos apoios que são tão necessários agora e ao comércio local e por aí adiante e nós temos que tomar decisões e as decisões que carecem de haver apoio e um suporte financeiro, de forma a não comprometer a sustentabilidade financeira da autarquia e é neste aspeto provisório, face a todos os condicionalismos que também foram aqui identificados, do problema que aí vem, da pandemia que tudo indica que ainda vai piorar, esta questão da energia, desta questão das matérias-primas e olhando o resolver os problemas e eu até sou daqueles que pago impostos até mais não, não tenho problema de fazer essa partilha e sei que essa partilha vai ser feita em estruturas, por exemplo, estruturas essas que poderão minorar, não é a desertificação, como disseram que não há desertificação, mas esse abandono das aldeias, como existem outros instrumentos que sabem muito bem na questão do IMI. Existe um artigo seis, do cento e doze, que permite ao Município, que não o fez, adotarem uma taxa em zonas onde esteja identificado esse abandono de pessoas. -----

----- Mas isto só para dizer que eu acho que acabaram todos por chegar à mesma conclusão, mas depois estão a obter resultados distintos, quer dizer, nós temos que tomar aqui um compromisso, o que é que nós queremos para o Concelho, que realidade é que nós temos, quais são as dificuldades que precisam de ser ultrapassadas e depois ver que realmente são precisas verbas, verbas essas que só podem vir de três formas e uma delas é esta, esta comparticipação. Não estou aqui a querer dizer daqui para o futuro, nós vamos manter o Município vai arrecadar os cinco por cento, mas também temos de ser conscientes que se eu mexer ligeiramente nestas taxas provisoriamente, por um determinado período. -----

----- Nós estamos a falar aqui de uma verba interessante e se me permitir Senhor Presidente, vou ser muito rápido, se nós mexermos, por exemplo, na questão do IRS, em que passaríamos para uma taxa de três e meio, a Câmara arrecadaria mais cento e trinta e três mil duzentos e noventa e cinco, se mexesse-mos em zero vírgula um por cento no IMI, a Câmara iria buscar mais noventa e três mil setecentos e três e se mexesse-mos na derrama em apenas zero vírgula um, ou seja, de zero vírgula cinco passaria para zero seis, nós poderemos ir buscar, nós a Câmara mais trinta e dois mil, ou seja, somado isto tudo estamos a falar de perto de duzentos e sessenta mil euros, ora duzentos e sessenta mil euros dá para fazer alguma coisa, penso eu, em prol deste desenvolvimento sócio-económico que sendo necessário está identificado para o nosso Concelho. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado eu à laia de balanço direi que na verdade este balanço tem um nome que deverá ser perfilhado por todos que é equilíbrio. Inegavelmente que, desculpe o Senhor está a gritar e eu dou-lhe já a palavra, eu também não disse que acabava já com a conversa. Deixe-me falar



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também um bocadinho só e então é assim na verdade na abordagem a este tema que não se fazem omeletas sem ovos. Toda a gente elenca que também na verdade o tecido trabalhador que gera riqueza, necessita de ser também ajudado, mas depois falamos também em COVID e quem se substitui a quem para pagar estas crises do COVID, portanto, o que eu peço aos Senhores Deputados é equilíbrio neste tipo de abordagem a estas coisas e agora sim Senhor Deputado João Gaspar faz favor.-----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Pronto esta discussão transformou-se numa discussão estrutural e, tal como dizia a Senhora Presidente há bocadinho, se calhar, eu até já me vou aproximar ponto final, mas o que é verdade é que talvez esteja na altura de nós nos sentarmos e começarmos a pensar o futuro é que nós queremos para Anadia, porque as pessoas não ficam mais novas, vão falecendo. Os cemitérios estão cada vez mais cheios e isso implica que a breve trecho que nós possamos correr o risco, de em vez daquelas transferências que a Senhora Presidente falou, elas ainda serem mais diminutas, porque diminuindo o número de habitantes abaixo de vinte mil, nós ficaremos com menos capacidade de dinheiro vindo do orçamento e, se calhar, está na altura de nós tomarmos aquelas opções mais dinâmicas, se calhar mais cedo e mais estendidas no tempo, mas temos começar a pensar que não somos ainda muito pobres, mas que se calhar, nunca fomos muito ricos e nós em Portugal temos um bocado a tendência de ser como Ícaro, pensamos que já estamos no céu e depois as asas caem e é uma chatice. -----

----- Eu acho que está na altura, se calhar, de nós nos unirmos todos em torno de Anadia e pensarmos seriamente daquilo que queremos para o futuro, no dinheiro que temos e podemos gastar e naquele que não podemos. E estabelecer prioridades e pensar seriamente naquilo que queremos, porque daqui a dez anos, já será o fim e se calhar, daqui a cinco anos já será tarde e se calhar nós estamos na altura certa para começar a pensar muito seriamente que o lençol não estica e, portanto, temos que tirar de um lado para por no outro.-----

----- Eu acho que é difícil chegar a um equilíbrio, temos que pensar isto bem e se nós tiramos dez a um, temos que dar dez ao outro, porque não podemos ficar a zero, portanto, nós não podemos fazer as coisas. Eu acho que o problema aqui é estrutural, nós temos que pensar muito seriamente aquilo que queremos para o nosso futuro, como cidade. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado e, portanto, feita esta discussão e vamos pô-la à votação e, portanto, num universo de em pleno são trinta e um votantes, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP Manuel José Santos Pinho, Nuno Ricardo da Costa Portovedo, Anabela Fernandes Monteiro, Carlos Delfim de Almeida Correia, Vítor Manuel Santiago Tavares, Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, Arménio Almeida Cerca, Ana Paula dos Santos Alves Allen, Dino Augusto Ferreira Rasga, José Manuel Oliveira Carvalho, Mário Severo de Matos Marinho, Carlos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dinis da Silva Torres, Ema Paula da Silva Dias Pato, Fernando Adelino Pina Fernandes e Óscar dos Santos Ventura, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Deputados do Grupo Municipal do PS e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do + PNT, dois votos contra, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e do Deputado António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, e zero abstenções, aprovar, a proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, para vigorar no ano de 2022, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passamos de imediato para o **ponto quatro, apresentação e discussão da votação da proposta da Câmara do lançamento da derrama referente ao o exercício de dois mil e vinte e um e a ser cobrada no ano dois mil e vinte e dois, conforme estabelece a alínea d) do número um do artigo terceiro RAMA**, dou a palavra ao plenário, faz favor Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Está aqui mais um ponto em que o PCP vai votar contra e eu explico o porquê, elencando em todos os problemas que já foram identificados anteriormente e as necessidades que é preciso dar, as respostas são precisas dar. E com esta questão pandémica resultante do covid dezanove e não só, mas também da recuperação da economia que tarda, que está mais lenta do que aquilo que seria expectável, julgo que seria importante dar um sinal de apoio às empresas mais pequenas, e que, no fundo, se deparam com maiores dificuldades. -----

----- Mas também não posso ficar indiferente a um problema grave que atravessa o Concelho de Anadia, que tem a ver com a questão do desenvolvimento económico e julgo que as soluções não podem ficar só por, no fundo, a valorização e criação de zonas industriais. Especialmente quando temos outros instrumentos que podemos usar em nosso abono e esta questão da derrama, digam o que disserem, acaba por ser um dos instrumentos, permitam desculpem lá estar a olhar para os Municípios vizinhos, mas infelizmente, se há vinte anos nós comparávamos e a diferença, se calhar, pendia para o nosso lado, neste momento a coisa não será bem assim. Pelo menos é a perceção que eu tenho. E o que é possível observar é que eles definem taxas distintas de derrama, onde, por um lado, beneficiam então estas pequenas e médias empresas, que no fundo são o grosso da nossa economia e que, neste momento, se calhar estarão a atravessar dificuldades e também a baixam, no fundo, numa tentativa de para o futuro, em conjunto com o alargamento a zonas industriais, se tornar numa zona atrativa para a colocação, na fixação de novas empresas. Claro que isto depois podem entrar aqui outros fatores como benefícios fiscais aquelas que, no fundo, vão criar X número de postos de trabalho por aí adiante. -----

----- Mas creio que uma mudança disto, quer numa situação para baixar para as pequenas e médias empresas, quer até seguindo também o conselho dos outros Concelhos de subida para aqueles que apresentam, no fundo, estamos a falar da derrama do valor tributado a um lucro, apenas é ao lucro, se tiverem lucros pagarão derrama se não tiverem não pagarão, às



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresas que, no fundo, apresentem mais de cento e cinquenta mil euros ou cem mil porque não? Também é feito, tal como é feito, por exemplo, uma redução da taxa em função, dou exemplo presente da Figueira da Foz que já o fez, em função dos setores que são sinalizados com mais problemas. E esse trabalho pode ser feito, por exemplo, com a Associação Comercial e Industrial da Bairrada, para sinalizar quais são os setores que estão a atravessar realmente maiores dificuldades e porque não fazer uma taxa ajustada para que eles possam ter a oportunidade de melhorar. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado senhor Presidente, relativamente à derrama e depois da intervenção do Senhor Deputado Rui Bastos, a derrama não tem a ver com a dimensão das empresas, a derrama é um imposto que incide sobre o lucro tributável, independentemente da dimensão da empresa, a empresa pode ser grande ou pequena, se tiver o lucro tributável esse lucro e que é taxado e não tem a ver propriamente com a dimensão. -----

----- Também dizer que as empresas que estão em dificuldades à partida não vão ter lucro, cálculo eu e, portanto, se não vão ter lucro, também não tem que pagar imposto. Dizer também que no Município de Anadia há efetivamente outros instrumentos, além da derrama, para captar as empresas. E lembro-me do preço dos lotes, do preço de recolha de resíduos, do preço da água, etc. Dizer também que efetivamente eu próprio também estive a analisar os Concelhos vizinhos e depois há aqui uma pequena, na minha opinião, uma pequena confusão entre o lucro e o volume de negócios, isto é. Uma empresa que faz e isto é um mero exemplo, porque poderíamos colocar também os códigos de atividade. Sim, poderíamos colocar uma que até me parece a mais correta e que é utilizada, por exemplo, em Ílhavo ou até em Vale de Câmara e que tem a ver com a criação e com a instalação de empresas e com a criação do posto de trabalho naquele ano, naquele ano específico. -----

----- Mas a questão de plafonar por volume de negócios, quando estamos a taxar lucro, sinceramente, não me parece correto. Eu posso ter uma empresa que tem dois trabalhadores, uma empresa de trailer, por exemplo, que tem dois trabalhadores fatura cento e cinquenta mil euros ou cento e quarenta e nove mil euros e tem cem mil euros de lucro. Portanto, para estes Concelhos com o plafond de cento e cinquenta mil euros, não ia pagar derrama e tenho uma empresa que tem doze funcionários, fatura um milhão e meio de euros e que tem cento e cinquenta mil euros de lucro ou cento e cinquenta e um mil euros de lucro, ou que tem os mesmos cem mil euros de lucro, essa empresa iria pagar impostos por causa da sua faturação. Quando o lucro até foi igual em ambas, portanto, não me parece correto. -----

----- Zero vírgula cinco num orçamento de uma empresa que se queira instalar ou que está colocada no Concelho, eu penso, na construção de um orçamento de uma empresa é um valor pouco significativo, primeiro, porque só incide sobre o lucro e para que tenhamos noção cem mil euros de lucro pagam quinhentos euros de derrama. Uma pequena empresa com dez mil euros



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de lucro paga cinquenta euros por ano, portanto, não me parece que seja significativo, mas também acho importante o sinal de que quem dá lucro e quem beneficia dos outros serviços do Município efetivamente paga algum imposto. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde a todos. A minha ideia, obviamente, relativamente a isto, é igual à anterior, é um sinal que é preciso dar, Anadia tem que ser mais agressiva nesta competição fiscal, nós vamos ficar para trás, isto parece que não é nada, isto é um sinal, eu se puder pagar menos zero vírgula cinco por cento, numa empresa que fatura e agora vamos falar a sério, vamos falar em empresas que faturam cem milhões. Faturam cem milhões e que dão de vinte milhões de lucro, que era aquilo que devia ser. Se eu puder pagar menos zero vírgula cinco por cento vou-me instalar em Anadia em vez de me instalar em Águeda? É claro que me vou instalar em Águeda, são cinquenta mil euros, são cinquenta mil euros, a menos que eu vou pagar por ano e agora vamos ver o que é que eu vou trazer para o Município. É verdade, vou usar as infraestruturas do Município, mas vou trazer pessoas, vou trazer pessoas que vêm para cá, que vem para cá comprar nas nossas lojas, viver nas nossas casas. E trazer fazer cá a vida, trazer para cá família, fazer cá filhos e aquilo que nós queremos e quanto é que isto dá ao Município, quanto é que dão estes zero vírgula cinco por cento. Dão cem mil euros por ano, cem mil euros por ano. -----

----- Estamos aqui a falar desta discussão toda por causa de abdicar de cem mil euros. Eu acho que temos que realmente repensar o nosso Concelho e os conceitos que temos, porque é assim é com estes sinais que nós vamos trazer para cá pessoas e empresas, não é que o sinal contrário e é como eu digo quando se está a baixar, um por cento, zero setenta e cinco, zero cinco, tendencialmente, para mim está tudo bem. Agora quando se está a criar um patamar de estagnação e os outros estão a descer, todos eles, todos eles e nós temos de ser agressivos como os outros Concelhos à nossa volta, e vão dizer não, mas aqui a água mais barata, é a mais barata, mas eu, no final de contas, eu quando eu vou ver e ouçam aquilo que eu digo, quando uma indústria pede a um consultor para analisar onde é que se vai instalar, ele não vai ver o preço da água, vai ver o preço da derrama, isso vos garanto eu. Os impostos ele vai ver e vai ver se tem realmente o nó da autoestrada, que nós não temos. Temos de ser agressivos de outra maneira. Enquanto não tivermos as infraestruturas que têm os outros, que são nossos concorrentes diretos, têm zonas industriais melhores que nós, acessos melhores que nós e têm política fiscal melhor que a nossa, então, eu não sei do que é que nós estamos à espera, as pessoas vão continuar a instalar-se nos outros Municípios. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Obrigado Senhor Presidente. Foi bom ouvir estas duas últimas intervenções, na medida em que eu acho que nós temos que cair um bocado uma realidade e, portanto, num dos votos, numa das declarações de voto para o orçamento, temos o exemplo de que efetivamente o volume de negócios, por aquilo que está registado até nos anuários, a Sanitana setenta milhões de euros, a Pavigrês sessenta milhões de euros, a Epedal vinte seis milhões de euros e, portanto, a Câmara Municipal de Anadia seria a quarta com vinte e quatro milhões de euros. Não há aqui nenhuma que fature, que tenha de lucro tributável. Vamos falar como der ser, o lucro tributável de cem milhões de euros. Nós temos aqui na sala vários empresários. Eu lanço um desafio a estes empresários todos, qual de vocês que teria de lucro tributável dez mil euros e teria problemas em dar cinquenta euros de derrama à Câmara Municipal. Eu desafio os empresários que estão aqui nesta sala para fazê-lo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, julgo que há bocado tenha referido que realmente os valores das propostas, sejam sobre o lucro tributável do imposto de IRC. Se não foi, peço desculpa, mas era nesse sentido que ia a minha abordagem. -----

----- Mas devo pegar aqui nalguns pontos das intervenções anteriores e verificar que foram ditas algumas verdades e outras, se calhar um bocadinho, fogem ao alcance da perceção. Águeda efetivamente tem uma taxa de derrama diferente da nossa e Águeda tem umas taxas no fundo ajustadas em função das empresas. Pequenas ou médias empresas ou grandes empresas, mas têm ajustado em função dos lucros que elas vão obtendo. -----

----- Estamos aqui com um problema, também foi dito que os Municípios têm à sua disposição no fundo, infraestruturas diferentes, acessos diferentes e a pergunta que eu aqui deixo e na consonância de toda a abordagem que temos feito nesta matéria fiscal é o que é que nós queremos? Porque nós não podemos ficar só dependentes que venha a aprovação do nó da autoestrada. Nós não sabemos quando é que isso virá. Também não podemos defender, desculpem o termo, o compromisso, a necessidade de investir fortemente na valorização em novas zonas industriais quando depois o processo, quer por motivos burocráticos, que acabam por alongar ou não, o processo inicial começa-se a alongar no tempo. -----

----- Da minha ótica, será não só essa questão burocrática, mas também aquilo que nos traz aqui à análise preponderante que é a falta de recursos suficientes para desenvolver programas, porque no fundo, Anadia não tendo ainda o nó da autoestrada, tem que olhar ao lado e perceber, se os outros fazem uma diferenciação da taxa de derrama e dizem que isto está incluído num lote de medidas que eles tentam trabalhar em diversas frentes, para conseguir o desenvolvimento sócio económico, porque no fundo, aumenta a sua capacidade financeira para dar resposta aos problemas que vão sendo identificadas. Eu não percebo porque é que não podemos ir no mesmo sentido, até porque foi dito, que este valor da derrama é irrisório para as contas para uma empresa, para determinadas as empresas é um valor irrisório, mas é



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

extremamente importante para o Município conseguir dar respostas, nem que seja a pequeninos problemas. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo.

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Depois de ouvir as intervenções dos meus colegas anteriores, eu continuo a achar que há aqui alguma confusão, o Rui Bastos relativamente a Águeda referiu que as empresas estariam isentas não é o lucro é no volume de negócios. Águeda cobra um e meio por cento da derrama, um e meio por cento de derrama a todas as empresas que, no período anterior, ultrapassem os cem mil euros de volume de negócios. -----

----- E pegando neste exemplo do Rui Bastos e referindo-me ao Rafael Timóteo, o Rafael Timóteo deu um exemplo de uma empresa que não ligando às infraestruturas nem ao acesso à autoestrada, cujo contabilista apenas ia olhar ou o consultor para os impostos, a empresa vinha para Anadia, é que em Anadia ia pagar zero vírgula cinco de derrama e em Águeda ia pagar um e meio, porque tem mais do que cem mil euros de volume de negócios, não é o lucro, uma empresa que tem cem mil euros de volume de negócios até pode dar prejuízo e não paga derrama, mas se der lucro em Águeda já paga um e meio, não paga zero cinco, como pagaria em Anadia.-----

----- Portanto, isto para dizer o quê e fazer minhas as palavras do Zé Manuel Carvalho, não confundir volume de negócios com lucro e este imposto incide sobre lucro. E já agora, só para terminar, efetivamente, o Município de Anadia vai cobrar cerca de cento e cinquenta e oito mil euros de derrama, mas deixa de cobrar quase trezentos e vinte mil euros da mesma, o que deixa de cobrar às empresas são quase trezentos e vinte mil euros. Não são só os cento e cinquenta que estão em causa são os trezentos e vinte que deixa de cobrar. Muito obrigado. ----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pelos esclarecimentos Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Apenas para dar uma solução diferente, porque nós estamos todos a falar a mesma coisa e não estamos a ver mais além, nós podemos deixar ficar a derrama como está. Nós podemos, por exemplo, facilitar a venda dos terrenos das zonas industriais, terrenos gratuitos a quem se instalar, poupar a derrama durante cinco anos e, por exemplo, a todos os que já estão neste momento a laborar na zona, todos os que fizerem investimentos, nós também lhe retiramos derrama, se assim tão pequeno também não faz diferença e com o investimento que nós fazemos, sabemos que daqui a cinco anos, as empresas que se instalarem nos vão trazer retorno.-----

----- Portanto, nós temos que começar a passar para a frente, não é para trás, não interessa saber o que é que está, interessa é arranjar maneiras e coisas que possam concretizar para o futuro. Nós podemos dar os terrenos, tirar cinco anos de derrama e ao fim de cinco anos, nós



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vamos buscar a derrama dessas empresas, como vamos buscar mais gente, mais desenvolvimento, independentemente de termos ou não termos a autoestrada e aquilo que nós podemos perder, eventualmente neste momento, na dádiva dos terrenos para instalação de uma empresa. Nós vamos buscar mais tarde, nós temos que saber pensar à frente e não pensar para trás, não interessa nada estar a tirar a quem cá está, interessa tirar a quem cá está se investir e aos que o vierem para cá, arranjar-mos maneiras de possivelmente eles se sentirem mais atraídos a vir para cá e tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- O que eu tenho a dizer sobre esta matéria é o seguinte, mal do empresário que não se instale numa zona industrial por causa de zero ponto cinco da derrama sobre o lucro tributável e falou-se aqui no caso concreto de Águeda e falando mais concretamente na Zona Industrial do Casarão todas as empresas que se estão lá a instalar, são empresas que faturam mais de cem mil euros, clarissimamente, como é óbvio, os primeiros exercícios para quem inicia uma atividade e na maior parte das empresas não davam lucros, não vai pagar derrama. -----

----- Tem outra contrapartida que é fundamental da Câmara e que aqui o Município poderá vir a fazer-lo daqui mais algum tempo, a isenção do de pagar IMI sobre os terrenos durante X anos. Durante cinco anos. Posso vos dizer no caso de Águeda está a isentar os terrenos das empresas que já se instalaram no Parque Empresarial do Casarão durante cinco anos. E isso sim, os empresários dão valor porque sabem, em X metros que lá tem instalados e instalações de grandes dimensões, se for preciso poupam vinte mil euros por ano de IMI. Agora zero ponto cinco por cento de derrama. Isto não é significativo para um empresário ele pura e simplesmente não liga a isto. Mal dele se liga a isto, então não monta nenhuma empresa, não é empresário e termino. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito Obrigado. Dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom para penso eu, para finalizar, só para vossa reflexão. Estamos aqui a discutir e bem que cada um tem a sua opinião, mas, na verdade, andamos aqui às voltas com zero vírgula cinco, um e meio por cento, quando na verdade e vocês saberão quanto é que cada empresa paga de IRC ao Estado. Portanto, vinte e um por cento de IRC ao Estado e estamos aqui a pedir mais uma vez ao Município que abdique obviamente de zero vírgula cinco por cento, sobre aquilo que é o lucro tributável, isto para vossa reflexão. -----

----- E depois indo ao encontro daquilo que o Deputado João Gaspar disse e que o Vítor também, é isso mesmo que o Município precisa de fazer, é um regulamento de benefícios fiscais, porque, na verdade, nós também lidamos com muitos empresários que vem cá bater à porta e eles não fazem contas aos impostos. O Rafael tem sua opinião tudo bem, mas o que eles procuram saber efetivamente, em primeiro lugar, acessibilidades. Fundamental. As



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acessibilidades é aquilo que as empresas mais querem e depois, obviamente, se tiverem alguns benefícios fiscais melhor e esta questão o exemplo que Vítor deu, é fundamental para as empresas, é isso que eles querem e eu disse isso também na reunião do Executivo, que é aquilo onde nós vamos agora trabalhar. -----

----- Ainda há dias em reunião também com uma Associação Industrial, no sentido de encontrarmos um documento, um regulamento para estarmos à vontade, obviamente com a vossa anuência, para podermos dar outros benefícios às empresas que se queiram efetivamente instalar, no nosso Concelho e o exemplo do Vítor é isso mesmo, o que se pretende ir ao encontro de alguns, outros empresários. Dirão bom e se eu me quiser instalar numa parcela de terreno que não é do Município. Há outras formas de apoiar, mas deve ser regulamentado e se já temos vindo a baixar tanto nos impostos, obviamente que temos que dar esse sinal claramente, dar esse salto, à semelhança do que outros Municípios já fazem e, de facto, nós não vamos inventar nada, temos que aprender com as boas práticas que outros já estão a promover e nós temos que seguir esse caminho e é tudo. Senhor Presidente, conclui. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

-----Muito obrigado. Não tenho agora mais nenhuma inscrição para abordar este tema, que suscitou alguma polémica. Qualquer das formas haverá retirar daqui porventura algumas recomendações, que certeza que o Executivo estará atento nessa sua apreciação. Então vamos votar então o assunto da derrama e vamos pô-la à votação e, portanto, num universo de em pleno são trinta e um votantes, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP Manuel José Santos Pinho, Nuno Ricardo da Costa Portovedo, Anabela Fernandes Monteiro, Carlos Delfim de Almeida Correia, Vítor Manuel Santiago Tavares, Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, Arménio Almeida Cerca, Ana Paula dos Santos Alves Allen, Dino Augusto Ferreira Rasga, José Manuel Oliveira Carvalho, Mário Severo de Matos Marinho, Carlos Dinis da Silva Torres, Ema Paula da Silva Dias Pato, Fernando Adelino Pina Fernandes e Óscar dos Santos Ventura, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Deputados do Grupo Municipal do PS e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do + PNT, dois votos contra, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e do Deputado António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, e zero abstenções, aprovar, a proposta da Câmara Municipal de lançamento da derrama, referente ao exercício de 2021 e a ser cobrada no ano de 2022, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Vamos agora entrar no **ponto número cinco, apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com referência ao ano de 2021 e a liquidar no ano 2022, de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 1.º do art.º 3.º do RAMA**, propondo desde



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

já a apreciação do plenário. Dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, então eu queria realmente referir o seguinte sobre a taxa do IMI e em que, portanto, a atual proposta apresentada pelo Executivo camarário, à semelhança do que foi proposto e aprovado nos anos anteriores para a fixação da taxa de IMI. Defende e beneficia sem qualquer margem para dúvidas os Municípios e as empresas do Concelho de Anadia, ao propor uma taxação pelos mínimos legalmente previstos. Na verdade, propõe uma taxa de zero vírgula três por cento para os prédios urbanos, quando poderia ir até aos zero vírgula quarenta e cinco por cento, nos prédios rústicos vigorará taxa fixa de zero vírgula oito por cento. Ainda no âmbito do apoio aos Municípios, propõe o Executivo que se continue a incentivar a natalidade, a ajudar famílias e a fixação das mesmas no nosso Município, ao reduzir a taxa de IMI dos prédios urbanos, em vinte, quarenta ou setenta euros, consoante a composição do agregado familiar seja, respetivamente, de um, dois, três ou mais dependentes. Majora-se ainda em trinta por cento, a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, prosseguindo uma adequada e justa política habitacional e ambiental. Comunica-se à Autoridade Tributária e Aduaneira, quais os prédios ou frações autónomas devolutas para efeitos de aplicação do agravamento da taxa para o triplo. Propõe-se ainda fixar uma redução de dez por cento na taxa de IMI para os prédios com eficiência energética, incentivando assim que cada vez mais se caminhe nesse sentido. Também é proposta uma redução de vinte cinco por cento da taxa de IMI, a aplicar aos prédios classificados como de interesse público de valor municipal ou património cultural. -----

----- Assim e terminando, mostrando-se esta proposta inquestionavelmente defensora dos interesses do Município e, principalmente dos seus Municípios, merecerá o apoio do MIAP. Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra o Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. O Senhor Deputado Carlos Correia fez aqui uma bela descrição, realmente de todas as taxas que estão a ser aplicadas neste âmbito do IMI, faltou referir, mas não lhe compete a ele, que efetivamente o Município poderia ir um bocadinho mais longe, especialmente em matérias de combate a edifícios degradados e que hoje já aqui trouxe, que tem a ver com aqueles que se situam em zonas de pressão urbanística. Uma taxa que o Município e o Executivo poderia perfeitamente adotar, e talvez desta forma, no fundo, desenvolver um combate mais célere nesta questão dos edifícios devolutos. -----

----- Por outro lado, permita-me também referir ou voltar a referir a questão do ponto seis do artigo cento e doze e que refere que os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesia, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana, que não será o caso neste momento, a nossa economia e as ARU rapidamente para as freguesias propostas ou então de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

combate à desertificação. Eu não sei o que é que a desertificação e neste aspeto, elas podem ser majoradas ou melhoradas, para mim desertificação não é no sentido de vou ver uma aldeia e ela está deserta é no sentido de ver, fazer um acompanhamento do que é que tem acontecido à população dessas aldeias. Dirão assim, isto é insuficiente para combater esse fenómeno. Claro que é, mas também existe o bom senso de perceber que não será só uma medida a combater este fenómeno, existirão outros benefícios, desde as infraestruturas, desde os caminhos rurais, os caminhos a viação rural que é preciso investir mais, ao contrário do que tem acontecido nos orçamentos dos últimos anos.-----

----- E eu percebo, porque no fundo, voltamos ao mesmo princípio, faltam as verbas necessárias para ir ao encontro destas prioridades e nós temos que tomar aqui opções, queremos ou não queremos ir por este caminho, porque se quisermos o Executivo tem que tomar uma opção, ele tem que ir buscar na carga fiscal e relembro aqui todos os presentes, Senhores Deputados, que nós vamos ter um aumento tarifário previsto para o ano, pelo menos que consubstancia-se na questão na venda de bens e serviços correntes, pelo menos está lá um aumento previsto de catorze por cento, julgo que seja maioritariamente resultante desse novo tarifário, como é a água que são bens essenciais, por isso, nesta questão da oneração das famílias, etc, acho que esse princípio já está um bocado comprometido, não é, e nós então temos que ver o que é que a curto prazo poderemos fazer, para que a médio longo prazo dar sustento a estratégias que realmente tragam benefícios e eu estou a falar de benefícios para toda a população e é isso que tem estado a defender nesta questão da carga fiscal. -----

----- E por isso fiz aquele exercício daqueles valores aumentando zero cinco, aqui, zero um, o quanto isto representaria para o Município. Agora, se me perguntar a mim em que é que eu investiria, eu certamente lhe daria uma resposta, mas se perguntar à Senhora Presidente, certamente lhe daria outra resposta, mas quase de certeza que chegamos à mesma conclusão, que há aqui diversos problemas que é preciso dar resposta e nós não podemos adiar soluções. -

----- Repare, por exemplo, a questão da habitação. A habitação foi nos apresentada uma estratégia local de habitação, onde o cronograma vai se não estou em erro, até dois mil e vinte e três a construção, julgo eu. Neste momento, a nível do orçamento, já vai para dois mil e vinte cinco as dotações previstas não é, dois mil e vinte cinco. As zonas industriais já vão em dois mil e vinte seis, pelo menos uma delas ou seja, isto está-se a alargar no tempo, quando, se calhar, o que nós precisamos é de um cortar este tempo, nós precisamos de encontrar respostas rápidas, céleres, que nos permitam a curto prazo, cativar jovens e isso só se consegue fomentando o emprego, tendo habitação, tendo condições e para isto tudo é preciso não só recursos, como também ter uma atuação mais célere possível. Daí que, apesar de eu ser favorável, porque, no fundo, há que reconhecer que o Município na questão de combate aos prédios devolutos que poderão servir para dar respostas a certas questões da habitação e não só e também por uma questão da segurança. -----

----- Nós vamos votar a favor, embora deixe aqui o repto de a Senhora Presidente poder ir mais além, porque o CIMI permite-lhe isso, adotando, nomeadamente, a questão do imposto para os



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prédios devolutos em zonas de pressão urbanística. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, terminados que estão estes quatro pontos relativos aos impostos. Eu gostaria de realçar a importância da aprovação dos quatro pontos anteriores. -----

----- Em primeiro lugar representam uma das fontes de receita do Município e depois porque também se decide a parte que o Município deixa de cobrar ou devolve aos seus Municípios. Não posso deixar de realçar a verba aqui em causa, com a aprovação das taxas e impostos dos quatro pontos anteriores. O Município de Anadia deixa de cobrar ou devolve aos seus Municípios mais de dois milhões e duzentos mil euros, repito, são mais de dois milhões e duzentos mil euros, num orçamento de vinte e quatro milhões, ou seja, um pouco mais de nove por cento do orçamento. E menciono esta percentagem, porque foi referido que o Município de Anadia, de acordo com o Anuário dos Municípios Portugueses é um Município considerado pobre. É assim, Senhor Vereador? Penso que disse bem, pois o seu rácio de receitas próprias face ao total de receitas, fica abaixo dos cinquenta por cento. Ora se em vez de devolver aos Municípios mais de dois milhões e duzentos mil euros, cobrando taxas mínimas de IMI, devolver dois por cento do IRS, cobrando apenas zero vírgula cinco por cento de derrama, aplicasse as taxas que poderia aplicar o Município de Anadia teria mais de cinquenta por cento receitas próprias, face ao rácio total de despesas e então já seríamos um Município rico, como não fazemos isso somos um Município pobre. -----

----- Mas somos um Município pobre que todos os anos tem que desembolsar uma verba significativa para o FAM, curiosamente, para ajudar a pagar as dívidas dos ditos Municípios ricos. O Município pobre paga a horas. O Município pobre que abdica de dois vírgula dois milhões de euros de receita a favor dos seus Municípios. O Município pobre que não deixa ninguém para trás, seja através do reforço das verbas para as freguesias, seja através dos apoios às associações, às IPSS, o apoio social escolar e tantos outros, enfim, o Município pobre, mas com uma saúde financeira invejável. Com rácios bem em cima daqueles que são recomendados e já agora um Município pobre que mantém uma das faturas de águas mais baratas do país e sim água, aliás, o Rui Bastos à pouco falou da água e vi e li na passada sexta-feira, penso, uma notícia em que PSD e o PS votaram contra o aumento da fatura da água, que ficaria em média mais cara cerca de vinte por cento. Eu diria que o imediatismo e a ânsia de colocar notícias tem destas coisas e, por isso mesmo com toda a certeza, esqueceram-se de mencionar que esta é uma importante fonte de receita do Município, o assunto que tanto os preocupa, conforme o rácio que atrás referi. Mas é também uma grande despesa do Município e que já agora vai continuar a ser, pois penso que o Município não pensa em privatizar nem concessionar a água. Como tal uma rubrica importantíssima na construção do orçamento municipal. Também não foi referido que a fatura não reflete só o consumo de água, também não foi referido que a TGR, que é taxa de gestão de resíduos, paga através da ERSUC à Agência



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portuguesa do Ambiente teve um aumento de cem por cento, passando vinte e dois euros para quarenta e quatro euros a tonelada e que a tarifa de tratamento de resíduos urbanos indiferenciados paga à ERSUC, passa de vinte e oito vírgula noventa e nove euros a tonelada, para quarenta e quatro, vírgula zero quatro, um aumento de cinquenta e um vírgula nove por cento. Também não vi uma menção a que os custos com o pessoal aumentam, que o combustível aumenta e que a energia está mais cara. Também não vi referido e se calhar convinha estar lá, que parte destes aumentos são absorvidos pelo Município e que efetivamente não se vão refletir no valor final de água. Valor final esse que também não menciona que, ainda assim, é um dos mais baixos do país. Anadia tem uma das águas mais baratas do país, aliás, de acordo com um estudo da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas e da Fundação Millennium BCP é o décimo quinto mais barato do país e já agora o mais barato do distrito de Aveiro e ainda que seria preciso um aumento de mais de cem por cento, só para chegar próximo do preço praticado por um dos Municípios nossos vizinhos. E não temos qualquer dúvida que se efetivamente houver necessidade o Município tem na sua mão, à semelhança do que já fez no passado recente, fazer o que se lhe oferecer para minimizar este custo nas famílias, nas instituições e nas empresas. Muito Obrigado-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----
----- Muito obrigado. Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Vereador João Nogueira. Faz favor, mas não é para voltar a dizer do rico e do pobre. Se não, não saímos daqui. Faz favor. -----

----- **Senhor Vereador João Nogueira do PPD/PSD:** -----
----- Muito boa tarde para usar uma expressão do Senhor Doutor e vou ser muito parco em palavras, a ata é pública, foi aprovada, o Senhor Deputado tem acesso com certeza à ata, teve acesso à discussão. Eu não sou professor de português, portanto aconselhava-o a ler a ata e não estar outra vez a dizer coisas, porque eu aqui sou a pena, não só a parte. Estou aqui como assistente a defender a minha honra, volto a dizer, mais uma vez, eu não disse que Anadia era um Município pobre, disse que tinha índices de Município pobre e disse exatamente aquilo que o Senhor andou aí a referir sobre se os impostos, se a Câmara cobrasse o máximo que poderia cobrar, teria um rácio de receitas próprias, superior a cinquenta por cento, mas também disse outra coisa é que se uma Câmara não consegue cobrar receitas, em média superiores a cinquenta por cento, isso quer dizer que não tem capacidade, que o Município não tem capacidade para gerar essa receitas, isso depende da atividade económica, portanto, o Senhor, por favor, não coloque palavras na minha boca que eu não referi.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----
----- Muito obrigado Senhor Vereador. Senhor Deputado Nuno Portovedo para? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----
----- Eu gostaria de dizer ao Senhor Vereador que e vou ler aquilo que eu disse e penso que transcrevi o que estava na ata, se não transcrevi enganei-me Senhor Vereador. O que eu disse foi que foi referido que o Município de Anadia, de acordo com o Anuário dos Municípios



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portugueses, é um Município com índices considerados pobres, pois o seu rácio de receitas próprias, face ao total de receitas, fica abaixo dos cinquenta por cento. Foi só isto que eu disse e penso que é isto que o Senhor Vereador também referiu na ata, disse. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ficámos também esclarecidos. Vou então, não havendo meia mais inscrições para a abordagem deste tema. Vou pôr à votação, portanto, este ponto que se refere ao IMI, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com referência ao ano de 2021 e a liquidar no ano 2022, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

-----Passaremos agora ao **ponto seis, último ponto do Período da Ordem do Dia que é apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano de dois mil e vinte e dois.**

----- Ponho desde já este assunto ao plenário e dou a palavra de imediato ao Senhor Deputado Vítor Tavares. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP.** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, o orçamento de dois mil e vinte e dois foi elaborado num contexto de muitas incertezas, não só derivado à falta de Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois, bem como as dificuldades económicas e financeiras que a pandemia tem criado a nível mundial, com reflexos na taxa de inflação e nos juros no futuro. Perante tal cenário, o orçamento tem por base o princípio do rigor, da prudência, do cabimento racional e do equilíbrio com a realidade das necessidades das populações a que o Município tem que responder. -----

----- Analisando o orçamento, saliento a evolução positiva na arrecadação da receita. Assim, na receita corrente, temos uma variação positiva de cinco vírgula quarenta e um por cento, ou seja, a previsão é de cerca de um milhão e dois mil euros. Em termos da receita total, esta sobe relativamente ao exercício de dois mil e vinte e um, três vírgula oitenta e oito por cento, ou seja, cerca de novecentos mil euros. E se fizemos a comparação com o ano de dois mil e vinte, então a receita total sobe cerca de quinze vírgula cinco por cento, representando cerca de três milhões e cem mil euros. -----

----- Saliento também o aumento dos impostos diretos recebidos em todos os anos, exceto no ano de dois mil e vinte em que aqui o executivo baixou um por cento na taxa de comparticipação do IRS. Aumenta de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois, quatro vírgula zero um por cento, mais cento e setenta e dois mil quinhentos e trinta euros, sendo este um bom indicador para a economia local, mesmo tendo em conta que o Município deixa de receber o valor de dois milhões, trezentos e quinze mil euros, isto em termos do IRS, IMI e também na derrama. Valor este que reverte a favor do bolso dos habitantes do Concelho.



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Afinal, o executivo preocupa-se com as pessoas. -----

----- Também saliento que as receitas correntes são superiores às despesas correntes em catorze vírgula sessenta e cinco por cento, libertando cerca de três milhões, quinhentos e dezassete mil novecentos e setenta e seis euros, tendo que se subtrair a este valor o valor dos passivos financeiros e mais os ativos financeiros no valor de quinhentos e quarenta e cinco mil e seiscentos euros. Sobrando para investimento o valor líquido de dois milhões novecentos e setenta e dois mil setecentos e trinta e seis euros. Daqui resulta que o Município não tem necessidade de novos empréstimos. Bem como permite amortizar os que existem. -----

----- Relativamente às despesas, as despesas de maior relevância e, como é normal, tem a ver com o pessoal, com um peso de vinte e quatro ponto, sessenta e dois por cento, também com a aquisição de bens e serviços, com trinta e três ponto, setenta e dois por cento e de vinte e nove vírgula zero sete na aquisição de bens de capital, ou seja, no valor de seis milhões novecentos e trinta e um mil euros. De realçar que as despesas com pessoal e aquisição de FSE, advêm da necessidade de fazer face às diferentes funções inerentes às atividades envolvidas pelas respetivas unidades orgânicas do Município. -----

----- Assim, temos que nas funções gerais tem o peso de nove vírgula setenta e um por cento, diminuindo cerca de dois vírgula setenta e quatro por cento, relativamente ao ano dois mil e vinte e um valor esse, que é de um milhão e noventa e seis mil euros, previstos nos gastos nestas funções derivam de essencialmente três verbas, trezentos e sessenta e nove mil e vou dizer números redondos, de trezentos e sessenta e nove mil euros, para aquisição de edifícios, neste caso concreto, está aqui a antiga Escola Secundária, duzentos mil euros para acabar com a requalificação do posto da GNR e trezentos e oito mil e quinhentos euros para a proteção civil e luta contra incêndios. -----

----- Nas funções sociais, que são as funções que tem mais peso para o Município, estas representam sessenta e oito vírgula cinquenta e um por cento, perfazendo o total de sete milhões setecentos e trinta e quatro mil euros, aumentando, relativamente ao ano de dois mil e vinte e um, cerca de meio milhão de euros. Estas despesas derivam essencialmente de quê. Primeiro, obras de requalificação da escola da Moita, quatrocentos e vinte e dois mil euros. Segundo, serviços auxiliares de ensino no valor de oitocentos e oitenta e oito mil euros, mais quatro vírgula setenta e dois por cento do que no ano transato. Três, na requalificação do Centro de Saúde no valor de um milhão, duzentos e dez mil euros e que já está previsto também para dois mil e vinte e três, mais meio milhão que já aqui foi referido nesta sala. Em quarto, os gastos com a ação social, no valor de trezentos e catorze mil euros, desceu quarenta mil euros, claro que desceu, mas quando foi feito este orçamento, previa-se que a situação de COVID, não fosse a que hoje estamos a viver, porque os sinais mais negativos foram o presente mês e o futuro ninguém o sabe.-----

----- Relativamente à habitação desceu três ponto sete por cento, ou seja, o valor que está cabimentado no orçamento, são duzentos e vinte e um mil euros, mas no qual se prevê e isto é que é fundamental referir, porque há sempre um ano de início, para depois alavancar nos anos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguintes. Nos anos seguintes de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte seis, prevê-se um investimento na área da habitação de dois milhões e cento e setenta e três mil euros. -----

----- Depois, o abastecimento de água, temos um valor de um milhão cento e seis mil euros, do qual se prevê também gastar, de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte seis, mais de dois milhões, duzentos e quinze mil euros. -----

----- Relativamente aos resíduos sólidos, está previsto um milhão cento e oito mil euros, isto é o aumento de cento e trinta e dois por cento, relativamente ao exercício transato, justifica-se com a aquisição de mais uma viatura para a recolha dos resíduos, bem como a aquisição de contentores de lixo no valor de trezentos e cinquenta e quatro mil euros. Para dois mil e vinte e três, já está previsto também um investimento nesta rubrica de mais duzentos e dezasseis mil euros para uma viatura, bem como mais quatrocentos e vinte cinco mil euros para a aquisição de mais contentores de lixo. Que vai de encontro com a reivindicação no nosso colega da CDU. -

----- Depois na proteção do meio ambiente, aqui também tem um acréscimo de cento e dezassete vírgula cinquenta e oito por cento mais e isto refere-se essencialmente com a requalificação do Monte Crasto. Acho que é uma obra que é necessária, depois do parque que foi feito mais abaixo, ter o Monte Crasto como uma sala de visitas de Anadia, acho que é fundamental. As condições que neste momento tem, acho que não são dignas de qualquer turista, qualquer visitante de Anadia, poder visitar Anadia ver o parque como está e depois ver o Monte Crasto e sei que há pessoas a rirem-se, mas isto vale o que vale. Acho que há que haver respeito, acima de tudo. -----

----- Depois no desporto e lazer temos quatrocentos e cinquenta e seis mil euros com a construção de estruturas de apoio a pista XCO e BTT, em que esta verba sobe dezasseis ponto vinte e dois por cento. -----

----- Relativamente às funções económicas estas decrescem cerca de treze ponto sete por cento, ou seja, baixa para o valor de um milhão e quinhentos mil euros, mas aqui temos que realçar uma coisa que é fundamental. No ano de dois mil e vinte e dois está previsto apenas e isto é apenas porque não há condições para mais, não financeiras, mas pelos projetos e por todas as burocracias inerentes, para a zona industrial trezentos mil euros de Amoreira da Gândara. A zona do Tordo mais trinta mil euros e a do Salgueiro quarenta mil euros, mas o impacto maior e é aqui que esperamos resposta da própria Assembleia e do Município para com todos os habitantes de Anadia, que é bom para todos nós é o impacto e acho que aqui temos que estar todos do mesmo lado, não olhando aqui a politiquices, que é o investimento que está previsto de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte seis. Estão aqui previstos nove vírgula seis milhões de euros de investimento nas áreas industriais, isto é vital claramente para o Município, isto é a alavanca para Anadia, claramente. E se conseguirmos, aliado a isto, o nó da autoestrada, então temos o Município num bom caminho. -----

----- Depois nos transportes rodoviários, está previsto quatrocentos e vinte seis mil euros, com especial relevo para o início de gastos inerentes à rotunda do IC 2 de Aguim, obra que não é da responsabilidade do Município, mas o Município vai gastar e está previsto em dois mil e vinte e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois já investido, penso que será um estudo dez mil euros e em dois mil e vinte e três que é o ano em que vai realizar a rotunda trezentos mil euros e isto não é uma obra da responsabilidade do Município.-----

----- Nas outras funções económicas, há um aumento de três vírgula quarenta e três por cento. Mais de setenta e três mil euros do que no ano transato. Aqui salienta-se e vai de encontro com algumas outras opiniões, o apoio ao comércio local, mais cento e sessenta mil euros. Acho muito bem e se calhar quando foi feito este orçamento, não estávamos na situação que estamos hoje do COVID e não sabemos o futuro, se calhar, possivelmente esta verba vai ser infelizmente curta, mas a ver vamos. -----

----- Nas outras funções, no valor de novecentos e catorze mil euros, aqui está refletido mais uma política do Executivo que é facultar mais verbas às Juntas de Freguesia. Acho que sim. As Juntas de Freguesias têm vivido ao longo dos anos dificuldades porque o dinheiro claramente chega para pouco e o Município, o Executivo vai reforçar essas verbas muito bem. -----

----- Depois passando uma pequena análise de indicadores apenas vou analisar três indicadores deste orçamento. O primeiro rácio da relação é a relação impostos municipais com o total de receitas, o qual temos um peso de dezoito vírgula sessenta e cinco por cento é, quanto a mim, claramente aceitável tendo em conta, tendo em conta as baixas taxas praticadas pelo Município. Depois o segundo o rácio é a relação e que já aqui foi falado, já foi mencionado aqui, que é o rácio receitas próprias com um total de receitas. Dois mil e vinte e um esse rácio era de quarenta e um ponto cinco, em dois mil e vinte e dois ele melhorou para quarenta e dois ponto, quarenta e seis, há quem diga que deve ser cinquenta por cento ou mais, mas isto é numa órbita empresarial, claramente, porque o objetivo do Município não é o lucro e quando se analisa este rácio está-se a pensar no lucro. Qual é o objetivo do Município é o lucro, não é, porque o Município têm que servir as pessoas, dar qualidade de vida às pessoas e, por isso tem que responder às necessidades sociais e isso uma empresa não faz, portanto, estes valores atingidos em dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, meus senhores, acho que representam claramente uma boa gestão dos recursos que este Município tem feito. Em terceiro a relação entre a despesa corrente e o total das despesas. Este rácio dá-nos sessenta e seis ponto cinco por cento. É normal no Município que as despesas correntes sejam superiores a cinquenta por cento das despesas totais, completamente normal, devido a responsabilidade e isto na continuação dos anteriores dados, porque isso está tudo interligado, devido às responsabilidades sociais e competências que o Município tem em assumir, no caso concreto fica liberto para investimento de capital, a percentagem de trinta e três ponto, trinta e cinco por cento. Não é mau é muito bom. Claramente no Município e tendo os constrangimentos que nós sabemos e tendo que responder a muita responsabilidade que não é do Município, mas é do Estado central, sobram ainda trinta e três ponto, trinta e cinco por cento, quem disser que é mau, não está a ser verdadeiro. -----

----- Concluo referindo que o orçamento apresentado responde de forma cabal às necessidades do Município, não deixando, porém, de planear uma estratégia de desenvolvimento, como é o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caso do forte investimento nos próximos anos na área da indústria, perfazendo cerca de nove vírgula seis milhões de euros. Termine e obrigado Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao senhor Deputado Luís Fonte. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Vou iniciar com uma nota prévia. O orçamento não reflete a estratégia e objetivos do Partido Social Democrata. Não obstante, os Presidentes de Junta eleitos pelo Partido Social Democrata poderem reconhecer bondade no mesmo. -----

----- Posto isto, julgamos não haver dúvidas de que o maior problema a médio longo prazo é a questão populacional no Concelho de Anadia. Anadia perdeu cerca de treze por cento da população nos últimos vinte anos, esta situação irá afetar certamente o equilíbrio orçamental da Câmara, se não for invertida. O paradigma hoje, depois de toda a discussão que houve nos pontos anteriores, a realidade é que o paradigma hoje é diferente entre a indústria e a população. Até há bem pouco tempo, a população deslocava-se para onde havia indústria, mas a realidade hoje é diferente e eu tenho a vivido em várias empresas onde tenho trabalhado, as empresas, pelo menos as de média e grande volume de negócios, o tamanho, primeiro vão ver se há população, além da questão das acessibilidades que a Presidente da Câmara há pouco falou. Sem população, as empresas não se vão instalar, porque os custos maiores que hoje têm são com recursos humanos e sem população os recursos humanos tornam-se demasiado caros e esse é o ponto fulcral de competitividade das empresas, o que quer dizer que o problema população é um problema não só para o futuro das contas no Concelho de Anadia, da Câmara Municipal, mas também por si só, é um problema para a instalação de empresas. Sendo Anadia atrativa fiscalmente e porque estamos a perder população e não captamos investimento ou não temos captado investimento significativo. As medidas deste orçamento vão contrariar a tendência dos últimos anos? Considera o Executivo da Câmara as medidas definidas para este orçamento e para o ano de dois mil e vinte e dois suficientes e as necessárias? E tendo em consideração as ações que foram aqui apresentadas pela Câmara Municipal em relação à habitação e às zonas industriais estarão definidos objetivos claros, metas relativamente à população e à estrutura económica que se pretende com esta estratégia e com este orçamento e futuros para dois mil e vinte cinco para o final do mandato ? Isto é queremos ter quantos habitantes em Anadia? E a estrutura económica, algum plano com objetivos a longo prazo, isto é, não só para dois mil e vinte cinco, mas para dois mil e trinta e um, para daqui a dez anos, algo que se possa eventualmente até ser base de um acordo entre os vários partidos, para termos pelo menos uma estrutura base, que permita uma estratégia a longo prazo para Anadia inverter o caminho tem estado a percorrer ? E por final, há um objetivo em termos de postos de trabalho a serem criados até ao final do mandato, fruto do investimento que foi falado nove milhões de euros nas zonas industriais? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra à Senhora Presidente de Junta e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputada Municipal Lúcia de Jesus se faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, Lúcia de Jesus:** -----

----- E pelo fim das outras funções desde já, portanto, é com agrado que recebemos a informação das transferências financeiras para as Junta de Freguesia serem reforçadas face aos anos anteriores. O que de facto nos virá também a facilitar um pouco mais o trabalho da Junta de Freguesia, dos Presidentes de Junta que terão que disponibilizar, por vezes, meios e não haver os termos financeiros para os mesmos. Desde já aí o meu agradecimento. -----

----- Passando aqui às funções económicas Senhora Presidente tenho aqui uma questão que lhe coloquei já aquando do Conselho Municipal da Juventude, mas a qual não foi digamos bem explícita ou explicada. Na reabilitação de Parque Claudino Pinto o valor aqui e agora espelhado está ligeiramente superior, portanto, ao valor inicial. Este projeto, um dos vencedores do OPMA dois mil e dezanove, como é o nosso conhecimento, a obra ainda não foi executada devido inicialmente ao COVID, infelizmente, depois devido ao facto de não haver inclusive disponibilidade financeira ou até mesmo a exequibilidade do mesmo. Questiono eu este valor agora ligeiramente superior o diferencial é o que irá fazer face à disponibilidade, à diferença do valor do que estava na candidatura, só cerca de oito mil euros? Não sei se entendeu a minha questão? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Deputada terminou? Então continue. -----

----- **Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, Lúcia de Jesus:** -----

----- Então esta era uma das questões, portanto, se o valor agora apresentado neste orçamento vai tornar exequível o projeto em termos financeiros, portanto, esta era uma das questões, uma outra questão, que talvez já podia ter colocado anteriormente, é o facto de não ver associado o nome de Avelãs de Caminho a este projeto e recorro que até nessa reunião do Conselho Municipal da Juventude um dos observadores questionou onde é que era o Parque Claudino Pinto. Esta situação que já vem de alguma forma também de trás e ao analisar todo este documento eu vejo aqui requalificação do Largo de São Tomé, em Paredes do Bairro, Largo da feira, Parque de Levira, Moinho da Póvoa do Castelo, em Sangalhos e por aí além e chego aqui a um parágrafo onde vejo, portanto, os investimentos a realizar em outros espaços de atividades económicas, tais como no Vale do Salgueiro, em Anadia ou no Vale do Tordo, a norte do Concelho. Questiono eu a que Freguesia é que pertence o Vale do Tordo? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara, no sentido de esclarecer. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom, relativamente à requalificação do Parque Claudino Pinto, como está a requalificação do Parque de Levira, do Percorso Interpretativo Parada- Anadia, Moinho da Póvoa do Castelo,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em Sangalhos, estes nomes estão aqui estão exatamente àquilo que foram os nomes do orçamento participativo, portanto, não há nada inventado. Foi aquilo que estava lá, o nome e a designação foi aquilo que foi transposto para o orçamento, portanto se não tem Avelãs de Caminho, é porque o nome também não estava lá, portanto, e foi isso que foi transposto para o orçamento. -----

----- Relativamente ao Parque Claudino Pinto não foi feito pelas razões que apontou e, na verdade, tudo aquilo que lá está não é exequível pelo valor que foi apontado, como de resto já conversámos sobre essa situação. Há aqui uma diferença de valor, porque senão ainda era pior, é porque efetivamente aqueles valores também não tinham IVA e, logicamente, lançamos uma empreitada e tem que ter o valor também do IVA. Já contamos com essa diferença, porque o valor que estava na intervenção, se não me engano da zona do açude, eram trinta e três mil e tal euros, portanto, ainda abaixo e já estamos aqui a contar com qualquer coisa, porque se fosse com IVA, ainda é menos, face ao orçamento, inclusivamente, que nós temos para intervenção no açude, porque não é com aquele valor que nós conseguimos fazer toda aquela intervenção, conforme estava previsto. Como também acontece com o Parque de Levira, cujo orçamento era de cinquenta mil euros, mas aquilo que eles puseram não chega para fazer aquilo que eles tinham previsto, como inclusivamente também inicialmente em Vila Nova de Monsarros, não dava para fazer tudo aquilo que estava previsto, portanto, obviamente que colocamos já o valor a contar com o IVA, face aos orçamentos que nós também já temos, já um diferencial, porque tudo aquilo que lá está não dá, e eu já falei nisso consigo para fazer, enfim, o que está é impossível relativamente a toda a descrição que existe naquele projeto e este é um dos problemas dos orçamentos participativos. Já conversei sobre isto é a dificuldade de colocarem aqui projetos com umas ligeiras memórias descritivas, sem a razoabilidade em termos de quantidades, em termos de orçamento, que nos permita depois trabalhar no projeto de execução, para depois colocar na plataforma, para depois pedir propostas, portanto, é todo um projeto que tem que ser feito e ser, enfim, ajustado à realidade e aos orçamentos que são colocados, portanto, os orçamentos são sempre abaixo daquilo que já foi feito. Como já aconteceu, inclusivamente no Ecoparque de Sangalhos, por exemplo, mais um ou outro exemplo. Mas pronto falando no Parque Claudino Pinto, conseguindo intervir na zona do açude e ali um bocadinho nas margens é quanto conseguiremos fazer com aquele orçamento, o orçamento que foi dada a indicação. -----

----- Relativamente à pergunta que colocou requalificação do Vale do Tordo em que freguesia, eu também não sei se o Vale Salgueiro fica só a zona de Avelãs de Cima ou na freguesia de Arcos. Não sei se vocês tem essa preocupação, mas Senhora Presidente, quando estamos aqui com uma empreitada de quase setecentos mil euros para Avelãs de Caminho, para a requalificação de água e de saneamento e não vejo cá o nome de Avelãs de Caminho e a Senhora Presidente da Junta também não perguntou, ou agora o nome também é importante, bom é mais uma preocupação que vamos ter então no futuro com os termos do orçamento, se estamos com essa preocupação, pronto, é o nome que está. Que, aliás, foi um nome que,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inclusivamente, já foi à reunião de Câmara que está assim na alteração do PDM, portanto, foi transposto para cá em função daquilo que chamam à zona e que, em termos de PDM, aliás, está agora começou hoje ou vai começar o período de discussão pública para alteração, nomeadamente, da classificação para esta zona é uma das que estão. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:**-----

----- Para começar, ó Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para dizer o seguinte, lamento não ter sido, embora o podemos, esperaria que tivéssemos sido auscultados relativamente ao orçamento da Assembleia, porque, apesar de tudo, a Senhora Presidente sempre ouve a oposição aquando do orçamento e o Senhor não nos ouve ao longo destes anos todos é que eu já aqui estou, já vão pelo menos quatro, nunca perguntou a opinião à oposição, sobre o orçamento que apresenta para a Assembleia e eu estaria à espera que este ano, porque no ano passado se apresentou um relatório de oposição, tivesse tido pelo menos essa atenção, mas, pronto, fica aqui um reparo, não é uma crítica é um reparo e espero que para o próximo ano tal não aconteça. -----

----- Relativamente ao orçamento deixou-me um bocadinho desiludido, que eu estaria à espera que no orçamento estivesse referido ou pelo menos tentasse haver um acordo no orçamento, para a rede de distribuição de águas e que finalmente se conseguisse fazer em Anadia, um plano conjunto entre todos os movimentos e partidos presentes nesta Assembleia e se tivesse estabelecido um programa para recuperar e reestruturar toda a distribuição de água a nível do Concelho, nem que se demorasse dez anos ou quinze, com verbas fixas, em todos os anos se soubesse o que é que se ia fazer, qual era o montante a despendido do orçamento. -----

----- A promessa de se gastar nove milhões, vírgula seis, a partir de dois mil e vinte e três, nós não sabemos o que vai acontecer em dois mil e vinte e três, em vez de uma COVID pode haver duas ou três vezes, e depois já não se gasta dinheiro nenhum, portanto, não vamos por aí, não devemos pensar de uma maneira tão laica que é aí que nós vamos resolver o problema. -----

----- Relativamente ao Monte Crasto, tal como em relação ao Parque Urbano que eu, na altura, considerei uma obra megalómana. Eu hoje penso que os cem mil euros que estão inseridos no orçamento para o para o Parque Urbano serão para a manutenção, fica a ideia. -----

----- O Monte Crasto é perto do Parque Urbano. Não penso que haja necessidade de se investir tanto dinheiro e não sei se será uma obra tão necessária para Anadia como outras, como, por exemplo, a recuperação urbana das casas velhas e outras utilizações. -----

----- Depois também me deixou um bocadinho desiludido o orçamento relativamente à descentralização, porque há uma referência ligeira sobre descentralização, mas não há nada que nos diga que já está previsto ou projetado ou sequer preparado para um, um impacto, que eu penso que vai ser crucial. -----

----- Há duas coisas também que me deixam pensativo. Eu fui fazer uma análise dos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamentos dos últimos três anos, há diversas obras que transitam de há três anos para cá, algumas nunca foram começadas sequer, outras vêm aos poucos a ser premiadas, mas fazem parte dos orçamentos todos desde dois mil e vinte até dois mil e vinte e dois e há aqui um facto gritante, que é o seguinte: em dois mil e vinte os impostos diretos eram inferiores à despesa corrente da Câmara com pessoal, em dois mil e vinte e um agravou-se e em dois mil e três upa, upa. Nós estamos quase com um diferencial na casa de um milhão e seiscentos mil, portanto, é muito dinheiro, nós estamos com uma receita de quatro, quatro, quatro, noventa e sete e uma despesa à volta de cinco mil e novecentos. Isto é preocupante, porque, no fundo, eu compreendo que Anadia e a Câmara devia ter muito de pessoal, mas também uma coisa é certa, ponhamos as mãos na consciência. Será que isto funciona tudo bem, eu falo por mim, nem sempre as muitas pessoas dão uma boa produção, nem sempre a gestão e a culpabilização é das pessoas é também de quem gere e nem todos conseguimos às vezes gerir da maneira que nós queríamos e as coisas não correm como nós queremos, mas o que é verdade é que há aqui sinais perigosos e eu não vou referir números, ali como o colega Vítor, porque eu também vou dizer aqui uma coisa, eu acho uma certa piada a estas epístolas que são lidas inicialmente pelo grupo do movimento independente, quando começa um ponto leem normalmente uma epístola e o colega Vítor, leu ali uma epístola e os tempos mudam e as vontades também. É só um reparo, mas isto preocupa-me essencialmente estas situações, porque eu esperaria que este orçamento fosse mais dinâmico, esperaria que pudesse haver aqui também alguma folga para incentivar os Presidentes de Junta, por exemplo, a apresentarem projetos inovadores para as suas Freguesias e que houvesse uma verba, sei lá cem mil euros, para que eles pudessem sentir-se estimulados a apresentar coisas novas e que isso também fosse objeto dum concurso até entre os Presidentes de Junta e seria interessante ver os Presidentes de Junta a apresentarem candidaturas para por um projeto para a sua freguesia, com o valor determinado e depois nós pudéssemos analisar, era interessante e levava-se também os Presidente de Junta a terem alguma capacidade inovadora e a mostrarem que efetivamente que com a população e seria interessante para eles, eu acho que todos eles ficariam satisfeitos por isso e são basicamente essas coisas que vi neste orçamento que me deixaram desiludido, mas pronto, são questões de opcionais e é o que é. Obrigado.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, eu só queria um pequeno à parte, que é para que isto fluísse melhor é que se nós vamos agora também a ter determinada terminologia passível de mais umas defesas da honra e mais umas defesas de qualquer coisa, porque isto não sei se será uma epístola, de São João, neste caso é do João, mas penso que não colhe sob pena também de entrarmos nesta coisa de defesa de honras e coisas desse género. Eu, portanto, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, à imagem do que aconteceu no mandato anterior e para não estranhar o PCP apresenta-se um bocadinho contra este orçamento, mais uma vez, mas terá



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todo o cuidado de explicar o porquê. Ao longo de toda a sessão fiz o enquadramento que justificaria a necessidade de adquirir algumas verbas, para dar respostas a certos problemas estruturantes ou menos estruturantes e que permitisse uma certa coesão social também e o facto é que, olhando para todo o orçamento, não quer isto dizer que não possa apontar aspetos positivos que os há, e para que a Senhora Presidente também fique um bocadinho contente, já agora se me permite a bolsa de estágios, o Centro Municipal de Operações de Socorro, o reforço das atividades de animação de apoio à família, o reforço das transferências para as Juntas, que aliás até foi uma medida que eu lhe lancei o repto de ver se até ao final do mandato, gradualmente poderia subir a dez por cento do orçamento, e até mesmo a implementação de ações do apoio ao comércio local, que eu espero que também à imagem da recomendação que o PCP fez, sejam auscultados os comerciantes para saber realmente quais são as dificuldades que carecem.-----

----- Mas olhando para o orçamento no seu todo e sobre a questão financeira que nunca foi o meu forte, o que eu vejo é que realmente o orçamento, o Município tem capacidade de pedir endividamento, à imagem do que fez por exemplo com o Parque Urbano, para dar resposta a problemas que aqui, estruturantes, que já foram iniciados. Mas o que eu reparo também é que qualquer orçamento que nos seja aqui apresentado, apesar de ser uma previsão, não pode, por isso, deixar de morrer à partida, quando não se apresenta minimamente rigoroso e eu permita-me explicar o porquê? Ora o cenário traçado é realmente um cenário complicado. Um cenário de agravamento quer da economia quer dos custos das matérias e no entanto em situações que eu acho que são claras e evidentes, a não ser que estejamos aqui a falar de uma diminuição da população estudantil e aí poderemos equacionar que efeito é que terá tido os benefícios da natalidade, a verdade é que os transportes escolares e as refeições, mantêm os mesmos valores do ano passado, como que se não viessem a ser afetados por qualquer um dos problemas enumerados. E depois o principal e que tem vindo a ser anunciada ao longo destes anos, é a questão de as obras que se vão sucedendo e que já aqui foi referido, de ano após ano, mas não só essas, mas também a resposta às habituais taxas de execução que são apresentados, eu percebo as taxas de execução. O que eu não percebo são as taxas da não execução. E essas taxas da não execução ou até as taxas de execução muito aquém do que nos é aqui apresentado, porque volto a referir e isto é um documento previsional, a Senhora Presidente vem mostrar as suas políticas definidas para o ano de dois mil e vinte e dois e seguintes, com base em outros documentos até que nos foram apresentados. Estes valores deixaram de se fazer, por exemplo, a requalificação de caminhos florestais, na requalificação da viação rural. Eu podia enumerar aqui diversos, até mesmo na questão da requalificação ambiental dos rios, mas são vários, são no fundo, iniciativas de outros anos para as quais, afinal, é menos uma resposta, previa-se que era um problema e para as quais não foram dadas respostas, o que me leva a pensar então face a esta disparidade no fundo do que é previsto e do que a gente sabe mais ou menos que as receitas ou melhor, as despesas irão superar aquilo que está indicado, até a questão que se pode colocar é que se vai prescindir. No fundo, a área que nós vamos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prescindir. -----

----- Dentro destes problemas todos que nos são colocados por causa da pandemia e por causa da repressão económica. Ao longo de toda esta sessão foram aqui indicados diversos mecanismos que podemos dar à Câmara, no fundo, para ir buscar um certo conforto financeiro para dar, de certa forma, mais uma resposta ou uma melhor resposta aos problemas estruturantes que já vimos que tem a ver com a habitação e tem a ver com as zonas industriais, eu pelo menos considero que são dos problemas que o Município tem realmente que avançar. Mas ficamos confusos, porque nós temos aqui vários momentos, temos o momento em que é anunciado um projeto, depois temos o momento em que nos é apresentado o projeto sustentado nos documentos estruturantes com base numa calendarização e depois chegamos ao orçamento e já vimos que essa calendarização não bate certo ou seja, o que era prioritário, ficou menos prioritário e depois ainda menos prioritário ou melhor não é que deixe de ser prioritário. Agora eu acho que não ajuda nada o facto de estar a alongar esta questão da habitação. Estamos a falar, já nem digo de jovens, mas a questão das habitações carenciadas, mas eu percebo a razão que apontou, eu percebo as razões que apontou por causa do financiamento. Estar a adiá-la para dois mil e neste momento já adiámos dois anos, o mesmo acontece com as zonas industriais, que já vai em dois mil e vinte seis. Isto não quer dizer que que acabe ali, porque isto olhando para trás, o padrão diz-me que isto poderá até ir mais além, não é.-----

----- Mas sobre esta questão do financiamento eu também tenho que relembrar aqui assim, que houve diversos momentos ao longo do último mandato e que a Senhora Presidente tomou a decisão de avançar com determinados investimentos e, aliás, até faz referência nisso no que respeita à escola da Moita, tomou a decisão e bem em avançar sem que ainda tivesse vindo a aprovação dos fundos a que concorreu. Ora, essa mesma medida pode ser tomada noutras situações. E depois vejam em termos de respostas propriamente ditas, face ao que aí vem, fica um bocadinho, deixa-nos a pensar, porque é que a ação social tem um decréscimo julgo que onze por cento, se não me engano, relativamente ao ano passado. Não creio que se esteja aqui a acautelar, na questão de bom rigor e da boa prudência que tanto fala e mais, por exemplo, na questão da organização urbana, ou melhor, na ordenação do território, o que é que nós verificamos, é normalmente uma das funções que mais verbas têm para dar resposta às vezes até necessidades estruturantes e infraestruturas e por aí adiante necessárias. Neste momento é nos apresentado um orçamento que até nisso há aqui um desinvestimento, se assim podemos chamar, relativamente a outros anos, desinvestimento este que teria que vir e era mais uma possibilidade de o Executivo poder vir dar outras respostas necessárias, ou seja, se me perguntar, o Rui tem dúvidas quanto às respostas? Realmente não é bem às respostas, como é que eu lhe hei de colocar, relativamente a pertinência das propostas que são apresentadas. Não tenho, eu reconheço que são medidas essenciais, são medidas que até muito curto prazo deviam ser implementadas. -----

----- Agora, o que eu suspeito e é o que eu tenho dito estes quatro anos é que fique na dúvida



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o que é que disto vai ficar para trás, novamente, e nesta análise em termos de orçamento, julgo que os casos prioritários, como a habitação, como as zonas industriais, como a questão ação social, a questão ambiental também, acabam por ficar um bocadinho para trás, quando até poderia desenvolver mecanismos de recolha de receita suficiente para isso e deixava-lhe aqui só umas perguntinhas, por exemplo, no que diz respeito ao Monte Crasto, foi anunciado pelo Município que o investimento que rondaria oitocentos mil euros, sensivelmente, neste momento, olhamos para o projeto, não sei se houve alguma alteração ao projeto. Se, entretanto, foi encomendado um estudo, por exemplo, a um Arqueólogo ou até outros técnicos, juntamente com os da Câmara, como foi feito noutros anos, creio que em dois mil e cinco. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhor Deputado tem um minuto e meio. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Sim, sim eu vou acabar. Mas o que é certo é que nós vemos que estes setecentos mil euros ou cento e cinquenta mil euros, já estão a reportar quase para o dobro, porque em dois mil e vinte e dois está, dois mil e vinte e três já está a prever outros setecentos mil euros e em dois mil e vinte e quatro mais outro tanto ou seja, um projeto que nos foi apresentado de uma forma e neste momento, está com outro valor, não posso deixar de lhe perguntar o que é que alterou? -----

----- Outras questões que eu gostaria de colocar muito rapidamente, tem a ver só um momento Senhora Presidente que isto é muita papelada, sobre a questão dos planos para as diferentes áreas urbanas do Concelho. As tais ARUs de Aguium, Ancas, Fogueira, Mogofores, Sangalhos e Vila Nova de Monsarros, creio que não me esqueci de nenhuma, quando é que estão previstos concluir, se é possível apontar uma data para essa conclusão? -----

----- Relativamente às transferências de competências a Senhora Presidente tem anunciado e bem e é preocupante que, em termos de recursos humanos, equipamentos, vão falhar. O que nós sabemos também é que, diga-se o que se disser, se não for feito nada nós em abril de dois mil e vinte e dois, vamos levar com estas transferências ou seja, com este acréscimo de necessidade de recursos. Olhando para o recrutamento de pessoal que é indicado, nomeadamente para novos postos de trabalho, ou até mesmo, por exemplo, a questão da diminuição das horas extras. Às vezes pergunto-me se isto está ou não a ser acautelado, porque isto vai vir de repente, como a Senhora Presidente já aqui disse várias vezes, vem resultar num acréscimo de trabalhos. Desculpe, a expressão, então a pergunta que fica é olhando para isto, se eu estou a ver mal, se isto está a ser acautelado ou não devidamente? ----

----- E depois por último só no turismo, o programa de valorização e promoção de recursos endógenos, tem uma descida de cinquenta por cento e a minha pergunta vai ao encontro de mais um plano estruturante que é o plano de desenvolvimento estratégico de turismo, de que forma é que tem sido avaliado o impacto desse documento e de que forma é que ele está a resultar enquanto documento orientador que visa destacar e afirmar o nosso Concelho como um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destino turístico? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara se quer comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não sei se conseguir captar tudo aquilo que foi dito, ainda respondendo ali ao Senhor Deputado João Gaspar, relativamente às verbas para as Juntas de Freguesia, obviamente que as Juntas de Freguesia hoje sabem quanto é que podem receber, pelo menos e a receita que podem colocar no seu orçamento. Claro que isso depois irá traduzir-se em cortes de transferências correntes, os tais contratos interadministrativos e os acordos pontuais, podendo os seus Presidentes de Junta escolher as intervenções que querem fazer, pese embora, obviamente, que devem ter um projeto aprovado, orçamentos a apresentar e por aí fora, já têm essa oportunidade. Como também lhe diria que e quase com toda a certeza, que a maior parte dos orçamentos participativos que foram colocados aqui na Câmara, teve uma mãozinha dos Senhores Presidentes de Junta, que empurraram algumas situações, porque senão ainda haveria menos candidaturas. Mas de facto eles deram essa mãozinha e bem fizeram esse trabalho, enfim, para tentar colocar alguns projetos ou algumas ideias que eles tinham e que obviamente gostariam de ver concretizado nas suas freguesias. Mas nem por isso, obviamente, reconhecendo as necessidades de cada freguesia, não deixaremos, obviamente, de fazer intervenções, até porque uma das grandes dificuldades e uma preocupação minha e dos Senhores Presidentes de Junta que trabalham comigo, é efetivamente a contratação pública e, portanto, o cuidado que é necessário ter, para determinados montantes, fazer os procedimentos ajustados, trabalhar nas ditas plataformas e fazer as coisas bem-feitas e eles sabem bem a preocupação que temos tido nesse sentido e, portanto, os que já cá estão já sabem desta conversa, os que vem de novo penso que já alertei para algumas situações, não sei se com todos mas pelo menos já saberão que é preciso efetivamente ter estes cuidados, para determinados montantes, em termos de contratação pública e se nós muitas vezes temos dificuldades, mais eles que nem plataforma têm, nem a forma como elaborar caderno de encargos e por aí fora. -----

----- Ao deputado Rui Bastos teceu tantas considerações, a gente já sabe qual é o seu sentido de voto, por muito esforço que a gente pudesse ter, já sabe que nada está bem. Indo ao encontro daquilo que gostaria, que era o apoio ao comércio local, nós até colocamos lá um reforço para o comércio local. -----

----- Relativamente aos transportes não aumentámos até porque, enfim, nós temos tido um apoio do Estado para as diferenças em termos dos transportes, que é a tal verba o PART, que agora, enfim, provavelmente vai deixar de haver PART e vai ser insuficiente para cobrir aquilo que são as diferenças em termos de transporte e aquilo que caberá a cada Município assumir, mas ainda não sabemos o quê.-----

----- Fala na requalificação dos caminhos, ainda este ano tivemos empreitadas, foi feito aquilo



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que era possível, com os empreiteiros que estiveram disponíveis, se vê lá a rubrica requalificação de caminhos agrícolas, ai vai continuar a ver, porque os caminhos agrícolas todos os anos, aqueles que não foram feitos precisam de ser feitos e aqueles que foram feitos precisam de manutenção, portanto, essa é uma rubrica como os caminhos florestais e a rede viária que nunca acaba vai existir sempre, porque é necessário manutenção e é preciso conservação. -----

----- Relativamente à requalificação dos rios, a mesma coisa, como sabe e já falámos sobre isto há anos que estamos aqui à espera de intervenção, substituímos uma vez mais o Estado, naquilo que seria o trabalho feito na intervenção no Rio Cértima e no Rio da Serra. Temos feito intervenções pontuais de alguma limpeza ou desassoreamento, não propriamente aquela intervenção que foi feita, por exemplo, no Rio Levira que teve participação do Ministério do Ambiente e que quando ela chegou para o Rio Levira, nós reclamamos, obviamente, então mas aqui nós porque é que não temos no Rio Cértima ou quando foi feito em Oliveira do Bairro e Águeda, porque é que a nascente nós, enfim, o rio até corre de montante para jusante, porque é que não tivemos verba, porque consideraram que os nossos Municípios não eram prioritários, portanto, ainda estamos à espera, obviamente, aliás, eu tenho respostas do Ministério do Ambiente em que foi dada essa mesma resposta, portanto, não era considerada prioridade. Hoje dizem-nos ok, digam-nos lá o que é que pretendem fazer, façam o projeto, nós dizemos quem é que faz o projeto, mais não digo, vocês pagam e depois nós vamos ver se arranjam aqui uma candidatura para fazer a intervenção. Pronto, estamos a fazer esse trabalho a ver se conseguimos uma verba para encaixar uma intervenção à séria no Rio Cértima e no Rio da Serra, à semelhança do que foi feito no Rio Levira, mas que agora tem uma preocupação, porque agora é preciso manter. O Ministério do Ambiente diz que ok, vamos tentar manter, mas vamos ver quem é que vai manter daqui para a frente, porque passado um ano a vegetação está lá e é preciso cuidar-se dessa situação. Mas aguardamos essa hipótese de o Ministério do Ambiente ter assim uns pozinhos para participar, à semelhança do que foi feito para o Rio Levira e em boa hora que foi feita. -----

----- Relativamente ao Monte Crasto, a obra está adjudicada, portanto, está consignada, será acompanhada pela Direção Geral da Cultura do Centro, com uma equipa de Arqueologia que acompanhará o processo e, portanto, a obra está em vias de começar. -----

----- Relativamente ao turismo, tivemos dois anos que foram péssimos é verdade, deixamos de fazer muita coisa, inclusivamente a nossa participação na BTL, que agora está prevista para março. Nós estamos a preparar, mas já nem sabemos se lá vamos. Mas claro que havia inclusivamente a sinalética, enfim, um conjunto de coisas para fazer e, enfim, fazer essa dita avaliação e até com outras verbas de reforço que o PRR trará e pronto e nesta articulação entre o Município e o Turismo do Centro, ver o que efetivamente é possível encaixar. Mas esta área do turismo foi daquelas em que efetivamente foi fortemente penalizada em todos os Municípios, pelas razões que todos saberão. -----

----- Pessoal, bem, o que é que está previsto, está prevista a entrada de vinte e um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

operacionais para as escolas, uns acabam contrato e tem que ser renovado ou passam para o quadro. Estamos a contar que o subsídio de penosidade e insalubridade que o estamos já a pagar, com mais pessoal para o Parque Urbano e o Museu das Duas Rodas, porque é preciso gente para tomar conta, para o Posto de Turismo da Curia, temos que contar com o salário mínimo e por aí fora e as transferências do Estado não aumentam, portanto, podemos ir recrutando pessoas, mas as transferências do Estado não aumentam. É claro que não pusemos nada sobre a descentralização, verdade zero, porquê? Porque nós dissemos que não as íamos assumir e como dissemos que não as íamos assumir, não as considerámos. Quando chegar esse momento e há de chegar, com certeza, se não for adiado, enfim, tal como o Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois já previa lá o fundo de descentralização com uma verba em separado para fazer face à educação, à saúde e à parte social, enfim, haverá uma correção do orçamento se tal for feito, mas ainda vamos ter que nos manifestar, por exemplo, na parte social relativamente às verbas, porque aí, enfim, as dúvidas que tínhamos, as dúvidas ficaram e, portanto, não há mais nada do que isso. Ainda há dias tivemos uma reunião na DGESTE e a própria DGESTE, tanto quanto sei, ainda recentemente há dias procurou ao Agrupamento de Escolas quais eram as verdadeiras despesas que tinham em operacionais, nos assistentes técnicos, noutros custos e por aí fora, porque nós também os questionámos, os encargos que a DGESTE lá tem, para fazer face àquilo que nós somamos, então são esses os valores. Vamos ver, portanto, claro que não considerámos nem a entrada de pessoal para a Câmara, nem a questão de outros encargos, porque, de facto, nós dissemos que não as assumíamos, portanto, no dia em que isso acontecer, há de haver uma revisão ao orçamento para supostamente incluir. Porque o orçamento que tinha lá o Fundo de Descentralização também não foi aprovado, portanto, ser não foi aprovado também não há Fundo de Descentralização a transferir para os Municípios, com exceção daqueles que já aceitaram as competências, que são meia dúzia deles, portanto, o resto estão os Municípios todos ainda para gerir todo este processo, nomeadamente, na educação, na saúde e na parte social, portanto, cada coisa a seu tempo e, portanto, não vamos andar, enfim, à frente, quando na verdade, ainda este mês, nós pronunciamo-nos aqui que não aceitávamos as competências para dois mil e vinte e um da parte social, mas convocaram-nos para uma reunião para uma comissão da parte social, nós não vamos, não vamos pela simples razão que se nós não aceitamos as transferências até dois mil e vinte e um, que já nos pronunciamos, não vamos aparecer para uma comissão, portanto, ok, está adiada, agora está adiada para dois mil e vinte e dois, vamos ver. São processos que têm que ser acompanhados, valores que têm que ser percebidos, discutidos, porque, na realidade, tudo aquilo que questionamos e com aquilo que não concordamos, mantêm-se exatamente na mesma e, portanto, e temos que saber, então mas afinal, quantas pessoas vão transferir, e se essa pessoa, enfim, as baixas médicas, como é que vão ser geridas as baixas médicas, então a ADSE que é que vai pagar é a Câmara ou continua a ser a educação? Porque aqui quem paga a ADSE dos funcionários é a Câmara Municipal, sai do mesmo bolo, exatamente, portanto, são tudo questões que têm que ser colocadas. Como por exemplo, o Centro de Saúde não há



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguros, por exemplo, não há um seguro do Centro de Saúde, mas se o Município ficar com o edifício nós temos de ter seguros, seguro do edifício, seguro de responsabilidade civil, seguro de equipamento, por aí fora porque não há seguros. Então e os contratos de manutenção dos fotocopiadores, quem é que vai gerir isso e os contratos dos elevadores, quem é que vai ficar com isso, há muita coisa que ainda é preciso perceber e pronto e ajustar, portanto, se a nossa decisão foi não aceitar a seu tempo, quando for oportuno e não houver mais nada a fazer. Pronto, lá teremos que aceitar e já sabemos que vai ser penalizador para o Município, porque, na verdade aqueles que já tem essa experiência, apesar de haverem verbas que eles recebem, que são mais ou menos certinhas. Na verdade, quando o Município assume a responsabilidade, enfim, se a fechadura se estragar, tem que ir lá correr a reparar, se o vidro partir, tem que ser substituído, e se a funcionária faltar, agora vai-se fazendo a gestão, mas depois é o Município, e não temos bolsas aqui de pessoal para cobrir, enfim, os isolamentos profiláticos, o apoio à família, as pessoas que faltam e tudo isso, mas depois há de passar e há de ser exigido tudo ao Município. -----

----- Pronto e posto isso, acho que respondi, de uma forma geral, ó Senhor Presidente só dizer isto, eu concordo que Senhor Deputado diga assim este ano há menos verbas para a habitação ou para as zonas industriais e já há bocadinho também falou nisso, há uma coisa que vocês podem ter a certeza, nós vamos avançar com a habitação e nós vamos avançar com as zonas industriais e os Senhores vão ter que se pronunciar sobre isso também e quero ver qual vai ser o vosso apoio, mas, claro, hoje estamos em condições de dizer isso, porque temos os processos avançados, registamos para o ano dois mil e vinte e um e vinte e dois, com toda a certeza, as verbas que já tínhamos adjudicadas, mas temos as outras dotações plurianuais, porque quando lançarmos um concurso, por exemplo, como a Zona industrial de Amoreira da Gândara, que custa quatro milhões e meio ou cinco milhões de euros. Obviamente que isso não é feito num ano e quando nós lançamos o concurso, já fazemos a repartição plurianual e por isso aparecem as verbas ao longo dos anos, porque mesmo que a gente lance um concurso, um concurso público internacional para a Zona Industrial de Amoreira da Gândara demora quase meio ano a fazer, portanto, isto tudo são prazos e nós não conseguimos passar por cima deles, portanto, o que será feito em dois mil e vinte e dois, ainda será pouco, para aquilo que nós estamos a fazer, mas já temos a distribuição plurianual, esperando, obviamente que tenhamos concurso com concorrentes e possamos efetivamente avançar com as obras.-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal de Anadia:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente. Agora sim dou a palavra à Senhora Deputada Marta Duarte faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Então boa noite a todos, a todos os presentes e a todos quantos nos acompanham pelas redes sociais, já estamos um bocadinho hoje já é um bocadinho tarde, eu particularmente já estou um bocadinho cansada e vou tentar ser o mais objetiva possível. -----

----- Então é o seguinte. Analisada a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Pessoal para dois mil e vinte e dois, do nosso ponto de vista, a juventude dissolve-se na ação social, no desporto, no empreendedorismo com concurso ideias para jovens, na educação com as bolsas de estudo para o ensino superior. Não existe uma medida de apoio às rendas para jovens, por exemplo, esta é destinada a famílias carenciadas. A redução do IMI é para famílias com filhos. Ora, como sabemos, a faixa etária de pessoas com filhos é em grande parte é superior a trinta e cinco anos. Por isso, aliás, o meu voto contra o plano de atividades e orçamento para a juventude. -----

----- Chamaram-me no entanto, particular atenção e pela positiva, as bolsas de estágio em empresas, mencionadas na página dez da proposta de Orçamento, que, aliás, ou seja, estas já vem sido concedidas por outros Municípios, por isso, eu gostava de questionar se já se encontra elaborado o respetivo projeto de Regulamento, qual o âmbito de aplicação destas bolsas, nomeadamente, se é extensível a jovens licenciados, quem serão as respetivas entidades de acolhimento? -----

----- Posto isto, outra situação que me chamou a atenção, já não ao nível da Juventude, foi o desinvestimento no ordenamento do Território, para a qual não vejo motivo. É que se analisarmos o quadro sete da página trinta do documento da proposta, verificamos que em dois mil e vinte, este campo representa um peso de vinte sete vírgula um por cento, no valor de dois milhões setecentos e noventa e nove mil e setecentos euros, em dois mil e vinte e um este campo representa um peso de sete vírgula trinta por cento no valor de um milhão novecentos e setenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro euros. Para dois mil e vinte está proposto um peso de dois vírgula sessenta e três por cento, dois vírgula sessenta e três por cento, repito, no valor de duzentos e noventa e sete mil euros. Assim questiono o motivo para esta drástica redução? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada, quer comentar ou informar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só dizer que essa questão das bolsas de estágio não tenho, neste momento, resposta em concreto. É uma matéria na qual estamos a trabalhar, que levaremos a uma reunião do Executivo e só depois, obviamente, é que teremos essa informação mais correta e mais exata, contudo, com determinadas empresas já estamos também, enfim, a ter esse diálogo e perceber, obviamente, a disponibilidade nas diferentes áreas, porque, enfim, temos aqui um mundo para trabalhar, vamos ter que fazer aqui algumas opções, mas só depois de devidamente regulamentada, com normas adequadas é que efetivamente teremos essa informação mais exata.-----

----- Relativamente ao Ordenamento do Território, vê essa descida drástica, porque aquilo que tínhamos como rubrica no ordenamento do território era a construção do Parque Urbano, que inicialmente começou com três milhões e tal e veio reduzindo e, portanto, não vamos fazer outro Parque Urbano, portanto, a verba que lá está já não exige, embora o Parque Urbano, como alguém perguntou há dias se já tinha acabado, não o Parque Urbano não acaba, é como a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

requalificação dos caminhos agrícolas, há muita coisa para fazer em nove hectares, mais os outros hectares todos que temos de um lado e do outro, haja vontade e haja disponibilidade que há muito a fazer no Parque Urbano, sendo que um dos próximos investimentos é o equipamento de vigilância público, com câmaras de vigilância públicas que estão a ser, enfim, cujo projeto está para aprovado e que, enfim, aguardamos pelo despacho do Ministério da Administração Interna, para que tal nos seja concedido, e se possa efetivamente colocar no Parque Urbano. -----

----- Portanto, sobre a questão da Juventude, é evidente que nós não temos todas as medidas aplicadas a todas as faixas etárias, assim como, por exemplo, há dias diziam mas o benefício da natalidade é só para algumas famílias, não é para todos, porque nós aí não temos medidas para pobres ou para ricos, os filhos que nasçam no Concelho de Anadia, as pessoas que quiserem podem-se candidatar e, portanto, é uma medida que é abrangente a todos os estratos sociais. Na parte do arrendamento, não temos nenhuma medida ainda aplicada, pese embora que o Cartão Anadia Jovem, inclusivamente, já tem alguns benefícios que podem usufruir, nomeadamente a questão da água, nomeadamente, de algumas licenças também, portanto, já têm benefícios que os jovens também podem usufruir deles, como por exemplo, um jovem se quiser comprar um lote em Ancas, com projeto aprovado, tem um valor bastante inferior, como já aconteceu com a venda daqueles apartamentos ali no Edifício Visconde de Seabra, tínhamos uma redução significativa para jovens e, portanto, são medidas que se vão tomando em função, obviamente, da disponibilidade, mas pronto, para haver também essas medidas transversais a todos os estratos sociais é preciso também um orçamento ainda maior e receitas para isso, como falámos no início como é evidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito Obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado César Andrade. ---

----- **Senhor Deputado Municipal César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito boa tarde a todos Senhor Presidente da Mesa, eu queria esclarecer aqui duas coisitas e pedir à Senhora Presidente que me esclarecesse se fosse possível é, de resto, em relação à zona do Vale do Tordo, ela fica situada em Avelãs de Caminho e dava uma excelente zona industrial, porque tem excelentes acessos, nomeadamente, a Estrada Nacional número um, é apenas um suspirosinho para a Senhora Presidente caso futuramente tente elaborar ou fazer uma Zona Industrial, ali era zona primordial do Concelho para o desenvolvimento do mesmo. Tanto o Concelho de Anadia como a sul do Concelho de Águeda, mas isto é um aparte. -----

----- A segunda questão que eu tinha é uma questão é se neste orçamento está planeada alguma intervenção ou existe alguma verba para a Rua da Portela, em Avelãs de Caminho, uma vez que esta rua, já há vinte anos que andamos em conversas com a Câmara, pelo menos no meu tempo, enquanto era Presidente da Junta, para o escoamento das águas pluviais, porque quando há uma chuvada um pouco mais forte a rua fica intransitável. Eu queria saber se a Senhora Presidente já tem algum indício de futura obra ou futura intervenção na mesma rua, porque sabemos que a maior parte dos habitantes que lá vivem sente-se um pouco indignados



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a situação que todos os anos atravessam, derivado à falta de escoamento das águas pluviais, há bocado falámos também aqui no Rio da Serra e eu queria saber que Rio da Serra é, porque há dois Rios das Serra, há um que passa aqui e há o que passa em Avelãs de Caminho, qual é o que vai ser intervencionado, é o de Alféloas ou o de Avelãs de Caminho, porque o de Alféloas acho que já foi o de Avelãs de Caminho é que está para ser, era esse o Rio da Serra que estavam à bocado a falar? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Terminou? -----

----- **Senhor Deputado Municipal César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Terminei queria saber qual era o rio. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Então vamos perguntar a quem sabe, Senhora Presidente sabe? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Respondendo ao Senhor César Andrade sobre a Rua do Vale do Tordo, precisamente no orçamento, está cá espaço de atividades económicas da Rua do Vale do Tordo e, como disse há bocadinho, é uma das zonas objeto ou que foi considerada na alteração a revisão do PDM, que se não foi publicada hoje, será publicada amanhã. -----

----- Relativamente à Rua da Portela, não me recordo de ter discutido consigo a Rua da Portela, discuti sim com a Senhora Presidente da Junta, Lúcia Rodrigues, falámos sobre essa situação, tentámos encontrar uma alternativa, mas como aquilo também é plano, se não houver alguém que receba as águas pluviais mais difícil é, mas já temos pelo menos o levantamento e havemos de encontrar uma solução, quando é no imediato, não lhe sei responder. -----

----- Quanto ao Rio da Serra, de facto o Rio da Serra que estava a pensar era no rio que vem do Concelho vizinho, bem por Parada, Vila Nova de Monsarros, Moita e vai entroncar no Rio Cértima e o Rio Cértima começa no limite do Concelho da Mealhada e vai até ao Concelho de Águeda, que passa na Freguesia de Avelãs de Caminho.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, as observações que o PSD fez aqui têm a ver com o documento em si e algumas considerações tidas, porque não sei efetivamente em que é que hei de acreditar, se nos documentos que recebi se nas palavras que foram aqui tidas. Foi dito aqui que é preciso ouvir a oposição, há não sei quantos anos que estou cá que não ouvi a oposição. Nós recebemos todos um relatório, pelo menos uns documentos que se chama relatório da reunião do cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição. OK. Faço questão de mostrar. Onde foram convocados todos os partidos que fazem parte da Assembleia. Têm, logo na primeira página, o conjunto de pessoas estiveram presentes em cada uma dessas e



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inclusivamente as intervenções, etc, etc, etc, portanto, efetivamente, se é verdade este documento ou se é verdade as palavras que foram proferidas, há aqui qualquer coisa que precisa de ser cabalmente esclarecida. -----

----- Depois permitam-me que também apresente aqui uma questão relativa ao orçamento. Foi dito que as medidas não são suficientes, não serão suficientes do ponto de vista técnico ou de opções políticas de cada partido, é que nós estamos aqui a discutir duas coisas diferentes, eu acredito que não. -----

----- O nosso colega Deputado Rui Bastos e bem, falou aqui de questões relativamente às variáveis que estão na base da escrita do documento. Crescimento da economia de cinco vírgula oito por cento, no entanto, a gente não vê nada disto refletido nos preços, sabem que as pessoas que estão aqui e que efetivamente falam de orçamentos e que efetivamente não foi aprovado, mas se fosse aprovado, onde é que isto se refletia. Um crescimento de cinco vírgula oito por cento da economia num orçamento que as transferências do Estado para a Câmara e para o para as Freguesias não há e, portanto, aí concordo realmente é muito difícil e depois é difícil de ter taxas de execução e não execução, porque efetivamente as bases são completamente diferentes. E lembrar que não é só a questão dos do aumento dos preços das matérias-primas, nós também temos e a Senhora Presidente já falou aqui, da questão do aumento do custo da energia, o aumento dos custos relativos aos combustíveis e de prestação de serviços. A taxa, por exemplo, de RSU vai duplicar, vai duplicar, e, portanto, isto tem que se refletir aqui no orçamento, de alguma maneira correto. -----

----- Depois eu gostei muito da ideia de que os tempos mudam e as vontades também. Olhe, começou por mudar a vontade popular do povo nos votos, foi logo a primeira mudança e as pessoas têm dificuldade em aceitar uma coisa destas. Pronto, depois também e tenho vindo porque eu sigo estas questões, nas freguesias as opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte e dois também tem mudado, mudaram os tempos e as vontades também. Logicamente as votações também têm sido esclarecedoras disso. -----

----- Depois de ter projetos que o Presidente de Junta, nós os Presidente de Junta não andamos a brincar. Nós vivemos com orçamentos sessenta mil euros para pagar salários, sabe o que é que nos resta? Tem ideia do que é que nos resta? E depois ainda bem dizer, que nós devíamos ser ouvidos. Mas o projeto é da nossa Freguesia e vão outros tecer comentários sobre os projetos. Onde é que está a nossa responsabilidade, onde é que está a nossa capacidade, onde é que está a nossa independência, a nossa inovação, se estão tão preocupados com isto, eu digo-vos os números, em dois mil e quinze, transferências para as freguesias, trezentos e oito mil euros, num orçamento dezanove milhões e meio de euros, um vírgula seis por cento, o de agora três vírgula oito por cento. Dois mil e dezasseis, quatrocentos e vinte e nove mil euros, em dezoito milhões e meio, dois vírgula trinta e dois por cento, o de agora três vírgula oito por cento. Dois mil e dezassete, quatrocentos e vinte cinco mil euros, num orçamento de vinte e vinte milhões e cem mil euros, dois vírgula dois por cento. Não chega isto é o respeito que as pessoas têm pelas freguesias andavam tão preocupados com as freguesias, tão preocupados



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que estavam abandonadas, abandonados? Demitiram-se eles foi no voto que tiveram para com estas freguesias. Porque efetivamente nós hoje sabemos aquilo que a Câmara vai dar, mas ainda não sabemos o que é que nos vem da delegação de competências, não sabemos o que nos vem, o excedente do orçamento e nós sabíamos, mas não sabemos agora e ainda vou dizer outra coisa que é eu gosto muito das questões relativamente às palavras que estão aqui ditas, com as epístolas e companhia limitada. Vamos falar a sério, vamos falar de política a sério e vamos resolver os problemas das pessoas e deixamos efetivamente este tipo de vocabulário, porque efetivamente nenhum de nós está aqui para fazer testamentos, estamos aqui é para resolver os problemas das pessoas. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares. Ó Senhor Deputado, só que houve outras pessoas que pediram antes. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- O colega João Gaspar falou ali que eu fiz do orçamento uma epístola, tenho a dizer que epístola dava jeito quando eu estava desse lado, claramente, mas também tenho a dizer que é a minha forma de estar na vida e dessa não saio e também tenho de dizer que apenas me limitei a fazer um resumo do orçamento e uma análise realista do mesmo. E acho que não foi de mais fazer essa explicação das contas, as contas neste caso do orçamento à Assembleia. Para quem está aqui presente e para quem está a ouvirmos no lar e termino. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Luís Fonte. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- A minha questão é a seguinte, na altura da intervenção coloquei duas questões ao Executivo, provavelmente foi perdido, que é o seguinte, se consideravam que as medidas ao nível de gestão populacional e económico se eram suficientes, se consideravam suficientes, imagino que a resposta será positiva, mas gostaria de ouvir. -----

----- Outra questão muito mais prática, terá a ver com os objetivos que terão sido traçados no que tem a ver com o inverter da redução da população do Concelho de Anadia. Se temos objetivos traçados e as medidas quer ao nível do investimento industrial, quer em relação ao investimento na habitação, que se refletem ou se há reflexão em algum objetivo concreto, isto é, que população conta este Executivo ter a viver no Concelho em dois mil e vinte cinco ou até mesmo a mais longo prazo em dois mil e trinta e um? -----

----- E outra questão que foi colocada é relativamente se há algum objetivo em relação ao investimento nas zonas industriais, se há algum objetivo do número de postos de trabalho a criar por esse investimento que é significativo? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, Senhor Presidente quer comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Acho as um bocadinho, diria eu sei lá até abusivas, porque na verdade, enfim, não está à



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espera que eu lhe responda com exatidão a essas perguntas, porque se estivesse tudo feito também nós não estávamos cá, e vocês também não se tinham apresentado a eleições, cada um com as suas ideias. Estratégia todos nós temos, nós tínhamos, vocês também tinham, todos os partidos políticos têm, qual é a mais correta? A correta nós temos a ideia e que se calhar, a maioria de vocês, é que é preciso criar riqueza, que nós temos que criar riqueza, temos que fixar pessoas e temos que criar efetivamente postos de trabalho, que as pessoas se fixem em Anadia, porque o resto, felizmente, em termos de infraestruturas e outras respostas, já temos no nosso Concelho. -----

----- Agora há algo que temos que fazer. Há uns anos, há uns anos não muitos ainda temos um processo a decorrer, houve alguém que inclusivamente nos colocou uma ação que ainda decorre em tribunal, a pedir uma indemnização ao Município de Anadia e ainda não acabou, a pedir uma indemnização ao Município de Anadia, porque o Município de Anadia estava a fazer concorrência aos privados, como se o Município de Anadia não tivesse que ter zonas industriais. Também há a essa versão de que os próprios privados também acham que nós fazemos concorrência aos privados, porque eles também têm terrenos para vender. Agora também todos temos consciência que se o Município não tiver uma bolsa de terreno ou uma bolsa de habitação ou pelo menos terrenos para vender, seja para zonas industriais ou para zonas de habitação, logicamente que tudo se torna muito mais complicado e, efetivamente, é necessário ter essa oferta. -----

----- Que tipo de pessoas se vão fixar, obviamente, nós gostávamos que os jovens se fixassem, que os nossos emigrantes viessem para Portugal, ou os seus filhos ou os seus netos viessem para Portugal, investissem cá e se fixassem cá e esse é um trabalho que estamos também a fazer. Que as nossas empresas conseguissem efetivamente ter mão de obra cá, que já se torna difícil dentro do nosso Concelho e os Concelhos vizinhos têm o mesmo problema, portanto, que Concelho vamos ter aqui em dois mil e vinte cinco, não sei, olhe indianos já cá temos muitos, paquistaneses também, do Uzbequistão também, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia daqui de Arcos e Mogofores fica preocupado por os atestados que passa, mas o que é certo é que vamos ter uma população diversificada. Mas venham eles, se vierem para Portugal, se fixarem cá e se constituírem família, aquilo que nós precisamos, obviamente, são pessoas que gostem do nosso Concelho que encontrem aqui trabalho, que encontrem condições para viver e para se fixar. É todo um trabalho que temos que fazer e, infelizmente, é a realidade do nosso Concelho, mas é a realidade do País inteiro. -----

----- Como é que vamos conseguir fazer inverter isso, é um trabalho que tem que ser de todos e era um trabalho também que devia ser do Estado e que devia, obviamente, também olhar para estas situações e dar outro tipo de ajudas, não só aos Municípios, mas também aos jovens, enfim, às famílias e por aí fora, porque facto, em vez de andar a gastar milhões em TGV ou comboios de alta velocidade, em vez de andar a gastar esse dinheiro, se de facto fosse distribuído pela população em mais valias para a população, se calhar teríamos outro país.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado Senhora Presidente, há um pedido aqui do Senhor Deputado Rui Bastos, informo que tempo queimado, portanto, dou-lhe um minuto e só. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Tecer aqui algumas considerações sobre o que foi dito. Senhora Presidente fique descansada que qualquer documento estruturante que aqui traga, à imagem do que aconteceu com a zona industrial da Amoreira da Gândara ou até da Estratégia Local de Habitação, serão aprovados e aqui estamos a falar de situações muito isoladas e não de um conjunto de políticas que supostamente devem resolver os mais diversos problemas de que padece o nosso Concelho e só para acabar é normal que os partidos definam a sua estratégia nas suas prioridades. Não vejo nenhum mal nisso, os senhores fazem isso, porque é que a gente também não pode fazer isso, não é? Mau seria se eu viesse para aqui defender uma coisa diferente que eu defendia ontem, isso é que era mau, acho que ainda não aconteceu. Mas também não é por aí que eu não mudo de opinião se a Senhora me explicar as coisas, mudo de opinião, que já aconteceu e o Dr. Lino sabe isso que aconteceu, julgo que no Conselho Municipal da Juventude, em com a intenção de voto era contra e acabou por ser a favor, mas só para acabar. Senhora Presidente efetivamente, cada vez mais, o Município se substitui ao Estado e, infelizmente, com a transferência de competências, isto vai piorar e nós sabemos que o Município não é para dar lucro, mas é para dar resposta aos problemas das pessoas, problemas esses que se veem crescendo, evidentemente que temos que arranjar aqui diversas frentes, diversas soluções, porque o dinheiro, desculpem, o dinheiro não é fêmea, o dinheiro não nasce, mas temos que encontrar diversas soluções, soluções essas que poderão ou não ser ajustadas à realidade do Concelho, mas tem que ser ajustadas às respostas que nós temos que dar. E acho que uma boa reflexão que podemos ter desta Assembleia é exatamente isso. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia:** -----

----- Isso é uma consideração, não é pergunta e eu dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara para responder às suas questões. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos do PCP:** -----

----- Isto é uma questão. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia:** -----

----- O Senhor questionou, queria saber as suas dúvidas. E eu estou a dizer à senhora Presidente se quer responder. Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu não tenho nada para responder. O Senhor Deputado é quando vem para aqui pôr essas questões todas. Tivemos oportunidade até de as discutir no âmbito da reunião que fizemos do Estatuto do Direito da Oposição ou em muitas outras oportunidades, que eu estou cansada de dizer, a porta do meu gabinete está sempre disponível e, portanto, eu não me recuso a dar essas informações. Agora também não acredito, Senhor Deputado, que é neste momento que por muitas explicações que eu dê que vai mudar o seu sentido de voto, de certeza que não, diga lá. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente também, dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, ora bem e antes de entrar na explicação que vou dar para a nossa decisão relativamente à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Eu queria aproveitar, se me desse licença, para esclarecer um pequeno pormenor, que é algo que já votámos, não vamos naturalmente mexer nisso, mas na proposta que o PSD apresentou para a criação de um talhão dos antigos combatentes, falava se não me engano entre mil novecentos e sessenta e um e mil novecentos e setenta e quatro, de facto, as guerras coloniais formalmente decorreram neste período, mas pessoalmente, eu estive ainda no fim da guerra colonial, ou melhor na descolonização, em mil novecentos e setenta e cinco. Eu saí de Angola no final de Outubro de setenta e cinco, como militar miliciano e nesse contexto tive três soldados que morreram nas trocas de prisioneiros, entre os movimentos de libertação, ou seja, houve guerra civil, pelo menos em Angola, depois de terminar setenta e quatro e houve militares que morreram, portanto, se quiserem levar esse, digamos, esse período de sessenta e um até setenta e cinco. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhor Deputado, portanto, nós já estamos no ponto do plano. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Então eu queria dizer o seguinte. O Grupo Municipal do Partido Socialista procedeu a uma análise cuidadosa dos documentos e propostas neles contidos, apresentados pela Câmara Municipal para o ano de dois mil e vinte e dois. Pelo valor global do orçamento, vinte e quatro milhões e qualquer coisa, facilmente se conclui que a sua dimensão a coloca a nível de uma média, grande empresa e que facilmente, portanto, que produz bens e produz serviços e, portanto, também os consome em muitas e diversificadas atividades. Naturalmente que dessa análise podemos descortinar nas propostas contidas nas GOP várias atividades e decisões de intervenção e investimento que nos parecem positivas e que apoiamos, a título de exemplo, já referi numa intervenção anterior, a requalificação do Centro de Saúde de Anadia com um valor, em dois mil e vinte e dois de um milhão duzentos e dez mil euros, acrescido, em dois mil e vinte e três, de uma outra verba, a requalificação da Escola Básica da Moita com um valor de quatrocentos e cinquenta mil euros. O esforço, o reforço das transferências para as Juntas de Freguesia do Concelho. -----

----- Por outro lado, colocam-se algumas dúvidas sobre a justeza de algumas das opções tomadas pelo Executivo de maioria MIAP, por vezes sem explicar as razões, porque são escolhidas essas opções, designadamente, em relação ao projeto Bio resíduos, por exemplo, com uma verba muito significativa de quase seiscentos mil euros. Por oposição, não se entende a opção de propor uma verba tão insignificante de dez mil euros para ecovias e circuitos pedonais. Igualmente são inexplicáveis para nós as opções de propor apoios a atividades



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destinadas aos Municípes jovens e às atividades de natureza cultural que, para além da sua indigência em valor absoluto, são ainda inferiores aos correspondentes de anos anteriores. -----

----- Precisaríamos igualmente de uma explicação sobre a verba inscrita na área da saúde que é completamente esgotada, pela requalificação do Centro de Saúde e não contempla nada mais quando, com a atual legislação prevista e já foi explicada pela Senhora Presidente, portanto, mas efetivamente é verdade. A partir de abril o Município eventualmente vai assumir responsabilidades nesta área ou melhor se não for revogado, o que está estabelecido. Não há qualquer palavra que nos possa levar a pensar que as unidades de saúde que estão a funcionar com horários reduzidos, como as de Avelãs de Caminho, ou como foram encerradas há anos pelas autoridades regionais de saúde, não foram pelas Câmaras, como é óbvio, como é o caso de Tamengos, por exemplo, possam acalentar alguma esperança de poder utilizar as instalações que possuem, mas não podem utilizar por carências de recursos humanos que lhe estejam alocadas. -----

----- Por último, entendemos que este orçamento contempla uma verba de setecentos e cinquenta mil euros, ou à volta disso, destinada à requalificação do Monte Castro, Crasto. Peço desculpa Monte Crasto, no mínimo excessiva, se pesando o seu custo benefício. -----

----- Face a este conjunto de razões e argumentos, não vemos motivos para votarmos a favor ou nos abstermos e votaremos contra este orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e dois, pelo fato de não responderem cabalmente às necessidades e anseios de largas faixas das populações do Município, desde os jovens que necessitam de condições favoráveis para arrendar ou adquirir habitação, que permita a sua fixação no Concelho e óbvias vantagens económicas daí decorrentes, aos menos jovens, com dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde ou de outras áreas, postos de correio ou agências bancárias.-----

----- Fazemos votos para que em futuros orçamentos e GOPs, a maioria que gere os destinos, que gere os órgãos autárquicos de Anadia, consiga entender e considerar a nova correlação de forças políticas e dos movimentos existentes no Concelho e queira negociar antecipadamente esses documentos nos próximos anos deste mandato. Falo em nome dos três deputados Municipais do PS. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Ó Senhor Presidente é um esclarecimento e que vamos chamar-lhe defesa da honra. Em relação ao Senhor José Manuel Carvalho tenho duas explicações a dar-lhe. A primeira é que o relatório, que ele referiu, foi um que ele mostrou e exibiu, foi um que eu referi que a Senhora Presidente da Câmara tinha recebido a oposição para falar acerca do orçamento, o que eu disse e ele não percebeu, certamente, porque está longe, foi o que eu disse que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o orçamento da Assembleia Municipal e não auscultou oposição, que é uma coisa que também está prevista, pois foi só isso que eu chamei à atenção,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aliás fiz um reparo e disse que esperava que para o ano tal não se verificasse, portanto, ele interpretou mal essa situação. -----

----- Relativamente à outra questão que ele referiu, eu lamento, mas ele quando ganhou as eleições eu dei-lhe os parabéns e por aí ficamos, não entrar em mais detalhes, porque não vale a pena, porque normalmente nós temos assim umas tricas um do outro, mas, no fundo, as coisas depois passam. -----

----- Relativamente aqui ao colega Vítor, eu não disse que ele lia epístolas, ele deve estar a esquecer dos três anos passou aqui ao meu lado e em que nós, de uma maneira carinhosa, cada vez que havia um ponto do MIAP, o senhor Presidente tinha o cuidado de sempre, de normalmente dar a palavra a um deles e um deles lia duas ou três folhas, que vinham manuscritas a que nós chamávamos epístolas, ele hoje fez precisamente a mesma coisa, leu uma epístola, ele pode ficar na realidade aborrecido, por eu ter feito a recomendação de que mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, mas foi só uma caracterização, porque efetivamente as vontades que ele hoje, -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ó Senhor Deputado só não vou alimentar isto e, como diz o Senhor Professor João Nogueira, isso são truísmos que não vale a pena estarmos agora aqui a discutir. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- É uma questão que também passo a fazer, que á bocado esqueci-me de apresentar porque tinha noutra folha e não me lembrei. Senhora Presidente há bocado a Senhora falou-me numa verba e também durante a campanha eleitoral, uma verba destinada ao saneamento na zona norte de Avelãs de Caminho. Eu queria saber se essas obras que vão fazer de instalação de saneamento, se estão incluídas as ruas do Concelho, que é a Rua da Zona Industrial do Pinhal Prior, a Rua da Quinta Nova, que são ramificações junto Estrada Nacional e também da Rua da Cabreira. Se nessas obras de saneamento se está incluído estas três ruas também, porque a Rua do Concelho e as outras são ruas já bastante habitáveis e a zona industrial, da zona do Pinhal Prior que não tem saneamento, queria saber se estava incluído nessas obras. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Quer responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Na verdade Senhor Presidente eu não tenho de cabeça os nomes das ruas todas de Avelãs de Caminho, portanto, não sei que resposta hei de dar ao Senhor Deputado César Andrade. Mas dizer-lhe que, tanto quanto tenho na ideia, por exemplo a Rua do Concelho, sim será contemplada, as outras todas que falou, não faço a mínima ideia, provavelmente estarão, mas a obra está adjudicada e, portanto, logicamente, se faltar algum bocadinho ou não, neste momento, não tenho essa ideia, penso que estarão as ruas quase na totalidade, aquelas pelo menos onde havia quota para o saneamento correr graviticamente. -----

----- Mas Senhor Presidente se me der mais os minutos, eu gostava também de tecer algumas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

considerações relativamente à intervenção do Senhor Deputado Fernando Barbosa e ainda voltando às transferências de competências sobre a questão da Saúde, sobre a questão dos outros edifícios.-----

----- Eu acho que ainda não perceberam que a transferência de competências, nomeadamente, na área da saúde, não transfere competências nenhuma para o Município de Anadia, a única coisa que transfere para o Município de Anadia, é uma transferência de prestadores de serviços, e que a única coisa que vamos gerir são os operacionais e a assistente técnica. E pagar a conta da luz, do seguro, se o fizermos, dos fotocopiador se avariarem, a substituição de material, para as obras não existe verba. A parte médica ou a parte de enfermagem, nós não vamos gerir coisíssima nenhuma, porque essa é uma competência que não é transferida para os Municípios, porque não interessa, obviamente, à classe médica e aos enfermeiros, ficamos completamente de fora desse processo. -----

----- Como também nas escolas nós não vamos decidir quais são as matérias que, enfim, no Agrupamento, vão lecionar ou os Professores, portanto, não vamos ter qualquer intervenção sobre os Senhores Professores, só vamos gerir recursos humanos que são os operacionais e, pronto e basicamente, é isso e pagar a conta da luz e da água em Vilarinho, porque aqui há de continuar a ser o Parque Escolar. -----

----- Se existe algum relacionamento com o Agrupamento, aliás como hoje acontece, o Agrupamento propõe alguns projetos, nós levamos à Câmara, apoiamos tudo bem. Já o fazemos hoje agora intervenção direta sobre aquilo que são, enfim, a atividade ou o desenvolvimento das disciplinas ou a parte pedagógica, nós não vamos fazer qualquer intervenção e na saúde igual e nos edifícios recebemos conforme eles estão e na educação também. -----

----- A única possibilidade é, de facto, nós dissemos ok, mas ao menos vocês consideram a obra prioritária para haver fundos comunitários. Porque se eles não considerarem prioritário, se calhar fica cá em baixo e depois os edifícios quem é que tem que fazer a conservação e manutenção, o Município, com vinte mil euros por ano, por exemplo, para Vilarinho do Bairro. Claro que isso não chega e, portanto, acho que há aqui alguma confusão daquilo que é a transferência de competências, nomeadamente na parte social, a única coisa que nos é atribuída é uma funcionária, nós vamos pagar à funcionária, de resto, se enfim, nós já temos intervenção aquelas com que vamos continuar a fazer. Nós não vamos gerir mais nada do que isto, pelo menos o que está na lei ou então há de mudar a lei e, portanto, essa é uma matéria que, de facto, deu jeito ficar fora daquilo que é o diploma da transferência de competências para os Municípios e é bom que as pessoas lá em casa também percebam que nós não vamos gerir nem médicos, nem enfermeiros, nem professores. Não vamos ter qualquer intervenção sobre essa matéria, nem sobre a prioridade de termos o médico em Anadia ou de ir para Avelãs de Caminho ou ir para outro lado. Nada. -----

----- A única coisa quando muito podemos arranjar instalações, que é aquilo que temos feito, aliás, há bocadinho, desculpem-me isto da saúde tem que se lhe diga, isto a propósito do já,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sabe que há dias, por exemplo, houve uma infiltração na extensão de saúde de São Lourenço, então desligou-se um disjuntor e deu jeito para dizer assim, o Centro de Saúde de São Lourenço, tem lá umas inundações, retiremos logo o processo de vacinação do Centro de Saúde de São Lourenço. Reunião de emergência, eu quero a reunião de emergência aqui na Câmara, mas qual é o problema, uma inundação no Centro de Saúde já tivemos de deslocalizar tudo, mas está resolvido, está resolvido? Está amanhã, podem funcionar normal. E agora como é que vamos fazer, mas já mudamos tudo e agora como é que vamos resolver o problema, isto entre eles não é, claro que o já não dá jeito, para perceber quando o Município diz é já, já está não dá jeito, mas dá jeito para nós batemos o pé, e enfim, tanto batemos que, por fim, processo da vacinação vai o Pavilhão de Anadia, para o Pavilhão de Desportos e não estamos propriamente preocupados que o Ministério da Saúde, estamos é preocupados com a população, obviamente que, ao frio, à chuva, ao sol, ao calor, passa por ali um frete, na extensão de saúde de São Lourenço como passa também aqui em Anadia, portanto é a pensar efetivamente na população que criámos as condições e nos dizem bom mas quando é que podemos vir para cá? Amanhã. Amanhã? Sim amanhã está montado e estava montado. Ah, mas isto, enfim, tem que haver a disponibilidade do Município para andar para a frente. De resto, zero. O Município realmente, enfim, consegue andar para a frente ou, de facto, as coisas ficam, enfim, atraso, isto já aconteceu noutros sítios. -----

----- Sobre a questão dos bio resíduos, olhe lamento, lamento como é que se pensa assim? Como é que nós devemos pensar nesta matéria dos lixos, temos uma candidatura à disposição, para acompanhar neste processo dos bio resíduos e da compostagem, com dinheiro para adquirir uma viatura, com dinheiro para adquirir contentores, ainda pareça mal, nós correremos atrás uma candidatura a fundo perdido. Quinhentos mil euros a fundo perdido, isto será normal. Desculpem lá. Eu acho que não. Isto só se for por teimosia é que dizemos nós não concordamos com essa candidatura, é a minha opinião. -----

----- Depois sobre os jovens, nós temos muita vontade que eles fiquem do nosso Concelho, claro que sim, se conseguirmos abranger todas as condições para eles, não sei, mas também as medidas que nós tomámos são transversais a todas as áreas de atuação do Município. Agora também não podemos pegar nos jovens e coloca-los cá, muito temos feito, muito vamos continuar a fazer, mas, obviamente, tem que se sentir efetivamente amor à Terra. Eu acredito que nós temos jovens no nosso Concelho, porque já tive oportunidade de falar com eles, que se sentem verdadeiramente esse amor, a terra e, portanto, também tudo farão para um dia regressar a Anadia. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito Obrigado senhor Presidente, eu sei que estamos no ponto orçamento, no entanto, quero começar este ponto por um tema já abordado, pelo Senhor Deputado José Manuel



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carvalho e há pouco também referido pelo Senhor Deputado Fernando Barbosa e que são os resultados eleitorais.-----

----- Passados três meses desde as eleições autárquicas. Eu pensei que já não havia dúvidas sobre o resultado das mesmas. Pensei que o período de negação de quem perdeu, já tinha passado, pensei até que agora passado este tempo de reflexão sobre resultados obtidos, era altura de assunção de responsabilidades e que alguma coisa iria mudar. Mas pelo que vou lendo e ouvindo, parece que me enganei. -----

----- Parece que ainda há quem tenha dúvidas ou não percebeu o resultado das eleições, ou ainda estão naquela fase, em que a culpa foi de todos menos dos próprios, então misturam-se os números na esperança de enganar os mais distraídos e repete-se muitas vezes a mesma coisa até que a mesma pareça a verdade. Afinal, já dizia alguém e de quem não há boa memória por acaso, que uma mentira repetida mil vezes torna-se numa verdade. -----

----- Para que fique claro, o MIAP ganhou por maioria as eleições para a Câmara Municipal de vinte seis de setembro. O PS em dois mil e dezassete optou por apoiar o MIAP e não foi a eleições. Face a isto, é evidente que não se podem comparar os resultados de dois mil e dezassete com resultados de dois mil e vinte e um, assim sejamos claros, comparando dois mil e treze com dois mil e vinte e um o MIAP não perdeu dois mil e duzentos votos, como eu tive oportunidade de ler recentemente, perdeu cento e quarenta e seis. Ainda assim, elegeu mais catorze cidadãos para os órgãos autárquicos face a dois mil e treze. O MIAP não perdeu um vereador, em dois mil e treze elegeu três vereadores e em dois mil e vinte e um elegeu quatro vereadores. Não consigo vislumbrar onde é que está tão apregoada queda acentuada, mas sim o MIAP teve menos dois mil e duzentos votos que em dois mil e dezassete, quando tinha o apoio do Partido Socialista. Seria por isso lógico que esses votos se transferissem do MIAP para o PS, mas não foi esse o caso. O PS nem esse número de votos conseguiu ter, atingindo o resultado de mil oitocentos e vinte cinco votos. Já agora, este foi o pior resultado dos últimos trinta e cinco anos em autárquicas em Anadia, conseguindo perder vinte cinco por cento dos eleitos, face a dois mil e treze. Ainda assim, continua-se de forma soberba, não se cansando de falar sobre resultados eleitorais. Quanto ao PSD, o PSD também não ganhou as eleições. O PSD conseguiu recuperar três Juntas de Freguesia, igualando o número de juntas de dois mil e três e face a dois mil e treze perdeu onze mandatos, tendo, no entanto, face a dois mil e dezassete conseguindo eleger mais cinco cidadãos. A CDU que também não ganhou as eleições, tem vindo a subir em número de eleitos, tendo neste momento quatro, em dois mil e dezassete tinha três e em dois mil e treze tinha um. -----

----- E agora o orçamento. Face ao que acabei de referir, é evidente que este orçamento não é orçamento do PSD e muito menos o orçamento do PS. Este é, obviamente, o orçamento do MIAP e é orçamento do MIAP que os anadienses quiseram de forma maioritária que assim fosse. E é o orçamento do MIAP para este ano e será assim nos próximos quatro. O MIAP não ganhou as eleições para dois mil e vinte e dois como às vezes parece, ganhou as eleições por quatro anos. Posto isto, e depois de ouvir as intervenções que passaram há quem claramente diga



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquilo que eu acabei de dizer, isto é o orçamento não é o que eles apresentariam, que não reflete as suas prioridades, e, como tal, não podem votar favoravelmente o mesmo. -----

----- É uma verdade, é um facto, aliás, se tivéssemos todos a mesma opinião, estávamos todos sentados na mesma bancada, o que não acontece, mas também leio outras coisas e vejo outras coisas, que me levam a pensar que ou não leram o orçamento, o que eu não acredito, ou que de numa forma clara utilizam a demagogia e o populismo para tentar passar uma mensagem que sabem que não é verdadeira, na ilusão de tentar enganar os mais distraídos e conseguir uns títulos de jornal e uns gostos nas redes sociais. Mas só eles é que ainda não perceberam, os Anadienses já perceberam há muito tempo e até já lhes demonstraram nos resultados eleitorais. -----

----- Depois e voltando ao Centro de Saúde, eu diria que ter a desfaçatez de escrever que o Centro de Saúde de Anadia está a cair de podre, sem referir que essa responsabilidade é do Governo, esquecendo-se de dizer que o Município, em prol dos Municípes, está a pagar uma obra que não é sequer da sua responsabilidade, mas sim da responsabilidade do Governo. Não me parece nem correto nem sério. -----

----- Falar da Cultura que tem cinco vírgula cinco por cento das GOP, quando sabemos da luta dos agentes culturais junto do Governo, para que a cultura tenha um por cento do orçamento e Anadia não tem um por cento, tem cinco vírgula cinco. -----

----- Isolar a rubrica da ação social sem falar de outras rubricas onde estão ações de carácter social, nomeadamente a ação social escolar, por exemplo, ou os apoios às IPSS. -----

----- Falar dos seiscentos mil euros para o projeto de recolha de Bio resíduos, sendo que sessenta por cento desse investimento é a fundo perdido e não informar que até ao final de dois mil e vinte e três os Estados membros da União Europeia tem obrigatoriedade da separação e reciclagem na origem dos bio resíduos ou a implementação da recolha seletiva desse fluxo, não parece correto e sim estamos a atuar mais cedo e aproveitar os fundos existentes para tal. -----

----- Falar do orçamento sem explicar que há investimentos plurianuais com a habitação, por exemplo, e que estão devidamente espelhadas no documento entregue, enfim, um chorrilho de situações que poderíamos analisar, mas não vale a pena continuar, até porque, como alguém escreveu, a demagogia tem destas coisas e paga-se nas urnas. -----

----- Este é um orçamento do MIAP, um orçamento que vem na continuidade do caminho iniciado há oito anos atrás, que é conhecido e que mais uma vez foi reconhecido pelos Anadienses. É um orçamento construído e apresentado num tempo de elevada incerteza, a incerteza face ao comportamento e evolução da pandemia de covid dezanove e que muitas vezes influencia decisões de curto prazo. -----

----- A incerteza governativa do país com eleições a trinta de janeiro sem Orçamento de Estado aprovado e onde um cenário de alguma instabilidade e pouco desejável para o funcionamento das Câmaras Municipais e do poder local em geral, a incerteza face às funções financeiras que vão acompanhar a delegação de competências, que por decreto entrarão em vigor a partir de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abril de dois mil e vinte e dois, num processo de total negligência e competência do poder central.-----

----- Um orçamento construído num tempo onde se fala de um crescimento económico para dois mil e vinte e dois na ordem dos cinco por cento, mas ainda na incerteza de como é que vai ficar a inflação, os preços das matérias primas, da energia.-----

----- Mas ainda assim este é um orçamento que não deixa ninguém para trás e que envolve a comunidade e aproxima as pessoas das instituições, um orçamento onde não posso deixar de referir o aumento de seis pontos percentuais nas funções sociais, passando de sessenta e três por cento das GOP, em dois mil e vinte e um para cento e nove por cento em dois mil e vinte e dois. -----

----- Um orçamento onde o Município de Anadia se adianta ao Governo a pensar no bem-estar, na segurança dos cidadãos e das empresas. São disso exemplo as obras no Centro de Saúde de Anadia já referidas, mas também a requalificação do posto da GNR ou a rotunda da Estrada Nacional número um em Aguiçã. -----

----- Um orçamento onde se reforça a verba nos serviços auxiliares de ensino. Um orçamento onde a rubrica do abastecimento de água que permanece num valor elevado e onde a verba para a proteção do meio ambiente e resíduos sólidos, somam quase dois milhões de euros. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Queira terminar Senhor Deputado. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Termino já Senhor Presidente. Um orçamento onde está prevista mais uma requalificação de uma escola, neste caso a da Moita, na continuidade daquilo que vem a ser feito no nosso parque escolar desde há oito anos a esta parte, de um orçamento que não esquece os tempos difíceis que estamos a viver e onde está prevista uma verba de cento e sessenta mil euros para implementação de ações destinadas ao comércio local, tão afetado pela situação pandémica que vivemos, um orçamento onde se reforça a verba para a proteção civil e luta contra incêndios, não só pelas nossas vicissitudes, mas também pelas alterações climáticas e as suas consequências. -----

----- Um orçamento espelha o envolvimento e o comprometimento do Executivo na atuação e preparação da transposição da diretiva comunitária para a obrigatoriedade de recolha, separação e reciclagem dos bio resíduos. -----

----- Um orçamento onde permanecem os projetos municipais devidamente dotados como o orçamento participativo, o Nascer Anadia, as bolsas de estudo, o Investe Anadia, o Sentir Anadia, o Anadia Jovem, enfim, todos os outros. -----

----- Um orçamento onde se reforça de forma significativa as transferências para as nossas freguesias e, por fim, uma nota para a redução da dívida em cerca de vinte e quatro, quarenta e sete por cento, aumentando ainda mais a capacidade de endividamento do Concelho, o que nos permitirá estar mais preparados para qualquer contingência que venha a acontecer e também poder avançar, sem qualquer receio, para investimentos futuros que possam carecer



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento. -----

-----Resumindo temos um orçamento que traduz e reflete uma gestão política e financeira rigorosa, equilibrada, coerente, transparente e sustentável e que está sem qualquer dúvida, alinhada com os princípios, valores e projetos a que nos propusemos. -----

----- Desta forma, podemos estar orgulhosos deste orçamento, consolida e reforça o caminho já traçado e lhe acrescenta ainda mais futuro e não poderíamos votar de outra forma que não fosse favoravelmente o documento em análise.-----

----- Terminando desejando votos de um bom ano a todos os presentes. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Senhor Presidente antes aqui de ler a declaração de voto dos membros eleitos para a Assembleia Municipal de Anadia pelo PSD. É só fazer um introito, é que eu não escrevi, mas já agora vou dizê-lo. O facto, de nós ganharmos ou perdermos eleições, não muda as convicções das pessoas, as pessoas são livres ter as suas convicções independente dos resultados eleitorais, nós podemos perder uma batalha, mas...-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Desculpe lá Senhor Deputado eu não percebi o início vai fazer a declaração de voto é? Então faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Declaração de voto dos membros eleitos para a Assembleia Municipal de Anadia pelo PPD/PSD. Os Documentos Previsionais, Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e dois elaborados e apresentados para discussão e aprovação pela Câmara Municipal apenas merecem o voto contra do Grupo Municipal e dos eleitos diretamente pelo PPD/PSD à Assembleia Municipal, por não refletirem as nossas prioridades expressas no nosso programa de Governo Municipal. -----

----- O voto contra do PPD/PSD não prejudica a possibilidade de votar favoravelmente propostas avulsas que ao longo do tempo forem apresentadas pelo Executivo. -----

----- A constante inscrição de obras em orçamentos, incompletas ou não iniciadas, como simples exemplo o Centro de Recolha de Animais que apesar de constar três orçamentos, continua sem operar, e outras que nos são apresentados como indeterminadas e tornam assim de difícil fiscalização ou crítica da sua execução. Aliás é também normal apresentar com a comparticipação de fundos comunitários obras diversas, muitas vezes de prioridade e de necessidade duvidosa, dando ideia de navegar ao sabor das comparticipações sem rumo definido e desígnio final. -----

----- Sinal evidente desta nossa referência é a continuação da renovação do sistema de distribuição de água. A qual apesar da nossa sempre manifestada disponibilidade para um projeto global de renovação integral a efetuar dentro das disponibilidades da Câmara Municipal de forma calendarizada e a longo prazo, à qual certamente todas políticas anuiriam. A resposta



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são renovações sem critérios em que as mesmas tenham sequer a nosso ver alguma sequência.-----

----- Foi ainda com alguma desilusão que verificamos que o presente orçamento não tem mais que uma breve referência acerca da descentralização. Depois de ouvirmos os dois candidatos ao cargo de primeiro ministro, afirmarem a descentralização como algo a avançar em março, abril de dois mil e vinte e dois, muito se estranha que o orçamento para dois mil e vinte e dois não tenha, pelo menos, alguma precaução orçamental preventiva para tal situação, evitando assim remodelações orçamentais. Ficamos na expectativa de que será inevitável um orçamento complementar para o período de dois mil e vinte e dois. -----

----- Face ao exposto não poderão o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano, merecer assim o voto favorável do PSD. O representante eleito à Assembleia Municipal. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Para que era Senhor Deputado Fernando Barbosa faz favor, para que é para que fim? Defesa da honra de quê? Senhor Deputado relativamente a esta defesa da honra, as coisas da defesa da honra têm lugar logo a seguir onde foi ofendido. O Senhor estamos a falar de uma coisa, isto não pode ser e reboque de honra, enfim não pode ser. -----

----- Meus senhores, portanto, terminado que foi o debate sobre este este ponto tão importante e estrutural, eu vou pôr este ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberado, por maioria, com dezoito votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingues Pires Salvador e Nuno Miguel Martins dos Santos, onze votos contra dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD Mário Augusto Carreira Heleno, João José Rodrigues Gaspar, João Carlos Seabra da Silveira Costeira, Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva e Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, dos Deputados do Grupo Municipal do PS e do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e uma abstenção da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do + PNT, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano de 2022, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Aquando da votação não se encontrava presente o Deputado do Grupo Municipal do MIAP, António Rafael das Neves Timóteo. -----

----- Passamos sim e agora ao período ... para que efeito Senhor Deputado. As declarações de voto são sempre recebidas pela Mesa, portanto, eu por mim aceito perfeitamente, até porque isto está, está a ser gravado e é visto não é. Agora se prefere deixar só o seu o testemunho por



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escrito, faz favor, entregue à Mesa, se faz favor e, portanto, abdica da sua leitura nesta sessão é só para ficar apensa à ata é? -----

----- O Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP, apresentou por escrito a declaração de voto que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- "*Declaração de voto contra Documentos Previsionais para 2022*-----

Este Orçamento não corrige, de grosso modo, as opções que levaram o PCP a votar contra os Documentos Previsionais de outros anos, deparando-se com um documento que indicia uma certa falta de vontade em cumprir as propostas políticas que sucessivamente são apresentadas. Uma estratégia delineada à imagem do que tem vindo a suceder em orçamentos anteriores, com a inclusão de obra que, exercício após exercício, se vem eternizando como proposta. -----

----- As Grandes Opções do Plano definem os objetivos estratégicos de desenvolvimento económico e social do Município. E como já foi referido em sessões anteriores, uma das mais importantes tarefas que está acometida ao Executivo Municipal na elaboração dos documentos previsionais, que apesar de constituírem documentos de alguma complexidade técnica têm também uma forte componente política, é refletir, sem equívocos, a vontade de cumprir as propostas políticas que sucessivamente são apresentadas. No entanto continua a não ser possível vislumbrar, com clareza, as preocupações políticas e orçamentais nas linhas de desenvolvimento estratégico definidas pela e para a autarquia. -----

----- Depois, vejamos os princípios orientadores que estão subjacentes à proposta de orçamento do Município de Anadia, para o ano de 2022, são os seguintes: -----

----- 1. "Rigor e prudência nos pressupostos de dotação da receita e da despesa, continuando a ser prudentes na projeção da receita e realistas na previsão da despesa". Um orçamento que se assume rigoroso e prudente, com uma previsão realista da despesa, mas que perante o cenário macroeconómico que prevê um aumento da inflação para o próximo ano, muito por culpa da subida de preços das matérias-primas e dos combustíveis/transportes, estimando-se que os preços continuem a subir em 2022, a um ritmo superior ao verificado no período pré-pandemia, não pode então estabelecer para um ano de acentuado agravamento de custos (2022) os mesmos valores previstos para o ano transato (2021) em áreas como os transportes ou as refeições escolares. E estranhamente, é previsto um aumento de quase 27% da receita da Cantina Escolar (156.00€ para 197.800€) para uma diminuição de quase 16% da despesa na alimentação – Géneros para confeccionar (95.000 para 80.000) e uma estagnação no valor previsto para a Alimentação – refeições confeccionadas (300.000€). Já nos transportes, contrariando os condicionalismos apontados, a despesa diminui 19% (418.000 para 340.000€).

----- 2. "Assegurar uma maior proximidade das políticas públicas locais aos cidadãos e uma maior eficiência na utilização dos recursos públicos, ..., através de uma gestão prudente, eficiente e com rigor na execução orçamental, de que constitui exemplo as elevadas taxas de execução verificadas nos últimos anos". Neste âmbito não se pode deixar de realçar a repetição de obras que já constavam nas GOP de orçamentos anteriores, algumas com uma taxa de execução nula ou com valor executado muito aquém do previsto inicialmente, contribuindo para



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um repositório de obras inscritas, servindo de exemplo Mercado de Anadia, Programa de Renovação de Aldeias e Percursos Pedestres, Infraestruturas de Apoio à Pista de XCO BTT, Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia, Loteamento da Quinta do Rangel, Requalificação Ambiental dos Leitos e Margens dos Rios, Requalificação de Caminhos Florestais, Viação Rural, ...), situação que tem sido alvo de um forte reparo e crítica por parte do PCP. Obras que, exercício após exercício, animam o descritivo das GOP's, algumas das quais anunciadas, por atacado, como um produto já acabado. -----

----- 3. "Concentração de meios financeiros nas áreas da Coesão Social (Serviços auxiliares de Ensino e Ação Social), ..., Abastecimento de Água, Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza". Embora possamos apontar como aspetos positivos o reforço das transferências para as Juntas de Freguesia, ou a Requalificação do Centro de Saúde de Anadia, há áreas onde a atuação do Município prevê ser relevante e decisiva para o incremento da qualidade de vida dos cidadãos mas que, pelo observado, acaba por não ir ao encontro dos constrangimentos e as incertezas identificados que possam ainda advir do cenário pandémico provocado pela Covid-19. Áreas em que as dotações apresentadas se revelam insuficientes para lidar com as adversidades provocadas pela pandemia, que persiste e continua a perturbar a normalidade da vida das famílias, e da sociedade em geral. São exemplos disso a redução de 11% face ao ano anterior na Ação Social, um apoio destinados aos Municípios mais carenciados, e as reduções de 10% e de 22% face a 2021, respetivamente no Saneamento e Abastecimento de Água, um bem essencial para as pessoas. -----

----- De pouco adiantará a obtenção de excelentes indicadores económico-financeiros, que permitem a manutenção da elevada capacidade de endividamento, se continuar a faltar um forte investimento em projetos estruturantes que respondam aos problemas sinalizados ou a medidas concretas e céleres que vão de encontro aos documentos estratégicos que estão em vigor para determinadas áreas. A haver uma estratégia a médio ou longo prazo, deveria ser equacionado o recurso a novos créditos bancários, num exercício similar ao adotado para o Parque Urbano, por forma a financiar os projetos que se revelem estruturantes para o Concelho, potenciadores do seu desenvolvimento económico e do bem-estar das pessoas, ou, e de acordo com alguns princípios da boa gestão, recorrer a uma alteração, mesmo que provisória, das taxas com vista a reforçar a capacidade financeira da instituição, onde se incluem os mecanismos legais utilizados na promoção da reabilitação urbana e combate aos imóveis degradados e devolutos em zonas de pressão urbanística. Por outro lado, se é verdade que assume a despesa como exclusivamente suportada pelo orçamento municipal para o início de determinadas obras, por não ter até à data uma aprovação de financiamento, não se percebe como não é adotada a mesma iniciativa e preocupação em outras obras, também elas importantes para os Municípios. -----

----- Finalmente, perante a redução da verba atribuída em áreas que têm assumido um maior peso no total das GOP, a redução de quase 85% da verba destinada à rubrica "Ordenamento do Território", onde se inclui uma diminuição de quase 50% na verba destinada à Requalificação



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Urbana e Acessibilidades Integradas em Diversas Freguesias do Concelho, e com a Construção do Parque Urbano da Cidade a representar 34% do valor total destinado a esta rúbrica - "Ordenamento do Território", deparamo-nos com uma margem na despesa que poderia ser canalizada para acelerar alguns projetos em curso ou até catapultar outros que fossem capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e para a coesão social e territorial. Medidas que fossem ao encontro de alguns dos objetivos identificados como prioritários para o Concelho: alargar ainda mais o leque de oportunidades de emprego, resultante de uma promoção eficaz do desenvolvimento económico; reforçar a coesão social do Concelho, intervir em matéria de política de habitação à escala local, tendo por base o diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação. Também poderia contribuir para este fim o crescimento de 14% nas receitas de Vendas de Bens e Serviços Correntes resultantes, em grande parte, do aumento de tarifas que, ao contrário de outras medidas fiscais, não se mantiveram inalteráveis para, também aqui, não onerar as famílias, medida com especial impacto "naqueles que mais precisam".-----

----- Mas apesar de dotada de capacidade de intervenção e investimento que lhe permitiria perseguir esses objetivos, entende esta câmara não aproveitar todos os recursos que são colocados à sua disposição, sem exceção, para aumentar a receita que permitiria financiar um orçamento municipal com a capacidade de intervenção e investimento nomeadamente no apoio social e outros que viesse a beneficiar todos os Municípes e a que os agregados familiares com menos rendimentos só desta forma têm acesso.-----

----- Por outro lado, não é possível descortinar que prioridades estratégicas são selecionadas para o Concelho de Anadia quando um forte volume de investimentos em projetos de reconhecido valor ou de extrema importância para a sustentabilidade futura do Concelho, é previsto executar apenas em 2023 ou a sua conclusão se arrasta por anos. São exemplo disso os investimentos nas zonas industriais (a intervenção numa das prioridades da Câmara Municipal, dada a sua importância em termos económicos, no sentido de procurar atrair e captar investimento privado, vai, por enquanto, até 2026) e na habitação (a construção de habitação tem inscritas despesas que se estendem a 2025, ou seja, para lá de 2023, previsão que consta da Estratégia Local de Habitação para a execução das soluções habitacionais municipais para resolução de situações indignas), entre outros. Tem faltado à autarquia promover, de forma integrada em várias frentes, uma política clara de fomento económico que persiga o incremento da atividade económica. Medidas significativas que não se resumam à ampliação e valorização de zonas industriais, a ver pelos registos de procura pouco assinaláveis, mas a um investimento que permita alargar ainda mais o leque de oportunidades de emprego e reforçar a coesão social do Concelho.-----

----- Por todo o exposto, o PCP não pode votar de outra forma senão contra os Documentos Previsionais para o ano de 2022. -----

*Anadia, 27 de dezembro de 2021, -----
O eleito pelo PCP, -----*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação do plenário a proposta subscrita pelo Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, que se encontra arquivada junto ao Livro de Atas, para que, nos termos da alínea b), do número um, do artigo vigésimo primeiro, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), as deliberações a que se referem os pontos dois, três, quatro, cinco e seis do período da ordem do dia, sejam aprovados em minuta, para produzirem efeitos imediatos, nos termos do que dispõe o n.º 4, do artigo 53.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Submetida à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Aquando da votação não se encontravam presentes na sala os Senhores Deputados Ana Paula dos Santos Alves Allen e Dino Augusto Ferreira Rasga, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Deputado César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e a Senhora Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do + PNT. -----

----- Assim sendo, entraremos então no Período da Intervenção do público, tendo entrado na Mesa um pedido de intervenção do Senhor Carlos Filipe da Silva Costa, residente na Rua da Quinta, número sete, na Pedralva, a quem vou dar a palavra. Faz favor. -----

---- **Senhor Carlos Filipe da Silva Costa:** -----

---- Boa noite a todos. Obrigado também a permitir esta intervenção sou filho da Silva, atualmente sou o representante do Bloco de Esquerda aqui em Anadia e hoje gostaria de expor três pontos, perguntas que era vai ser mais ou menos uma exposição e que espero a sua, o seu ponto de vista sobre este ponto. Não vou falar do orçamento, porque eu acho que por hoje já chega, os pontos vão ser completamente diferentes do tema do orçamento. -----

----- A primeira coisa justamente com respeito a minha participação aqui, sobre o facto de participação na Assembleia Municipal, deixe-me introduzir este problema de uma outra maneira. Já sabemos que a uma das doenças, agora, se eu tiver um sotaque e não entenderem nada é que eu vivi muito tempo no exterior, sou um desses casos que está a voltar para trás, para a Terra. Agora se eu ficar, tudo depende, já sabemos que uma das doenças da democracia e que desinteressa a população pela a política, que é o desinteresse, desculpa da população pela política. -----

----- Bom as últimas eleições teve um já foi um exemplo da baixa taxa de participação de quarenta e pouco por cento, infelizmente, isso vai repetir-se no futuro. Dentro de um mês, vamos ter outra eleições. Agora o ponto e fica também trabalho com a Assembleia Municipal é para recativar a atenção e a participação do público para a política. Eu acredito que isto cabe mais o poder local que a qualquer outra coisa, me refiro a Freguesias e ao Município. É aqui que se exerce o poder mais próximo do povo e aqui é que se pode fazer alguma coisa, para já, eu acredito que este tema é um tema que eu estou lançando hoje, com esta participação e que vai



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser debatido, mas, para já com os, por exemplo, a participação do público na Assembleia Municipal, em todas as formas que essa está anunciado no site e tudo isso mesmo é uma informação que é fácil, uma tema divulgação, que que abrange realmente o povo. No sentido por exemplo se tivesse um link com a data ou mesmo os eventos no calendário dos eventos da Câmara Municipal seria formas que o comum das pessoas tivesse mais facilidade, não procurar dentro do editais e das atas. Poucas pessoas, na verdade, até sabem que podem participar e isso faz parte eu acho que o trabalho da municipalidade, divulgar um pouco essa informação. --

----- A Câmara também, por exemplo, eu agradeço a possibilidade de ter o free minha. Eu acredito que é uma boa medida. Também estive num outro Concelho onde essa implementação demorou tempo mais uma vez a divulgação poderia ser um pouco melhor, também o link estar diretamente na página. São pormenores, mas faz parte de uma visão que eu acho que é importante guardar na mente, com trazer esse povo agora, porque se calhar a ver o comprimento destas discussões. As pessoas já não querem mais intervenções do povo. Depois de horas pode ser a outro pouco, mas se admitirmos que a isto é República, coisa pública, por definição, temos que fazer essa esforço de atrair o público e que esteja consciente daquilo que acontece aqui.-----

----- Tem um outro ponto, eu não sei se sequer responderam ou exponho os três pontos e depois responde, se calhar mais fácil. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Continue com a sua explanação que depois terá a sua resposta. -----

----- **Senhor Carlos Filipe da Silva Costa:** -----

----- É fácil hoje num quero chatear muito. Depois da era eu tive o eco e é um assunto um pouco transversal justamente sobre a desertificação do espaço central aqui em Anadia que é um problema. Conhecimentos e pessoas me fizeram eco do Parque, por exemplo, quer dizer que esse problema não é do poder atual esta claro. Já o cinema foi posto de fora, as instalações desportivas e tudo foi. Foi feito numa organização que a criou essa dispersão e dificilmente isso é um proveito, é um problema porquê, porque não cria essa dinâmica, agora seria importante revitalizar o Centro e recriar a dinâmica. Também muito vou a atrair a atenção, por exemplo, as linhas de barracas de Natal. Estão no Parque, mas isso fica dos comércios, e desse centro dinâmico, com respeito a estamos a falar de atrair pessoas hoje, até agora, as discussões sobre orçamentos, possibilidades de baixar ou não baixar o IRS para atrair pessoas. Uma das coisas que também atrai as pessoas é o dinamismo de uma cidade, mas o dinamismo, as atividades, a cultura, a vontade de sair à noite. Neste instante eu não acredito que ninguém num fim de semana normal, ninguém gosta muito e não é atraído para o nosso centro. Temos que criar também esse ambiente, não é só propostas fiscais que atraem as pessoas ou fazem ficar, porque importa taxa etária, o dinamismo e a centralização das atividades. Eu não sei se vocês têm e isso na mente, com propostas, uma visão para o futuro? Que seria a pergunta e o último é um problema ecológico. Também estou seguindo o setor e a Presidente já mencionou que ia ter algumas coisas no Rio Cértima, então no site Aveiro tem uma cidadã que fotografou e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reportou por mais de quatrocentos dias, descargas poluentes no troço Curia-Espairo do Rio Cértima. Não sei se isso veio ao seu conhecimento, essa poluição, parece que já faz quatrocentos dias, ainda está na atualidade e nesse caso, qual é que são as medidas, se faz parte de um plano, mencionou ativamente, mas ou vai ter uma arrumação específica se já conhece esse ponto? Então são três coisas para recapitular o que tinha a participação do povo, inclusivamente nas assembleias, a desertificação do Centro e ponto de poluição aqui no Rio Cértima, na Curia. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pela sua intervenção. Da minha parte a única coisa que eu lhe posso dizer é que a publicitação destas sessões da Assembleia, estão feitas conforme, portanto, tudo o que vem contido no regimento a qual está obrigada, mas, para além disso, também há um reforço de publicitação através das nota de imprensa, portanto, esta é a parte que me apraz dizer-lhe da publicitação e não são assim tão poucas pessoas que poderão ou desejarão vir aqui presencialmente ou seguir-nos através das redes sociais, relativamente a outros pontos que fala, que não sei se foi à laia de proposta ou à laia de perguntar o que, portanto, ainda não está por dentro. Eu daria a palavra a Senhora Presidente da Câmara no sentido de esclarecer, porventura, algum ponto que deseje ser esclarecido. Faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não só complementar alguma informação, esta questão de revitalizar e atrair dinâmica, obviamente, que faz falta em qualquer cidade, ou seja na Junta de Freguesia. Agora vivemos dois anos de pandemia que, obviamente, nos limitou muito a intervenção até nesta programação de Natal que nós tínhamos, em que, enfim, nos outros anos tivemos outras atividades e que decidimos efetivamente não arriscar e mesmo assim, algumas mais contidas que tínhamos em mente, também tivemos que as adiar, portanto, enfim, dois anos complicados. Não só no Natal, como já tivemos outras animações pela cidade e, portanto, que deixaram de se fazer. -----

----- Relativamente à questão das barraquinhas de Natal, do Mercadinho de Natal, claro que isto é sempre muito complicado fazer qualquer opção, quando elas estiveram aqui no Jardim, enfim, não havia gente, não havia apetência para isso e ainda por cima fazia concorrência ao comércio local, vejam só. OK, desta vez, resolvemos vamos lá então fazer na mesma o Mercadinho, olha o melhor é levar lá para baixo, para Parque Urbano, não fazemos concorrência ao comércio local até porque, enfim, as instituições e os produtos que vendiam não fariam, com certeza, concorrência com qualquer das lojas daqui, que também, enfim, anseiam ter gente para comprar e, portanto, foi nesse sentido que deslocamos para o Parque Urbano este ano, avaliando a experiência para o ano, quiçá se pense noutra local. -----

----- Agora, quando é no Centro incomoda, quando é na ponta incomoda, a música de Natal incomoda, está muito alta, é uma aberração, devíamos ter outra play list e não sei quê, porque a música cansa e por aí fora, quer dizer, isto é difícil, obviamente, nós conseguirmos agradar a toda a gente. E dei este exemplo, porque, de facto, temos reclamações também nesse sentido,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, não é possível agradar a todos. -----

----- Relativamente às descargas no Rio Cértima no troço de Espairo, quando tivemos conhecimento dessa situação que nos foi reportada, comunicamos ao SEPNA, portanto, a Brigada do Ambiente, um dos nossos técnicos, inclusivamente, foi o local que não conseguiu encontrar evidências dessa descarga, mas, de qualquer maneira, comunicamos ao SEPNA para que procedesse às devidas averiguações e comunicasse à Agência Portuguesa do Ambiente, obviamente, esta participação tinha acontecido e, portanto, que houvesse averiguações relativamente a esse facto, portanto, é isso que lhe consigo responder neste momento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** Muito obrigado então. -----

----- **Senhor Carlos Filipe da Silva Costa:** -----

----- Entre o Natal e a só dentro do contexto, mas efetivamente esta cidade tem esse defeito que foi tudo fazer para fora e é nessa visão, quando é que a vivam melhor para trazer algumas atividades para dentro.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito bem são palavras bonitas, estamos também na época de Natal e é bonito sempre ouvir este tipo de partilha das coisas, acho que é bonito. -----

----- E, portanto, eu vou aproveitar as suas palavras e a sua deferência em vir aqui para antes de encerrar a sessão, desejar a todos os Senhores Deputados, os Senhores Vereadores, ou seja, o Executivo, os Senhores Presidentes de Junta, o público e demais funcionários um Ano Novo feliz, venturoso, mas, acima de tudo saudável. -----

----- E é assim que eu termino e dou por encerrada esta sessão ordinária da Assembleia Municipal com esses votos, são vinte e uma horas e vinte minutos, obrigado, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -